

PROGRAMA DE
GOVERNO
PARTICIPATIVO

RUI VICE: JOÃO LEÃO
GOVERNADOR **13**

DEDICATÓRIA

Dedicamos este Programa de Governo Participativo 2014 (PGP) ao povo baiano, representado nas organizações sociais, culturais, políticas, religiosas, acadêmicas e econômicas que deram forma e conteúdo ao documento.

Dedicamos, ainda, o esforço e o produto deste programa aos dois vereadores do município de Ibicoara, **Ricardo Silva Luz** (PSL) e **Renan de Sá Teles Pina** (PMDB), falecidos devido a um acidente automobilístico na BR-242, no dia 05/04/2014, quando retornavam aos seus lares após participar da Plenária Territorial de Itaberaba.

Registramos um agradecimento especial à direção dos Colégios Gregor Mendel e do Sagrado Coração de Jesus, que de forma muito gentil cederam instalações para as reuniões dos Grupos de Trabalhos das Setoriais/Temáticas, que durante seis meses tiveram encontros, todas as noites e fins de semana, para construir propostas para o PGP 2014.

Quem fez o Programa de Governo Participativo – PGP 2014

O PGP 2014 foi construído por mais de 50 mil pessoas envolvidas de forma voluntária e comprometidas por uma Bahia melhor. São essas pessoas os verdadeiros autores deste documento, gente dos 27 Territórios de Identidade e 24 grupos setoriais temáticos que se reuniram em Salvador, além das pessoas que participaram e contribuíram pela internet, em sites e redes sociais.

Destacamos os Territórios de Identidade envolvidos: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Vale do Jiquiriçá, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Recôncavo, Médio Rio das Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Metropolitano de Salvador e Costa do Descobrimento.

Da mesma forma, destacamos os grupos setoriais temáticos: Educação; Saúde; Segurança Pública e Defesa Social; Gestão Prisional; Assistência Social; Esporte e Lazer; Cultura; Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura Social; Direitos Humanos (LGBT, índios e comunidades tradicionais, pessoas idosas, com deficiência, situação de rua, usuários de substâncias psicotrópicas, proteção à pessoa); Mulheres; Juventude; Igualdade Racial; Inclusão Socioproductiva, Economia Solidária e Mundo do Trabalho; Infraestrutura e Logística; Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento do Semiárido; Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento do Agronegócio; Indústria, Comércio e Serviços; Turismo; Meio Ambiente; Gestão Democrática do Estado; Transparência e Eficiência.

O processo de construção do PGP teve a coordenação do conjunto de partidos políticos da base aliada que hoje compõe nossa coligação (PT, PP, PSD, PC do B, PDT, PTB, PR, PMN, PHS) e Rui Costa, João Leão e Otto Alencar.

Transformar o conteúdo participativo em realidade de governo é um compromisso dos partidos coligados com a construção de uma Bahia cada vez mais democrática e transparente.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DO PGP 2014

ORDENAMENTO

INTRODUÇÃO

EIXOS NORTEADORES - ECONÔMICO, SOCIAL E GESTÃO DO ESTADO

DIRETRIZES POR EIXOS

EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

I. EDUCAÇÃO

II. SAÚDE

III. SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

IV. ASSISTÊNCIA SOCIAL

V. ESPORTE E LAZER

VI. CULTURA

VII. DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA SOCIAL

VIII. DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E ACESSO À JUSTIÇA

IX. MULHERES

X. JUVENTUDE

XI. IGUALDADE RACIAL

XII. INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E MUNDO DO TRABALHO

EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

I. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

II. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

III. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

IV. DESENVOLVIMENTO RURAL

V. DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

VI. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

VII. TURISMO

VIII. MEIO AMBIENTE

EIXO 3 - GESTÃO DEMOCRÁTICA, TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA DO ESTADO

APRESENTAÇÃO

Este documento é o resultado do esforço realizado por mais de 50 mil pessoas de todos os cantos da Bahia na construção do Programa de Governo Participativo - PGP 2014. Estratégia concretizada pela primeira vez, ainda que nas vitoriosas campanhas de Jaques Wagner, em 2006 e 2010, o processo tenha incluído experiências coletivas em diálogos e consolidação de propostas.

Nos primeiros anos do novo século, as experiências de participação social no Brasil foram intensificadas, atendendo às reivindicações dos movimentos sociais expressas na Constituição Federal de 1988. Na Bahia, o processo é consolidado a partir de 2007, com a condução do Governo Jaques Wagner.

À época, foram realizadas plenárias territoriais do Plano Plurianual Participativo (PPA-P), com consultas à sociedade sobre necessidades e expectativas específicas. As plenárias foram sucedidas por uma etapa de conferências temáticas, gerando a estruturação de planos estaduais sintonizados com os reais anseios de cada segmento. As iniciativas contribuíram para fortalecer a cultura da participação e do exercício do controle social, inaugurando uma nova era de mais democracia e transparência na Bahia.

ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DO PGP 2014

Em 2014 o processo avançou. A estratégia de construção deste PGP, iniciada em janeiro e findada em junho, teve como eixos centrais de estruturação das políticas públicas: **Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico e Estado**. Subdivididos em 23 temas, os eixos foram debatidos e consolidados com a população baiana em diálogos territoriais e levantamento das proposições. O conteúdo reunido é fruto de três estratégias de abordagem simultâneas e articuladas: plenárias territoriais, reuniões setoriais-temáticas e contribuições oriundas da participação digital, via internet, em e-mails, sites e redes sociais.

Paralelamente, em Salvador foram realizadas reuniões e plenárias com grupos setoriais-temáticos, que discutiram e elaboraram propostas considerando toda a Bahia. Ao mesmo tempo, a coordenação e uma comitiva realizaram 28 plenárias territoriais nos 27 Territórios de Identidade, que foram distribuídos em 14 grupos. Para cada um, foram realizadas plenárias iniciais, para apresentar a metodologia de construção do PGP 2014 e definir grupos de voluntários para coordenar e sistematizar as propostas. Cerca de dois meses depois, novas plenárias foram realizadas, desta vez para escutar e acolher as propostas maturadas pelos territórios.

Essas atividades envolveram mais de 50 mil pessoas, entre prefeitos, vice-prefeitos, ex-prefeitos, vereadores, empresários, deputados federais, estaduais, senadores, ministros, colegiados territoriais, consórcios municipais, imprensa, lideranças

comunitárias, sindicais, religiosas, movimentos juvenis, representantes de entidades de pessoas com deficiência (PcD), pessoas idosas, LBGT, movimento negro, indígenas, sem terra, sem teto, agricultores familiares e outros.

Fruto da consulta coletiva, o documento do Programa Participativo de Governo – PGP 2014 servirá de suporte para a elaboração/publicação de Cadernos Setoriais com subsídios para formulação de políticas públicas. Um material utilizado para fundamentar os trabalhos durante a campanha. O PGP também vai orientar a elaboração do Plano Plurianual 2016-2019. **Transformar o conteúdo participativo em realidade de governo é um compromisso dos partidos coligados com a construção de uma Bahia cada vez mais democrática e transparente.**

ORDENAMENTO

O documento consta de três abordagens:

- ✓ A primeira, introdutória, detalha a metodologia de construção deste Programa, tendo a transversalidade como elemento fundamental de articulação dos eixos e setoriais e o diálogo sobre a trajetória da democracia nas políticas públicas e indicadores de desenvolvimento na Bahia;
- ✓ A segunda, contendo o papel e o significado dos três eixos (Econômico, Social e Estado) na condução da Bahia para consolidação do avanço no combate à pobreza, na sustentabilidade ambiental, acesso à educação, crescimento econômico, reparação e promoção da igualdade. Esse será o percurso por onde a Bahia vai caminhar nos próximos quatro anos, ligando com um projeto de médio longo prazo com alinhamento de conteúdo dos projetos políticos do governo estadual e federal;
- ✓ A terceira, onde os eixos são fragmentados de forma mais estratégica, contendo proposições apontadas pelos Grupos Temáticos (GT), contribuições via internet (sites e redes sociais) e Plenárias Territoriais, analisadas, validadas e complementadas pelos partidos políticos da base aliada;

INTRODUÇÃO

Os dois mandatos do Governador Jaques Wagner, em consonância com os três períodos dos Governos Lula e Dilma, representam uma vitória da democracia e do enfrentamento às mazelas sociais, econômicas e culturais no Estado da Bahia. Vence o entendimento da política social não como uma compensação no processo de desenvolvimento, e sim como uma peça fundamental para fomentá-lo.

A Bahia pôde avançar a passos largos na direção da redução das desigualdades nos últimos oito anos. O índice de pobreza diminuiu de 21%, em 2006, para 12% em 2012,

o que significa que 1,2 milhões de baianos saíram da condição de pobreza e de extrema pobreza. A renda da população cresceu, em termos reais, 39% no período, concomitante com redução das diferenças de rendimento entre grupos sociais e do índice de Gini, o que significa que a desigualdade reduziu na Bahia.

Muitos avanços, oriundos de um conjunto de políticas públicas, podem ser elencados. Na saúde, destaca-se a redução da mortalidade infantil de 21,7 por mil em 2006, para 16,8 por mil em 2011. A taxa de incidência da hanseníase caiu de 21,8 para 14,7, entre 2006 e 2013, e a taxa de incidência da tuberculose, que recuou de 46,6 para 32,9 no mesmo período (ambas as taxas são expressas por 100 mil habitantes).

Na educação, constata-se uma expansão da presença na escola, sendo que 98% dos jovens de 7 a 14 anos estavam frequentando a sala de aula em 2012. O número de matriculados na educação profissional saltou de 4 mil em 2006, para 69,5 mil em 2013. Já o Programa Topa formou mais de 1,2 milhões de pessoas em toda a Bahia.

As condições de moradia no Estado melhoraram substancialmente na gestão do Governador Jaques Wagner. O percentual de domicílios com energia elétrica saltou de 93% para 99%; o percentual de domicílios cobertos pela rede geral de abastecimento de água aumentou de 77% para 83%; e, entre 2006 e 2012, a proporção de domicílios com acesso a esgotamento adequado ampliou de 52% para 63%.

Estas e muitas outras conquistas foram obtidas a partir do alinhamento das políticas estaduais com as políticas federais dos Governos Lula e Dilma, e de uma sólida parceria com prefeituras e sociedade civil organizada.

A economia do Estado foi impulsionada a partir dos efeitos multiplicadores das transferências de renda e dos programas estaduais de inclusão produtiva, que ao beneficiarem diretamente grupos sociais mais carentes incentivaram o consumo e, conseqüentemente, os setores de comércio e serviços, em especial no interior do Estado.

O novo dinamismo estimulou o empreendedorismo individual e as micro e pequenas empresas. Alinhado à atração de investimentos importantes pelo Governo Estadual, pode-se constatar a geração de mais 570 mil empregos com carteira assinada, entre janeiro de 2007 e março de 2014. Houve uma intensa política de atração de investimentos em diversas atividades econômicas, inclusive em setores produtores de bens finais, um ponto historicamente fraco da estrutura econômica estadual.

A atração de empresas dos setores: energético, com o desenvolvimento do parque eólico; indústria petroquímica; indústria naval; indústria automotiva; construção civil; alimentos e bebidas; mineração; e também o setor de serviços, irá gerar, de forma direta e indireta, mais de 140 mil empregos até 2016. A expansão econômica da Bahia está, necessariamente, alinhada a grandes projetos de infraestrutura e logística, tais como a Ferrovia Oeste-Leste, aeroportos, rodovias, Porto Sul, Ponte Itaparica – Salvador, dentre outros.

Também incentivou fortemente a economia popular através da introdução de instrumentos de apoio ao cooperativismo solidário e à agricultura familiar, com base territorial. Desta forma, está em curso uma transição para um novo ciclo de

crescimento com descentralização espacial, expansão das redes de cidades pequenas e médias, revigoração do mercado interno e expansão do comércio e dos serviços.

Apesar dos enormes avanços, ainda há um passivo social relevante, e muito a ser realizado e inovado no processo de desenvolvimento socioeconômico. Novos desafios se fazem presentes e a construção de um novo projeto de desenvolvimento requer um olhar preciso para as transformações em curso na Bahia. Em especial fatos como a mudança demográfica acentuada, com redução absoluta da população jovem e aumento da população idosa, além de um esperado aumento de dois milhões de pessoas em idade de trabalhar nos próximos 20 anos. Torna-se necessário um redirecionamento gradual de prioridades no que diz respeito às políticas públicas, a partir da redução da pressão sobre a oferta educacional e ampliação da necessidade de atenção a terceira idade.

Outro aspecto relevante diz respeito à posição da próxima gestão estadual frente à vitoriosa política de combate à situação mais grave de carência, a extrema pobreza. É preciso expandir a atenção à pobreza, encarando-a como multidimensional, e não só pelo aspecto da renda, o que implica em políticas complementares às bem sucedidas políticas federais.

É com atenção aos novos desafios, assim como considerando as necessidades de continuidade e complementariedade dos avanços dos últimos anos, e, principalmente, com a compreensão de que investir em cada baiana e baiano é o maior vetor de desenvolvimento possível, que este documento pauta o planejamento das políticas públicas do próximo Governo Estadual. O que foi conquistado oferece sustentação para um novo salto qualitativo. Agora, novas idéias vão aprofundar conquistas e alcançar outras.

Este quadro de avanço no cenário da base de desenvolvimento da Bahia revela maturidade da sociedade baiana na direção do entendimento das mudanças ocorridas no Estado, na última década, assim como da reivindicação sobre o que precisa avançar. O processo de construção do PGP 2014 revela uma clara sintonia entre o desejo de avançar sobre uma pauta de desenvolvimento com princípios de sustentabilidade ambiental, social, política e econômica, que requer um Estado presente, democrático, eficiente, eficaz e gerador de impactos positivos na vida dos baianos, em consonância com o desenvolvimento nacional.

Mais do que a versão oficial do Programa, este documento registra uma trajetória de luta, construção, resultados e demandas por políticas públicas e por um modelo de desenvolvimento fundamentado no projeto liderado nacionalmente por Lula e Dilma, e na Bahia por Wagner. Implantado como uma verdadeira revolução democrática, pautada na democratização do Estado e da sociedade baiana, na qualificação do aparato estatal e na implementação de políticas públicas de abrangência universal.

Com a democratização, supera-se o modelo de dominação política ainda existente na Bahia, pouco afeito ao diálogo e adepto das decisões verticalizadas e que, na prática política, desconsidera os recentes movimentos de ampliação da participação social nos processos de elaboração de políticas públicas. Uma verdadeira revolução foi realizada em parceria com os movimentos sociais organizados, partidos políticos de

esquerda, progressistas e de centro, que aderiram à coalizão de governo. Encerra-se o tempo das perseguições políticas e busca-se estabelecer relações republicanas, sejam com prefeitos, lideranças municipais, empresários, representantes da sociedade civil e movimentos sociais.

A Bahia passa a adotar instrumentos de tomada de decisão com participação popular e o controle social como procedimento fundamental. Muda a estrutura de poder do Estado baiano. Um exemplo é o Plano Plurianual Participativo (PPA-Participativo), no qual cada base territorial tem voz. Também as conferências temáticas e o funcionamento democrático de conselhos que deliberam sobre as diretrizes para as políticas públicas. Ainda a democratização da comunicação, instalação de câmaras setoriais com os segmentos econômicos e implantação de mesas de negociação com movimentos sociais e funcionalismo.

Ainda, ações para desconcentrar substantivamente a atividade econômica, geração recorde de empregos e distribuição de renda. Na maior mobilidade social de todos os tempos na Bahia, inúmeros baianos em situação de pobreza ascenderam à classe média, melhoraram a condição de vida. Uma revolução econômico-social, com sustentabilidade ambiental.

Na diretriz da concertação do Estado, a Bahia foi adequada às novas atribuições. Com a recuperação e criação de órgãos, estruturação de carreiras do funcionalismo na administração direta, reformulação e implantação de planos de carreira, e recuperação e valorização de salários são parte do processo. Dentro de parâmetros fiscais cuidadosos, o Estado foi redirecionado para um novo modelo de desenvolvimento, com novos instrumentos para organizar a gestão, desburocratizar os processos e dar cada vez mais transparência e efetividade à Administração Pública.

Na diretriz de políticas públicas de cobertura universal, foi implantado um conjunto de políticas públicas voltadas para toda a população, especialmente para os que mais precisam. Ao mesmo tempo, houve avanços na qualidade da prestação de serviços de utilidade pública já existente, como de novos serviços para toda a população. Entre as inúmeras novas políticas merecem destaque o Água Para Todos; o Saúde em Movimento, o ensino profissionalizante; o Vida Melhor e o Casa da Gente, que estão entre as principais iniciativas dos dois mandatos de Jaques Wagner.

A experiência e todas as realizações dos quase oito anos de Governo Jaques Wagner analisadas durante o PGP 2014, somadas ao diagnóstico da situação econômica e política nacional e da Bahia, balizaram a projeção das tarefas futuras para a continuidade e aprofundamento da revolução democrática na Bahia, orientando a elaboração do Programa que ora apresentamos.

EIXOS NORTEADORES - ECONÔMICO, SOCIAL E GESTÃO DO ESTADO



Democracia, Políticas Públicas e Desenvolvimento: um exercício necessário da prática da Transversalidade

Um dos marcos da agenda do governo democrático e popular é a inversão de prioridades com o estabelecimento de marcos de políticas públicas de reparação e compensação social que elevam a qualidade de vida da população. Uma importante compreensão é a das desigualdades historicamente constituídas em nosso país, foco maior no Estado da Bahia, e o desafio que o governo e a sociedade devem ter em dirimi-las. Alguns aspectos são mais latentes e estruturantes da desigualdade: o racismo, sexismo, geracional e de pessoas com deficiência. Daí a origem de muitas mazelas dirigidas às populações mais pobres do estado, majoritariamente feminina e negra.

Há ainda que se compreender que a juventude, correspondente a quase 30% da população, exige um cuidado e pressuposto em cada política executada. Trata-se da compreensão no presente e em uma visão de futuro que a absorva. Por isso é importante jamais perder de vista a igual importância dos cuidados com as crianças e adolescentes. Esses sujeitos sociais bancaram neste Programa de Governo o exercício do sonho, da utopia, da dinâmica que, como na física, busca a transformação da energia potencial para a energia do movimento.

Outra trajetória necessária é a do estabelecimento dos direitos humanos como alicerce das políticas públicas e, a partir disto, o estabelecimento de atenção especial a populações como as pessoas idosas, com deficiência e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, extrativistas, assentadas e assentados da reforma agrária, entre outras.

Além disso, é substancial considerar a identidade cultural e socioeconômica bem como o impacto ambiental na elaboração de projetos públicos. Como exercício concreto da importância das ações transversais, este PGP tomou como diretriz orientadora a abordagem territorial, que promove a gestão compartilhada entre os diversos entes governamentais e entre estes e a sociedade organizada.

Para garantia dessas premissas, a gestão democrática deve radicalizar a transversalidade, como instrumento que busca realizar ações integradas da gestão e da prestação de serviços entre diferentes políticas públicas que, associada aos instrumentos de consulta social como as conferências setoriais, democratizam a gestão, ampliam e incluem, em seus diversos âmbitos, atuando como promotores de programas e ações governamentais. Assim, obtivemos os resultados que hoje são fortemente sentidos por estes públicos.

Para o conjunto das propostas, nos eixos estratégicos, oriundas do processo participativo deste Programa de Governo, a transversalidade não é algo frio, que acontece de forma forçada ou apenas em situações pontuais e esporádicas. Acima de tudo, transversalidade é princípio, é cultura. Constitui ferramenta, estratégia, modo de se fazer democracia e desenvolvimento. Como fez o Governo Lula, Dilma, Wagner e diversos prefeitos e prefeitas por essa Bahia e Brasil adentro.

Os três eixos, a um só tempo, organizam o conteúdo e orientam a formulação setorial, como compõem perspectivas transversais que estruturam abordagens programáticas integradas, buscando gerar políticas públicas, programas e ações governamentais mais efetivas e transformadoras da realidade. Incorporamos, como legado orientador, os avanços da experiência dos mandatos de Jaques Wagner.

Todas as tarefas, postas para o Governo da Bahia no próximo período se desdobram em iniciativas temáticas, traduzidas em políticas públicas, programas e ações, que possuem vínculos com a perspectiva programática da 'Revolução Democrática e seu novo modelo de desenvolvimento. Os três eixos do PGP - desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e Estado' - são concebidos como partes de um todo, construídos como nexos estratégicos que se desdobrarão em abordagens por temas durante a transição, organizando o conjunto de objetivos, metas, diretrizes, programas e ações governamentais, buscando intervir no quadro econômico e social geral do estado e promover avanços ainda maiores.

O objetivo maior da nossa estratégia de desenvolvimento é a melhoria da qualidade de vida, compatível com o padrão civilizacional contemporâneo, o que implica em intensificar as políticas públicas das várias formas de inclusão social e ampliação da cidadania e reversão das várias dimensões da pobreza, das desigualdades, de opressão e de discriminação.

O projeto central é aprofundar as mudanças nas estruturas relacionadas com o desenvolvimento do Estado para manter o ciclo de conquistas para a Bahia e para os baianos e baianas. Partimos do reconhecimento de que as duas gestões do Governador Jaques Wagner, aliado às gestões dos mandatos do presidente Lula e da presidenta Dilma, deram "régua e compasso", mudaram o rumo da matriz do desenvolvimento da Bahia e do Brasil, mexeram na lógica do modelo de desenvolvimento, invertendo valores e mostrando que é possível e necessário crescer com inclusão e distribuição de renda e com sustentabilidade ambiental. Por isso, destacamos como **DIRETRIZES NORTEADORAS DO PGP 2014** os seguintes pilares:

- Aprofundar a distribuição de renda e o acesso a serviços e políticas públicas de qualidade em todos os territórios de identidade da Bahia;
- Aprofundar a desconcentração setorial e espacial da economia baiana;
- Ampliar política de incentivos diferenciados para melhoria da infraestrutura necessária ao fortalecimento da economia das cidades de pequeno e médio portes;
- Preparar a economia baiana para uma inserção mais competitiva no mercado nacional e internacional, buscando sua adequação á transição macroeconômica de maior equilíbrio entre os pilares do consumo e do investimento;
- Intensificar a atração de investimentos visando adensar cadeias produtivas para complementar a matriz econômica da Bahia, com vistas à ampliação da produção de bens finais;

- Consolidar novos vetores do Desenvolvimento Econômico (mineração, energia eólica, parque automotivo, petroquímico, hidrocarbonetos não convencionais, “gás de xisto”, cadeias produtivas estratégicas do setor primário);
- Modernizar e qualificar o setor de serviços, consolidando o aspecto social como vetor de desenvolvimento econômico (expansão da rede social como catalisador dos “negócios” de educação e saúde);
- Completar, modernizar e consolidar o sistema logístico da Bahia (ferrovias, portos, aeroportos, rodovias, telecomunicações), vinculado ao grande circuito econômico;
- Consolidar a rede de logística e infraestrutura vinculada (capilaridade) à micro e pequena média economia (estradas vicinais, pequenos aeroportos, aterros sanitários, pequenos frigoríficos e agroindústrias, sistema de armazenamento, dentre outros);
- Universalização do acesso a água e energia para consumo e intensificar investimentos para produção (água para todos, barragens, adutoras, sistemas simplificados, cisternas, luz para todos, e energias sustentáveis);
- Aprofundar o acesso à habitação, infraestrutura urbana e rural, com vistas à superação do déficit habitacional, como forma de ampliação da cidadania e dinamização econômica;
- Incentivar a organização e dinamização da economia popular (economia solidária, arranjos produtivos locais, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo);
- Constituir o Sistema de Educação da Bahia, em parceria com os municípios, universalizando a educação básica pública e de qualidade e avançado na escolarização da população economicamente ativa;
- Ampliar e consolidar a rede de ensino superior e de educação profissional, com parceria entre as universidades federais e estaduais, dos institutos federais e centros estaduais e territoriais de educação profissional, incentivando as universidades estaduais, visando à formação de uma plataforma produtora de conhecimento, tecnologia, inovação e cultura de estímulo ao novo ciclo de desenvolvimento no Estado;
- Garantir políticas de uso sustentável dos recursos naturais, utilizando o ZEE como instrumento orientador da atração de investimento bem como, garantidor do equilíbrio econômico-ambiental capaz de promover um desenvolvimento econômico sustentável;
- Incentivar o aumento da produtividade e comercialização da agricultura empresarial, bem como a agroindustrialização dos seus produtos;

- Incentivar a modernização da agricultura familiar e ampliar o mercado de compras institucionais da agricultura familiar, visando uma maior participação na geração de emprego, produção de alimentos e produto agrícola estadual;
- Fomentar o turismo na Bahia articulado com os municípios e agentes econômicos e culturais do estado;
- Fortalecer a base científica e tecnológica alinhada com as estratégias de desenvolvimento econômico e social;
- Construir política sistêmica de desenvolvimento urbano que busque reverter os efeitos colaterais do crescimento urbano acelerado, mediante a implementação de ações de planejamento e gestão dos grandes e médios centros urbanos e atendimento das demandas por infraestrutura, habitação de interesse social, mobilidade urbana e comunicação;
- Continuidade dos programas de transferência de renda, concomitante aumento da autonomia das famílias, como importante fator de redução da pobreza e da desigualdade, e dinamizador da economia local (comércio);
- Aprofundar política cultural de reconhecimento da nossa identidade, formada por uma diversidade constitutiva, que acolhe culturas negras, dos sertões, indígenas, ciganas, européias, urbanas e rurais, que constituem a diversidade da cultura baiana, incentivando os valores e atitudes emancipacionistas;
- Implementar política de assistência social que garanta e preserve os Direitos Socioassistenciais preconizados pelo Sistema Único da Assistência Social - SUAS à população baiana, principalmente, àqueles grupos mais vulneráveis socialmente e com situação de violação de direitos;
- Aprimorar as políticas de segurança pública, com melhoria da qualidade do serviço ofertado, com concurso público, modernização e fortalecimento institucional das polícias, dotando-as de poder de ação e inteligência, com valorização profissional. A ampliação de programas que atuem diretamente na instalação da paz das comunidades e do estado, com possível reestruturação do sistema de segurança pública, gestão prisional e com reinserção social;
- Aperfeiçoar a adoção de políticas eficazes para a redução do número de homicídios e acidentes, sobretudo da população juvenil;
- Reorientar políticas públicas buscando contemplar as transformações demográficas pelas quais passamos, com intenso processo de urbanização e aumento da expectativa de vida da população baiana;
- Implementar o Estatuto da Igualdade Racial e Combate a Intolerância Religiosa, garantindo o fortalecimento de ações para um Estado Laico e com respeito à diversidade religiosa existente na Bahia;
- Aprofundar políticas que além de reconhecer no jovem um sujeito de direitos e de propor políticas específicas para o atendimento desse segmento geracional,

consegue perceber a juventude como grupo etário estratégico para a construção de uma nova sociedade;

- Garantir política de ampliação dos direitos das mulheres, referente às condições de autonomia e empoderamento para promover igualdade de oportunidades na gestão pública, no mercado de trabalho, bem como combater qualquer tipo de violência contra a mulher;
- Aprofundar a atuação focada na transparência, combate à corrupção, no amplo diálogo com todos os setores, ressaltando a primazia da democracia;
- Avançar na qualidade dos serviços públicos, rompendo hábitos políticos e administrativos que não coadunam com uma administração moderna;
- Fortalecer os mecanismos de diálogo social com vistas ao controle sobre a atuação do governo, através dos instrumentos, como: Portal de Transparência, Lei da Informação e Ouvidoria Geral do Estado;
- Ampliar a democracia participativa com diálogo permanente com movimentos sociais, através de fóruns, colegiados territoriais, consórcios públicos, conselhos e conferências;
- Aperfeiçoar os instrumentos e ações de controle interno com medidas que reforcem a prevenção quanto a eventuais problemas, para otimizar a eficiência na execução de ações e políticas públicas;
- Estabelecer metas para os indicadores fiscais do Estado de modo a evidenciar o compromisso do Governo com os princípios de responsabilidade fiscal na arrecadação e aplicação dos recursos públicos;
- Desenvolver mecanismos que aprofundem a relação com os órgãos de fiscalização e controle externo, visando transparência da máquina estatal;
- Aprimoramento da gestão de pessoas (qualificação e garantia da saúde do trabalhador, tendo como base o Trabalho Decente) como diretriz para a qualificação do gasto público e conseqüente oferta de bens e serviços públicos com eficiência, eficácia e efetividade;

DIRETRIZES POR EIXOS

Com o eixo **Desenvolvimento Econômico**, buscamos avançar no novo modelo de desenvolvimento para a Bahia identificando suas tarefas para o próximo período e, a partir daí, as tarefas para o Governo do Estado. Como diretriz estratégica deste eixo, elegemos a busca de maior competitividade para a economia baiana.

Mais do que uma conta estática de custos e ganhos dos diferentes sujeitos econômicos, busca-se que a capacidade conquistada pelo conjunto de agentes

econômicos, do ponto de vista sistêmico, crie sinergia com as políticas públicas para o desenvolvimento econômico, de modo a permitir avanços, tanto no âmbito público, como no privado, com ganhos que permitam a toda população avanços qualitativos e quantitativos, econômicos e sociais.

A execução coordenada dos instrumentos de política econômica organizará, implementará e dará efetividade à política industrial, à política agrícola e agrária, de comércio, do turismo, da cultura e a todas as outras.

O eixo do **Desenvolvimento Social** institui políticas públicas que se articulam e complementam as políticas do Governo Federal. Estamos completando oito anos exitosos na construção de novo desenvolvimento na Bahia. O fato de termos criado 570 mil novas vagas no mercado de trabalho, implantado e ampliado significativamente o ensino profissionalizante; a rede física da saúde; do saneamento básico, entre tantas outras iniciativas, elevando a renda, ampliando a cobertura e qualidade dos serviços públicos, contribui para melhorar a vida das pessoas.

Vemos claramente a experiência do Governo Federal com o Programa Bolsa Família, com a intersecção entre das áreas de transferência de renda, educação, saúde, habitação, geração de trabalho e renda, combate à inflação, segurança alimentar e nutricional, acesso e estabelecimento de direitos, e outros. Assim como o exemplo do Pacto pela Vida, na Bahia, que transversaliza ações em duas dezenas de secretarias.

De forma complementar às políticas de transferência de renda, o governo Jaques Wagner implantou o Vida Melhor, que tem promovido inclusão produtiva para dezenas de milhares de pessoas, até então sem atividade econômica e renda, que viviam na situação de extrema pobreza. Somada aos instrumentos federais de combate à pobreza, a inclusão produtiva propiciou o aumento da renda média das famílias, ampliou o mercado interno e criou ambiente de bem estar social.

A perspectiva central do desenvolvimento social combina a ampliação e aperfeiçoamento dos instrumentos de inclusão produtiva, com a ampliação da oferta de serviços públicos de qualidade.

No eixo **Estado**, em 2003, com a chegada ao governo central, foi iniciado um processo de concertação do Estado, previsto no PPA 2004-2007. Na Bahia ocorreu o mesmo. Nestes oito anos foram qualificados órgãos, criadas e reestruturadas políticas públicas e programas governamentais inovadores. O Estado foi estruturado para as tarefas do novo desenvolvimentismo. Entretanto, desafios como a busca da competitividade sistêmica, na execução das grandes obras de infraestrutura, universalização de qualidade de serviços públicos, por exemplo, põem ao Estado a tarefa de concretizar sua adequação estrutural.

É preciso, também, continuar aperfeiçoando a gestão, aprimorando seus processos à sua nova natureza e missão. A constatação de que a reforma do Estado implantada na era neoliberal foi fracassada não isenta do ônus de conviver com todas as limitações do chamado modelo gerencialista, incapaz de prover adequadamente os serviços necessários à população e de viabilizar investimentos significativos sob a perspectiva do interesse da sociedade.

O objetivo, com o eixo Estado é aperfeiçoar a capacidade do Estado de intervir, entre tantas ao mesmo tempo, na base produtiva, prestar e regular serviços públicos, execução do orçamento, arrecadação e espaço fiscal disponível para execução das ações prioritárias de interesse do povo da Bahia.

Importante elemento desta articulação estratégica é a mudança de paradigma na área ambiental. A visão que está sendo consolidada é a do meio ambiente com vetor do desenvolvimento, da superação da pobreza e da inclusão produtiva. Não como obstáculo, mas como potencialização, a partir da visão de compromisso com a sustentabilidade que se almeja. O modelo de desenvolvimento deve responder permanentemente ao desafio da combinação entre o incremento social, a viabilidade econômica e a conservação dos recursos naturais.

A modernização dos sistemas de gestão, licenciamento, monitoramento, informação ambiental e fomento, alicerçada pelos instrumentos de controle social, aponta para a interdependência e transversalidade com o conjunto das políticas públicas governamentais e com as diretrizes do desenvolvimento, sempre em forma de prévio diálogo intersetorial.

Novos desafios se impõem para a próxima gestão: valorizar o patrimônio ambiental da Bahia, simplificar e tornar mais ágil o sistema de licenciamento integrado, fomentar a pesquisa científica e as tecnologias sociais que ampliem os padrões de sustentabilidade, integrar os sistemas de gestão espaciais, ampliar os processos de transversalização das políticas públicas, ampliar a governança ambiental através do monitoramento participativo, aprimorar o controle sociais através dos mecanismos de democracia participativa, ampliar os mecanismo de fomento através de editais direcionados à sociedade civil e prefeituras, aprofundar o pacto federativo e a gestão compartilhada entre os entes federados.

Dentre tantos desafios, o maior é continuar o processo de colocar a Bahia no seu devido lugar de destaque no cenário regional, nacional e internacional, fortalecendo a idéia de que o Estado seja de fato um patrimônio do povo baiano e do povo brasileiro.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Considerando o quadro econômico e social na Bahia de hoje, os condicionantes macroeconômicos existentes, podemos caracterizar as tarefas gerais colocadas no eixo Desenvolvimento Social na perspectiva do Novo Modelo de Desenvolvimento como: 1. aprofundar a distribuição de renda; 2. reduzir as desigualdades sociais e regionais, com melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

A combinação das políticas do Governo Federal nos mandatos de Lula e Dilma com as do Governo Jaques Wagner resultaram na imensa mobilidade social ocorrida na Bahia durante os últimos sete anos e meio. Transferência de renda combinada com inclusão produtiva, subsídios ao crédito e desoneração tributária para atrair novos investimentos, garantir os empregos existentes e ampliar sua oferta.

A articulação entre os programas federais e estaduais é fundamental. Na Bahia, no próximo período devem se combinar quatro importantes dinâmicas: 1. consolidação e ampliação da política de geração de empregos; 2. avanços significativos na universalização da cobertura dos serviços públicos, e implantação de novos programas, de caráter social e de garantia dos direitos humanos e cidadania; 3. consolidação e ampliação dos serviços públicos de assistência social; 4. consolidação e ampliação dos programas de inclusão sócio-produtiva, fomentando o associativismo e cooperativismo solidário.

Áreas estratégicas do desenvolvimento social são encaradas pelo conjunto de partidos que compõem esta frente como recursos que vão para além do processo de garantia de acesso a direitos - como a saúde, por exemplo, que já desponta como forte alavancador do PIB de Salvador, ou o ensino superior, como referência de polos de educação, em Feira, Vitória da Conquista, Barreiras, Ilhéus-Itabuna, Cruz das Almas, entre outros.

As tarefas postas pelo eixo Desenvolvimento Social refletem em inúmeras proposições para as diferentes áreas governamentais e para cada uma das Secretarias de Estado. Constituindo-se, também, em tema transversal que contribui com a organização de todas as áreas.

I. EDUCAÇÃO

MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO, DA CRECHE À PÓS-GRADUAÇÃO

As estratégias e propostas que garantem a prioridade da Educação no próximo governo se baseiam nas premissas da construção participativa e consolidação do Sistema e do Plano Estadual de Educação, na perspectiva da garantia do direito à educação em todas as dimensões, níveis e modalidades, para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos da Bahia.

A Educação, no sentido do atendimento ao direito de todos os baianos e baianas a aprender, em articulação com as demandas do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Bahia, é definida como prioridade para nossa gestão. Temos a determinação, coragem e ousadia para superar os obstáculos e conduzir continuidades e inovações pedagógicas que garantam a formação integral. Ao contrário do caos e desgoverno encontrados em janeiro de 2007, as principais questões da educação baiana foram foco de atenção e ação. Avançar somente é possível porque uma sólida base foi construída nos oito anos Governo Jaques Wagner.

Três diretrizes fundamentais serão continuadas e ampliadas:

- ✓ O papel protagonista, indutor e articulador da educação pública estadual sobre os demais níveis e dependências administrativas da educação;
- ✓ A concepção de educação integral, formadora da pessoa, do trabalhador/a e do/a cidadão/ã, de caráter humanista, não sexista, não preconceituosa, laica, estimuladora da cultura da paz e construída ao longo da vida, que não se limita a crianças e adolescentes;
- ✓ O foco na Escola, enquanto *lócus* principal do processo pedagógico e espaço de construção de relações com as famílias e comunidades do entorno.

Temos como premissa:

- ✓ O diálogo e o estímulo à participação e ao controle social com todos os segmentos demandantes, ofertantes, usuários (pais e estudantes) e trabalhadores da educação;
- ✓ A participação dos diversos setores envolvidos com o tema Educação, para além dos tradicionais sujeitos (professores e demais trabalhadores da educação, estudantes, pais e gestores educacionais), particularmente da juventude, trabalhadores do campo e da cidade, movimento sociais de defesa do direito respeito à diversidade (movimentos étnico-raciais, comunidades tradicionais, LGBT, pessoas com deficiência PcD, entre outros), não só foi condição fundamental para dar legitimidade às propostas apresentadas, mas se configura como elemento norteador de sua execução, por meio da participação e do controle social;
- ✓ A qualidade da educação depende diretamente do investimento e da qualidade de vida dos seus profissionais, e, conseqüentemente, da melhoria de suas condições de vida, trabalho e saúde, pois o profissional valorizado, saudável e motivado pode (re) significar e (re) construir a educação, tal como a população quer e precisa.

ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS

1. APROFUNDAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA BAHIA

Estado, municípios, Governo Federal e sociedade unidos pela educação de qualidade

Continuar o processo de recuperação do papel coordenador e indutor da Secretaria Estadual de Educação. O compromisso será firmado com municípios, consórcios

municipais e colegiados territoriais, instituições de ensino superior (estaduais e federais) enquanto ação articulada em educação, em todos os níveis e modalidades (educação básica, profissional e ensino superior, além da educação do campo, especial e educação de jovens e adultos).

As ações de responsabilidade dos municípios que serão apoiadas pelo Estado:

- a) Creches e educação infantil na cidade e no campo; construção e apoio a gestão;
- b) Ensino Fundamental: continuidade da municipalização da oferta dos anos finais (50 aos 90 anos); Alfabetização de Crianças até os oito anos; Correção da distorção idade-série;
- c) Gestão Municipal e Escolar; sistema de registro e gestão, sistema de avaliação contínua;
- d) Escritório de Projetos para captação de recursos federais;
- e) Criação de Centros de referência para apoio pedagógico.

2. AÇÕES EDUCACIONAIS DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Educação em toda parte, no campo, na cidade, para todos que queiram e precisam estudar.

A. Universalização do Ensino Médio, cada vez mais demandado pelas pessoas e pelos empregadores, via:

- ✓ Ampliação da Intermediação Tecnológica e novas unidades de Ensino Médio onde se fizerem necessárias.
- ✓ Ampliação da Educação Integral, enquanto concepção curricular para todas as escolas e implantação da Escola em Tempo Integral, em escolas da rede estadual, com prática e articulação de atividades culturais, esportivas, ciência e trabalho, realizando olimpíadas desportivas, de física, química, matemática, literatura, buscando dar visibilidade e prestígio às competições no âmbito estadual;
- ✓ Criação do Currículo Bahia, com elementos históricos, geográficos, sociais e culturais do estado e de seus territórios de identidade que considere: as demandas dos adolescentes e jovens em relação à cultura, lazer, esporte e trabalho;

B. Educação dos Trabalhadores e Trabalhadoras. Para continuar garantindo o direito a aprender que não prescreve com a idade, e qualificar parte importante da nossa população economicamente ativa, precisamos manter o programa de alfabetização (TOPA) e avançar fortemente na escolarização de Jovens e Adultos trabalhadores, com um grande programa que envolve, via ampliação dos Centros Noturnos de Educação e de parceria com prefeituras e sociedade. A meta é ampliar o número de matrícula e permanência, na educação profissional, como fez Wagner, que encontrou o estado com menos de 3 mil matrículas e elevou para 70 mil, em todo o território baiano;

C. Educação Profissional. A qualificação da mão de obra continuará vinculada aos vetores de desenvolvimento sócio econômico ambiental do estado, enquanto política pública de estado, com duplicação da oferta dos cursos técnicos de nível médio; com a criação do Instituto Estadual de Educação Profissional e outros novos centros territoriais e estaduais. A meta é aumentar como Wagner fez, que pegou o estado com menos de 5 mil e levou para 70 mil com a educação profissional; Articulação com as ofertas dos IFs e do Sistema S; Ampliação das ações do Pronatec, vinculado ao Programa de Educação de Jovens e Adultos;

D. Educação do Campo. A maior população rural do Brasil merece a melhor educação. Prioridade para escolas nos assentamentos e comunidades rurais, com atendimento às crianças, adolescentes, jovens e adultos do campo. Apoio às Escolas Família Agrícola e utilização da alternância e da contextualização nos processos educacionais. Ampliação do atendimento do ensino médio a indígenas e quilombolas. Criação de Centro Interuniversitário de Licenciaturas e Bacharelados voltados para o campo.

E. Educação e Diversidade. Os sujeitos demandantes da educação não são iguais, sendo preciso atendê-los de forma diferenciada. **Prioridade para a Educação Especial**, com a ampliação das salas multifuncionais e outros equipamentos voltados para pessoas com deficiência e superdotados, além de dar continuidade à política de acessibilidade nas escolas do estado, na perspectiva da universalização do atendimento, e para programas educacionais voltados para as relações étnicas, de gênero, direitos humanos e diversidade sexual. Além de promover o início da política de acessibilidade nas escolas do estado;

F. Educação Superior. Elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico ambiental do estado, tanto para as empresas, quanto para as políticas públicas e sociais. A proposta é unificar as ações ao invés de concorrerem entre si, criando um Sistema Estadual de Educação Superior, para planejamento de ações conjuntas e para propiciar:

- ✓ Articulação de ofertas no sentido de continuar a interiorização de cursos de graduação e pós-graduação e também nos grandes bairros populares de Salvador, bem como o acesso à educação superior em todos os territórios de identidade;
- ✓ Orientar a oferta de cursos com a demanda das políticas sociais, e do desenvolvimento econômico e ambiental do estado;
- ✓ Fortalecimentos dos *campi* estaduais existentes, em articulação com os novos *campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Universidades Federais;
- ✓ Apoio à criação da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia, Universidade Federal da Chapada Diamantina, Universidade Federal do Nordeste Baiano; Universidade Federal da Serra Geral;
- ✓ Estímulo às licenciaturas, com a criação da residência docente, de modo a potencializar a carreira de professor da educação básica e profissional;

- ✓ Manter diálogo permanente entre as universidades federais e estaduais e Governo do Estado;
- ✓ Respeitar e fortalecer a autonomia universitária dando ênfase ao papel das universidades públicas (estaduais e federais) e IFs para participarem de forma efetiva do projeto de desenvolvimento do Estado e evitando vazios de oferta com qualidade da educação superior na Bahia;

3. AÇÕES DE GESTÃO EDUCACIONAL

Profissionais da educação valorizados, estudante assistido, com Gestão Democrática da Educação

A. Gestão democrática da educação. Valor fundamental aplicado a todo o governo se expressa na Educação enquanto:

- ✓ Controle Social, na construção Participativa do Plano Estadual de Educação; Fortalecimento do Fórum Estadual de Educação e realização das Conferências Estaduais de Educação e Diálogo permanente com os Fóruns setoriais (Educação de Jovens e Adultos, do Campo, Indígena, Quilombola, Especial, Relações Étnicas e Raciais, etc.);
- ✓ Diálogo permanente com gestores escolares da educação básica e superior/ professores e funcionários/ estudantes, familiares e sociedade civil, envolvendo-os na Campanha intitulada: "A ESCOLA PÚBLICA É SUA", resgatando e fortalecendo o papel social da escola pública e sua relação com a comunidade, com o intuito da integração e acompanhamento das famílias na formação e rendimento escolar de seus filhos e filhas;
- ✓ Reestruturação da Secretaria de Educação e instâncias de Gestão das Unidades Escolares de modo que elas reflitam as políticas públicas permanentes e as prioridades elencadas neste programa com aumento da capacidade institucional da SEC em relação ao de planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos. A Bahia mudou. A educação evoluiu. A institucionalidade deve se adequar;
- ✓ Programa Escola com Aulas 100%, com estabelecimento de mecanismos de prevenção e controle de faltas e provimento imediato do professor substituto;
- ✓ Construção de Indicadores de Qualidade Escolar, amplamente discutidos com a comunidade;

B - Valorização do magistério e dos profissionais da educação

Os educadores e demais profissionais que atuam na educação são imprescindíveis na Educação, e por isso precisam ter condições de vida e trabalho cada vez com maior qualidade, para que isto se reflita na educação, daí as propostas:

- ✓ A ampliação das ações no campo educacional exigirá uma atenção especial ao provimento de pessoal, tanto para a docência de educação profissional, básica, especial e do campo quanto para especialistas no trabalho técnico educacional (gestão, currículo, infraestrutura, coordenação e orientação pedagógica, biblioteca, entre outras);
- ✓ Programa de Reconhecimento do Mérito Educacional Coletivo. Educação não se faz, só, todo um coletivo de professores, estudantes, pais, funcionários, comunidade, esforçam-se para a obtenção do sucesso escolar. Para tanto, será instituída a premiação da escola, professores/funcionários e comunidade em função do avanço dos indicadores educacionais da escola e do território, com ênfase nas realizações coletivas e no papel desempenhado por cada um e cada uma no processo educacional;
- ✓ Programa Estadual de Saúde para os Profissionais da Educação para a redução dos riscos no ambiente decorrente das condições e organização do trabalho, uma das maiores causas do absenteísmo de professores, ampliando o programa já existente;
- ✓ Continuidade dos Programas de Formação de Professores, inclusive de pós-graduação, na perspectiva da melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- ✓ O governo dará continuidade ao processo de valorização do magistério e dos profissionais da educação;
- ✓ Programa de Incentivo à Aprendizagem (Olimpíadas Estaduais de Educação), por área do conhecimento e por eixo tecnológico, formando professores e jovens pesquisadores e construindo tecnologias sociais e aprendizagem;

C - Assistência estudantil

Criar política de Assistência Estudantil para a educação superior para apoiar estudantes de baixa renda, com perfil e cadastro e, tendo como base o diálogo com o Fórum dos Reitores das universidades estaduais, e que deverá desonerar o orçamento das IES.

D - Infraestrutura - Estabelecer a **Escola Qualidade Bahia**, com padrão de infraestrutura, incluindo espaços pedagógicos, administrativos, apoio, convivência, cultura, esporte e lazer. A realidade determinará se a ação constituirá de reforma física, implementação de equipe de profissionais, equipamentos, ou ainda necessidade de construção e implantação.

II. SAÚDE

A SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ

A criação do Sistema Único de Saúde - SUS a partir da Constituição Federal de 1988 foi uma das mais importantes conquistas do povo brasileiro. Antes disso, o acesso ao Sistema Público de Saúde era garantido apenas para algumas ações de menor complexidade oferecidas pelos municípios e para os trabalhadores que tinham vínculo de emprego formal, que tinham acesso ao Inamps. A despeito da conquista que

significou a implementação do SUS, muitos são os desafios para garantirmos acesso universal com integralidade e equidade.

Quase 20 anos após a implantação do SUS, ainda no ano de 2007, o Estado da Bahia, possuía os piores indicadores de saúde da Região Nordeste, uma cobertura assistencial das mais baixas do país. A concentração na capital da baixa oferta especializada, a insuficiência de leitos em hospitais de referência e principalmente a carência de leitos em Unidades de Terapia Intensiva - UTI, a ausência de recomposição do quadro de servidores com concursos na rede própria estadual e a precarização da força de trabalho em saúde era o cenário da saúde da Bahia naquela época.

Na área de assistência farmacêutica, não se tinha uma presença forte do Estado no financiamento da aquisição de medicamentos básicos, filas para tratamentos de doenças de maior complexidade e a inexistência de uma política de apoio a estruturação e qualificação dessa área junto aos municípios eram a tônica.

Muitos foram os avanços desde então na ampliação do acesso aos Serviços de Saúde: ampliação da Atenção Básica com os investimentos do Governo do Estado na construção de unidades de Saúde da Família, e mais recentemente com a implantação do Programa Mais Médicos; construção de cinco novos hospitais (Hospital do Subúrbio em Salvador, Hospital Estadual da Criança em Feira de Santana, Hospital Regional de Juazeiro, Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus e Hospital Regional de Irecê).

O número de leitos de UTI triplicou, a cobertura do SAMU passou de 20 para 80% da população, dobrou o número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), extensão do acesso a serviços especializados, que antes só existiam na capital, para outras regiões da Bahia; ampliação do acesso a medicamentos, e várias outras ações tanto no âmbito da assistência à saúde quanto da prevenção e promoção da saúde. Também a implantação de Planos de Carreira para os profissionais da saúde significou ganhos reais para todas as categorias, e uma perspectiva de progressão funcional no serviço público.

Foram implantados programas que se tornaram referência nacional como o "Saúde em Movimento" (maior ação de ampliação de acesso a oftalmologia no país com mais de 400 mil pacientes atendidos e mais de 130 mil cirurgias de catarata), "Rastreamento de Câncer de Mama" (que já alcançou mais da metade dos municípios do Estado) e "Internação Domiciliar" (com mais de 800 pacientes internados com acompanhamento de equipes multidisciplinares).

Os investimentos em formação e qualificação profissional foram marcantes com a ampliação das ações realizadas pela Escola de Formação Técnica e pela Escola Estadual de Saúde Pública.

A ampliação da oferta de ações e serviços de saúde, associada aos investimentos para a melhoria das condições de vida da população se refletiram na melhoria dos indicadores sociais e neste caso particular dos que tratam exclusivamente do setor saúde. Cabe destacar, nesta perspectiva, alguns indicadores como o aumento esperança de vida ao nascer, a expectativa de vida da população e a redução da mortalidade materna e infantil. Outro dado relevante é a diminuição dos índices de

gravidez na adolescência, a redução da taxa de incidência de tuberculose, na taxa de incidência de casos notificados de meningite, de raiva humana, sarampo, rubéola, entre outras doenças infecciosas.

Apesar de todos estes avanços na saúde da Bahia, muito ainda há que ser feito para que a população desfrute de qualidade de vida e para que o povo baiano tenha amplo acesso aos serviços de saúde com qualidade e resolutividade.

Os desafios ora apresentados exigem que cada vez mais Estado e Sociedade, estejam unidos na busca da promoção da saúde. Para além de um sistema de Saúde descentralizado, regionalizado e resolutivo, o Estado deve estar comprometido em transversalizar políticas públicas, em promover o bem-estar e proteção da sociedade e reduzir e controlar o adoecimento e morte da população por doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis.

Nessa perspectiva, a garantia de que todo e qualquer cidadão tenha acesso às ações e serviços de saúde com qualidade, de modo que todas as necessidades possam ser atendidas na completude, exigem do Estado intervenções de forma integrada, transversal e conjunta entre todos os órgãos que compõe a estrutura organizacional com participação e controle da sociedade civil.

A descentralização na prestação dos serviços, a desconcentração, o fortalecimento da capacidade de gestão dos municípios e a busca pela integração e complementaridade das ações a nível regional, ou seja, o fortalecimento das diversas regiões do Estado, bem como a valorização do trabalho e do trabalhador, são princípios que devem nortear a ação do Estado na área da saúde.

EFETIVAR A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS

A expectativa de vida da população está sendo ampliada, o que é muito positivo. Contudo, isto seguramente vem desencadear o surgimento de uma série de novos desafios para o setor saúde, na medida em que esse fenômeno desencadeia um conjunto de doenças próprias do envelhecimento populacional, que se potencializam quando associadas a fatores de risco, vulnerabilidades e hábitos de vida não saudáveis, determinando um incremento significativo da prevalência das doenças crônicas, particularmente o diabetes mellitus, a hipertensão arterial, as doenças cardiovasculares e o câncer.

Estas doenças estão intimamente ligadas ao modo de vida das pessoas. Reconhecidamente o sedentarismo, o fumo, maus hábitos alimentares e o estresse estão diretamente ligados ao aparecimento de muitas destas condições.

- ✓ Promover educação para a saúde, particularmente direcionada para escolares, e estabelecer políticas públicas que facilitem e estimulem a adoção de hábitos saudáveis pela população é uma necessidade;

- ✓ O número crescente de jovens vítimas da violência e dos acidentes de trânsito, particularmente por motocicletas, tem alertado para a introdução de políticas públicas que revertam este quadro;
- ✓ Os investimentos para o fortalecimento das ações de vigilância em saúde devem ser ampliados, com destaque para a Rede de Laboratórios de Saúde Pública – RELSP - 12 implantados e inaugurados- Salvador, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Senhor do Bonfim, Brumado, Serrinha, Paulo Afonso, Jequié e Porto Seguro e Ibitirama -, e para as ações de controle das doenças transmissíveis. Serão implantados mais 16 laboratórios nos municípios de Alagoinhas, Ribeira do Pombal, Jacobina, Irecê, Juazeiro, Barreiras, Santa Maria da Vitória, Itapetinga, Itabuna, Ilhéus, Valença, Feira de Santana, Itaberaba, Seabra, Santo Antonio de Jesus e Camaçari.

GARANTIR A EFETIVA AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA COM RESOLUTIVIDADE, TENDO A FAMÍLIA COMO CENTRO DO CUIDADO

Para fazer a saúde chegar a cada cidadão e cidadã, nos 417 municípios baianos, é preciso garantir uma completa cobertura da Atenção Básica (AB) no Estado, tendo a Saúde da Família como principal estratégia. Além do potencial de resolver cerca de 80% dos problemas de saúde da população, quando se coloca a AB como principal porta de entrada para o sistema de saúde, ela tem a capacidade de estruturar e ordenar os demais componentes da Rede de Atenção. Também, diminui a superlotação dos hospitais de urgência e emergência, uma vez que cerca de 70% dos casos que procuram os serviços de emergência dos hospitais estaduais poderiam ser resolvidos ao nível da Atenção Básica. As experiências internacionais mostram que os sistemas de saúde que se organizam a partir da Atenção Básica, conseguem os melhores resultados com um menor custo.

- ✓ Os investimentos para a estruturação e qualificação dos serviços prestados neste nível de atenção serão ampliados;
- ✓ Novas unidades deverão ser construídas e equipadas e o Programa Mais Médicos será fortalecido, bem como novos serviços de apoio ao diagnóstico e suporte com opinião de especialistas das diversas áreas em parcerias com os municípios e com o Governo Federal. Para tanto será aproveitada a Telemedicina, a fim de otimizar a utilização dos recursos e garantir de forma rápida o acesso a esses serviços.

AMPLIAR O ACESSO ÀS AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE COM QUALIDADE E RESOLUTIVIDADE

Para garantir o acesso a serviços especializados, ambulatorial e hospitalar, de média e alta complexidade para toda a população, o planejamento e a programação dos serviços será realizado regionalmente com o conjunto de municípios, o Estado e a

União, buscando atender as necessidades de saúde da população nas diferentes regiões de saúde do Estado.

Nessa perspectiva, dialogando com todos os entes envolvidos, deve-se pactuar responsabilidades individuais e conjuntas para a garantia do acesso a saúde, buscando a co-participação e co-responsabilização.

- ✓ Criar e fortalecer rede de atendimento hospitalar no Estado garantindo o acesso aos serviços de saúde com qualidade e cobertura na capital e no interior em parceria com o município, rede privada e iniciativa de organizações da sociedade da área de saúde;
- ✓ Os investimentos para ampliação e estruturação dos hospitais da rede estadual devem continuar. Novos leitos de UTI serão implantados, além de um moderno serviço de telediagnóstico por imagem construído através de Parceria Público-Privado, ampliando o acesso a exames como ressonância magnética, tomografia, entre outros;
- ✓ Estratégias intinerantes para a ampliação do acesso a serviços especializados como o Programa Saúde em Movimento, que já recuperou a visão de milhares de baianos, deverão ser fortalecidas e ampliadas, baseadas na identificação de demandas reprimidas (cirurgias, rastreamento de câncer de mama, vasectomias, saúde bucal e outros procedimentos);
- ✓ NOVOS HOSPITAIS - Novos hospitais serão entregues, como: Hospital Metropolitano, Hospital da Costa do Cacau, no eixo Ilhéus-Itabuna, novo Hospital Regional de Feira de Santana, novo Hospital Couto Maia, Hospital de Seabra, Hospital para atender a população dos territórios Piemonte do Itapicuru e Chapada da Diamantina e Hospital do Sisal e Nordeste.
- ✓ Serão fortalecidos os hospitais de pequeno porte e os hospitais regionais, de acordo com as necessidades locais e regionais para composição da Rede de Atendimento;
- ✓ Será fortalecida a Rede Estadual para Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, presente nos polos macrorregionais para o atendimento da população, reduzindo a necessidade de remoção de pacientes para o diagnóstico e tratamento de câncer;
- ✓ O Programa de Internação Domiciliar será expandido e estará presente nos maiores municípios em todas as regiões do Estado;
- ✓ SAMU-192 - Expandir e qualificar o atendimento de urgência e emergência, garantindo uma assistência rápida e eficiente em todas as regiões do Estado ampliando a cobertura do SAMU-192 para 100% da população baiana, incorporando equipamentos e veículos que permitam levar a assistência pré-hospitalar a todos os baianos;
- ✓ Contribuir, com recursos do Estado, no custeio das Unidades de Pronto Atendimento – UPA e dos serviços hospitalares com porta aberta para urgência e emergência;

GARANTIR E QUALIFICAR O ACESSO AOS MEDICAMENTOS

- ✓ Garantir acesso a medicamentos e promover o uso racional, garantindo que novas tecnologias de eficácia comprovada sejam incorporadas, desde que adequadas às necessidades de saúde da população;
- ✓ Fortalecer a BAHIAFARMA, Programas como Medicamento em Casa, Farmácia Popular do Brasil, Farmácia da Bahia serão fortalecidos;
- ✓ Assegurar a contrapartida para os municípios no que se refere aos medicamentos básicos e a ampliação do número de pacientes atendidos nos programas de medicamentos especializados.

PROMOVER O CUIDADO MATERNO–INFANTIL, MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE VIDA, REDUÇÃO DO ADOECIMENTO E MORTE DA POPULAÇÃO

- ✓ Garantir atenção a saúde à mulher e à criança com qualidade em todas as fases da vida, para que a tendência de diminuição dos óbitos e do adoecimento dessas populações se consolide, como também para que seja assegurada qualidade de vida;
- ✓ É importante garantir que questões como a violência a criança e a mulher sejam tratadas como um problema social e neste particular de saúde pública;
- ✓ Os serviços e os profissionais devem estar preparados para garantir a integralidade da atenção, considerando as especificidades de raça/etnia, orientação sexual, idade, o fato de ser trabalhadora rural ou urbana e das pessoas portadoras de deficiência;
- ✓ As ações para o enfrentamento das doenças e agravos com maiores índices de incidência e prevalência, a exemplo do câncer de mama e útero, devem ter uma atenção especial.

GARANTIR O ACESSO ÀS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DE FORMA INTEGRAL E RESOLUTIVA ÀS PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL E/OU USUÁRIOS DE CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Na área de saúde mental, a inclusão social é umas das premissas que devem nortear as ações do Estado. Para tanto, no caminho da desinstitucionalização com responsabilidade, o acesso às ações e aos serviços de saúde deve ser garantido.

- ✓ Ampliação e o fortalecimento da rede de atenção psicossocial, com novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) nas suas diversas modalidades, com a implantação de leitos em hospitais públicos, o apoio a implantação de unidades de acolhimento e principalmente com ações transversais, conjuntas e integradas

entre os órgãos governamentais (municipais, estaduais e federais) e com a participação da sociedade civil.

EXPANDIR E QUALIFICAR A ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA NO ESTADO

- ✓ Fortalecer a área de Hematologia e Hemoterapia do estado, ampliando e qualificando os referidos serviços oferecidos;

QUALIFICAR A GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PROMOVENDO A EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E A EFETIVIDADE

- ✓ Fortalecer os mecanismos de gestão, com métodos, técnicas e instrumentos que subsidiem os gestores nos processos de tomada de decisão, desde a aquisição de insumos até a destinação final que a produção da saúde e conseqüentemente a satisfação dos usuários no atendimento as suas necessidades;
- ✓ Para tanto, é imprescindível fortalecer os processos de planejamento, monitoramento, controle e avaliação da gestão do sistema de saúde, garantir a participação e o controle social, fortalecer os mecanismos de regulação, sobretudo com a ampliação e a qualificação dos Complexos Reguladores.

VALORIZAR O TRABALHO E O TRABALHADOR DA SAÚDE

As especificidades do trabalho em saúde, considerando que lida na maioria das vezes com a dor, o sofrimento do outro no processo saúde-doença, exige que políticas públicas de valorização do trabalhador sejam qualificadas para atender aos anseios do conjunto de profissionais que atuam no sistema de saúde.

- ✓ Deverão ser fortalecidos nas diversas regiões do Estado os espaços de formação profissional para a saúde, integrados ao Programa Mais Médicos, transversalizando ações intersetoriais de educação, cultura, articulação com os movimentos sociais e populares, segurança pública e outros.

PROMOVER A EQUIDADE E ATENÇÃO INTEGRAL A GRUPOS POPULACIONAIS HISTORICAMENTE EXCLUÍDOS OU ESTIGMATIZADOS

Ampliar a oferta de serviços, garantido atenção integral a saúde com qualidade, considerando que as desigualdades sociais e econômicas se acentuam ainda mais nas populações que foram historicamente excluídas (negros, quilombolas, indígenas, assentados, acampados, LGBT, pessoas com deficiência, populações do sistema prisional, entre outras).

- ✓ Para tanto, é preciso continuar avançando no combate ao racismo e a qualquer forma de discriminação institucional, na implantação de políticas de atenção à saúde da população negra, do campo, indígena e LGBT, e, na ampliação e qualificação da atenção à saúde da população do sistema penitenciário e das pessoas com deficiência.

III. SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

A segurança pública é hoje um desafio da vida moderna. A preocupação com a segurança assumiu grande relevância na sociedade contemporânea brasileira e os cidadãos têm cobrado de todos os poderes, requerendo um olhar mais amplo sobre o problema. As soluções exigem ações de governo, de forma coordenada, e uma participação ativa que envolva a sociedade e as diversas instituições estatais em seus diferentes níveis.

O desafio da segurança pública, portanto, extrapola a necessidade de modernização do aparato policial, nos aspectos de infraestrutura, pessoal, tecnologia e logística. Tal visão, somada ao entendimento de que segurança pública não deve ser vista apenas como questão de polícia, foi determinante para deflagração de um novo modelo de gestão integrada da segurança pública, o Pacto pela Vida (PPV).

O novo modelo foi materializado em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), criado em 2007 pelo governo federal, cujo traço fundamental é o enfrentamento da criminalidade e contenção da violência com ações policiais e políticas públicas voltadas para áreas da segurança e social.

O programa é uma iniciativa inovadora na forma de se fazer política de segurança, orientada substancial e essencialmente por cinco princípios fundamentais que legitimam sua existência: Participação Ativa da Sociedade, Prevenção Social e Repressão Qualificada, Transversalidade, Integração e Territorialidade. Desta forma, vem consolidando o processo de modernização das polícias e o amadurecimento da gestão integrada do Sistema de Defesa Social, que articula a repressão qualificada com a prevenção específica do crime e da violência, de forma transversal dentro da administração pública e incorporando mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação de resultados.

A gestão integrada vem consolidando avanços, melhorias institucionais e conquistas históricas das forças de segurança. São exemplos de realizações e conquistas: a modernização da legislação orgânica das Polícias Civil e Militar e a elaboração do planejamento estratégico da SSP, materializado através do Plano Estadual de Segurança Pública (Planesp 2012-2015).

O planejamento contínuo traduz a nova estratégia institucional para a segurança pública, com destaque para a busca da redução da criminalidade, notadamente os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e os Crimes Violentos contra o Patrimônio

(CVP). Ainda como destaques das realizações podem ser citados: a valorização profissional e salarial das carreiras policiais, a formação e capacitação sistemática dos profissionais que atuam nas diversas áreas da segurança, com ênfase nos Direitos Humanos.

Destaca-se ainda a estruturação de uma superintendência para cuidar especialmente da prevenção no âmbito da SSP – A Superintendência de Prevenção à Violência (SPREV). Também foi criado o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), com o objetivo de ampliar a capacidade de investigação, com a melhoria dos processos internos das delegacias especializadas e conseqüentemente a ampliação da capacidade de identificação de criminosos e repressão aos crimes violentos letais intencionais.

Na área de infraestrutura e logística, além da frota que foi renovada e modernizada, ocorreram investimentos relevantes no reaparelhamento das unidades operacionais e em tecnologia da informação e comunicação, na capital e no interior, e para instalação de um Centro Integrado de Gestão de Emergências.

No intuito de transversalizar ações em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP, o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública e outros órgãos da esfera estadual e federal, houve o fortalecimento da área de inteligência policial, inclusive com a capacitação integrada de servidores e compartilhamento de informações.

Importante conquista foi deflagrar o processo de implantação do novo modelo de gestão das unidades policiais, com a retirada da custódia de presos de número considerável de delegacias, a interiorização do serviço de perícia, a implantação das centrais de flagrante da Polícia Civil, a implantação de novas unidades especializadas da Polícia Militar, inclusive com início das obras de uma Base Avançada do Grupamento Aéreo da PM – GRAER, no município de Lençóis e a implantação do Núcleo de Prisão em Flagrante do Poder Judiciário.

A partir do monitoramento constante das ocorrências policiais e seus resultados, foi possível constatar que a maior parte dos crimes em Salvador realmente possui vinculação com o tráfico de entorpecentes. O maior legado da gestão Jaques Wagner é a quebra de paradigma do fazer segurança pública. Foram indispensáveis para essa mudança o aprimoramento do modelo de gestão e o constante monitoramento dos resultados.

É possível afirmar que, hoje, em face dos investimentos, o Estado da Bahia criou um ambiente altamente propício, com ferramentas essenciais para implantação de um Programa cuja natureza seja tão perene que perpasse o conceito de Governo. Segurança Pública é área prioritária, um compromisso maior.

O Programa Estadual de Segurança com Defesa Social aproveitará parte conceitual e estrutural do atual, mantendo especialmente como base a Participação Ativa da Sociedade, Prevenção Social e Repressão Qualificada, Transversalidade e Integração, bem assim, Políticas de Proximidade e Ocupação de Território.

Defesa social tem um conceito bem mais amplo do que segurança pública, a meta é a busca da paz e bem estar para população. A defesa é do próprio Estado e das garantias e direitos insculpidos no texto constitucional, direito à vida, ao patrimônio, à liberdade, a democracia, entre outros. A inclusão social é seu substrato mais essencial. As vertentes em linhas mestras são:

- Garantia dos direitos individuais e coletivos
- Segurança Pública
- Enfrentamento de incidentes

O novo Programa ampliará ações de natureza preventiva, intensificando projetos existentes, mas, sobretudo com forte carga de inovação, com ações que guardem estreitamento com as novas demandas do século XXI, milênio III. Assim, a implantação do Sistema de Inteligência Estadual, com estratégia voltada para o fortalecimento da doutrina dentro das agências policiais e expansão do sistema para o interior, será uma premissa.

Os investimentos em TI (Tecnologia da Informação), bem como em equipamentos com tecnologia avançada para combate a crimes e contenção da violência, serão ampliados. Os Centros de Comando e Controle Integrado (CCI) terão desempenho espreiado por todo o Estado.

O somatório das Forças Estadual de Segurança e de Defesa Social desenvolverá ações articuladas entre as agências estaduais de Segurança e Corpo de Bombeiros, que reunidos irão enfrentar as tarefas designadas pela secretaria, objetivando redução de índices.

Quanto à repressão qualificada à criminalidade, as novas ações alcançarão todas as modalidades delitivas, todavia, atuará mais fortemente contra as organizações criminosas. O combate incessante ao tráfico de drogas em toda extensão territorial do Estado contará com nosso maior esforço, com incremento na estruturação das unidades de divisas, já existentes, e criação de novas unidades. De igual modo, será intensificado o combate aos crimes violentos letais intencionais.

Novas unidades policiais de combate ao crime organizado serão criadas, bem assim, Forças Tarefas voltadas para desarticulação de quadrilhas de tráfico, sequestro, crime contra a ordem financeira, roubo contra instituições financeiras, grupos de extermínio (crimes múltiplos) e demais delitos que necessitem ações preordenadas de inteligência e táticas com objetivo de reduzir índices.

Criação e implantação do BOPE- Batalhão de Operações Especiais (Polícia Militar), das novas Bases Avançadas do Grupamento Aéreo (Graer), ampliação do número das Companhias Independentes de Policiamento Especializado/Caatinga, criação do Departamento de Repressão ao Crime Organizado (Polícia Civil), ampliação da parte estrutural do Comando de Operações Especiais (Polícia Civil).

Prevista, ainda, a reestruturação das Companhias Independentes, Bases Comunitárias e Delegacias de Polícia. A meta aponta unidades policiais sem custódia de presos, possibilitando a redefinição de atividades finalísticas de investigação. Ao recluso, o direito ao cumprimento da pena no sistema penitenciário. Para tanto, o governo

trabalhará para ampliar vagas, além de traçar diretrizes claras para uma gestão orientada para resultados efetivos, que contribuam para reintegração social do sentenciado.

Todavia, não se descuidará das medidas eficazes para acabar com a atuação de presos no comando de crimes, intensificando o trabalho de inteligência. Merecem destaque ações de prevenção como o recém-aprovado Projeto de Lei 20339/2013, que obriga as operadoras de telefonia a bloquearem o sinal nos presídios baianos.

Considerando a extensão territorial da Bahia, serão criadas em cinco regiões do interior as Unidades Integradas de Segurança e Defesa Social-UISDS. Estruturas maiores, que ficarão sediadas conforme estudo geopolítico e econômico de cada região, atendendo a um maior número de municípios. Nessas unidades, as ações serão voltadas para a redução de crimes, com monitoramento permanente das fronteiras, do plantio ilegal de psicotrópicos e de contrabandos de armas, sustentadas por trabalho eficaz de inteligência policial e recursos avançados de tecnologia.

No desenvolvimento de ações de prevenção social do crime e repressão da violência, o plano contempla a criação de unidades policiais específicas para o Combate a Crimes de Intolerância e Raciais. Na esteira, será implantado o Instituto de Segurança e Defesa Social – ISDS, uma fundação criada no âmbito da secretaria, voltada para segurança pública e defesa social. Como uma das funções, a definição de políticas de atuação das agências policiais, com vistas a definir e implantar doutrina e técnicas científicas que serão desenvolvidas em conjunto com outros órgãos estaduais na busca contínua da identificação da causa da violência no estado, além de realizar a medição dos resultados.

O fortalecimento das instituições é um dos pontos de sustentação do programa, de maior relevo. Prevê implantação de cultura de resgate da identidade das corporações. Torna-se imprescindível motivar e incentivar positivamente os homens e mulheres que integram as forças policiais, o que só é possível com a valorização efetiva da carreira, através da profissionalização das diversas categorias, respeito e reconhecimento pelo desempenho do seu papel representativo de defesa dos interesses coletivos, resgatando o princípio da autoridade funcional, imprescindível para a tomada de decisão e desenvolvimento do compromisso pelo resultado.

A motivação está diretamente relacionada aos valores pessoais e institucionais. Portanto, deve-se elevar a autoestima e os sentimentos de respeito e credibilidade recíprocos que devem orientar as relações envolvendo o Estado, a sociedade e cada cidadão. Da mesma forma, é importante seguir trabalhando para ampliar a credibilidade das ações policiais, reprimir a corrupção, a violência, o abuso de poder e o assédio moral no ambiente corporativo.

É preciso fortalecer tecnicamente e estruturalmente as Corregedorias de Polícia, estabelecendo indicadores e metas para melhoria dos resultados, mas principalmente implantar uma cultura didática de fiscalização preventiva.

DO SOCIAL

Quanto aos aspectos sociais, a política de segurança coloca ênfase na prevenção. O novo Programa oferece destaque ao Desenvolvimento dos Territórios, com foco principal nas ações voltadas para a Juventude. Seja por meio de intervenções na qualificação de equipamentos e serviços públicos (como iluminação pública, aperfeiçoamento do mobiliário urbano e qualificação dos espaços públicos), ou através de iniciativas que garantam direitos para pessoas em situação de vulnerabilidade ou que já praticaram atos violentos.

A supervisão e o acolhimento de jovens mais expostos ao consumo de drogas ilícitas, especialmente derivados da cocaína, o fortalecimento de rede de proteção a grupos vulneráveis, rede de atenção básica à saúde, acesso à educação, saúde, assistência social e emprego, fortalecimento do programa PROERD, em parceria com os órgãos policiais, são algumas propostas.

Neste mesmo sentido, destacam-se as ações de melhoria da gestão e do controle da população carcerária. Além da construção de unidades prisionais e de acolhimento, é preciso avançar na reestruturação do sistema prisional baiano, tendo em vista as recomendações internacionais para a custódia de presos no Brasil, as contribuições dos movimentos sociais envolvidos na luta pelos direitos das pessoas presas e os esforços desenvolvidos pelo Governo Federal para qualificar a gestão do sistema prisional e reduzir a violência.

Ainda, será dada atenção especial à educação prisional, no sentido de escolarizar e profissionalizar a população carcerária, como instrumento essencial da sua ressocialização.

Deve-se seguir apostando na necessidade da criação de indicadores e metas de resultados para a área social, que devem ser monitoradas em cada Área Integrada de Segurança Pública – AISP e municipalizadas. Nesta perspectiva, é valiosa a experiência do Plano Juventude Viva (Plano de Prevenção à Violência contra Juventude Negra), lançado na Bahia em parceria com o Governo Federal, com o objetivo de reduzir as mortes de jovens negros no estado por meio de políticas sociais e ações de enfrentamento ao racismo.

A diretriz é reforçar o alinhamento das ações com a política nacional de segurança pública, uma vez que o enfrentamento de fenômenos como os do crime e da violência, exige sintonia e diálogo com outros estados e com o Governo Federal, inclusive na política de combate às drogas ilícitas. Assim, a política de segurança do Estado terá como diferencial o processo de planejamento integrado para segurança pública, em todas as fases, devendo buscar o engajamento da sociedade, representações sociais e outros atores.

IV. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Historicamente, a Bahia foi marcada por um cenário de exclusão social, colocando o estado entre os piores indicadores de qualidade de vida no país. Essa realidade era agravada pelas formas de exclusão racial e de gênero que, devido às singularidades da nossa formação social, assumiram dimensões ainda mais profundas. Nos últimos

anos, o estado vive um momento de superação desse quadro social, especialmente quando tirou 3,5 milhões de baianos da situação de extrema pobreza, reduziu substantivamente seus índices de analfabetismo, mortalidade infantil, desnutrição, trabalho de crianças.

Esses avanços foram possíveis com a consolidação de um novo modelo de proteção social no Brasil, estabelecido a partir do ano de 2004, e que permitiu a construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

As propostas registradas neste documento foram pautadas nas obrigações assumidas pela Bahia com o SUAS, de promover um conjunto de ações e serviços que assegurem os cuidados, atenções, benefícios e auxílios da Proteção Social não contributiva. Com isso, estamos assegurando os direitos socioassistenciais à população baiana, principalmente, àqueles grupos mais vulneráveis socialmente e com situação de violação de direitos.

As ações partem do fundamento que toda política que promove o desenvolvimento social deve ser transversal e chegar aos mais distintos segmentos da sociedade através de várias iniciativas presentes neste programa de governo, a exemplo da juventude, mulheres, terceira idade, pessoas com deficiência, população em situação de rua, etc. Baseiam-se no seguinte esteio:

- a) **Segurança de sobrevivência ou de rendimento e autonomia**, através das múltiplas políticas de **transferência de renda**;
- b) **Segurança de convívio ou vivência familiar**, apoiando as redes de proteção e defesa das famílias mais vulneráveis socialmente, no sentido de assegurar a coesão da família e a prevenção de riscos às crianças, jovens e idosos;
- c) **Segurança de acolhida**, voltada para a proteção em situações excepcionais, visando à redução de danos e proteção de segmentos sociais muito vulneráveis, como jovens em conflito com a lei, usuários de drogas, egressos do sistema penitenciário, população em situação de rua, etc., sobretudo visando o fortalecimento de vínculos, especialmente familiares;
- d) **Segurança alimentar e hídrica**, através das várias ações de acesso às condições fundamentais de nutrição, com qualidade e abastecimento de água que assegure um ponto confiável como fonte de suprimento;
- e) **Segurança de inclusão produtiva**, como política de reforço à inserção nos sistemas produtivos, tanto através de qualificação profissional como de incentivo ao empreendedor, ou ainda de programas de compra direta de produtos, conforme ressaltados em pontos específicos neste programa.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Ampliar o acesso ao Bolsa Família e aos Benefícios de Prestação Continuada, através de iniciativas tais como:

- a) Aumentar o número de famílias cadastradas no CadÚnico, referenciando-as através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
- b) Consolidar, em parceria com o Governo Federal e os municípios, a rede de gestores e técnicos do Bolsa Família, assegurando integração às diversas ações do SUAS;

GESTÃO DO SUAS

- ✓ O Governo do Estado se propõe atuar a partir do recorte territorial com vistas a qualificar as gestões municipais do SUAS;
- ✓ Incentivar, através de sua política de co-financiamento, a expansão dos serviços de Proteção Social Básica, através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, inclusive para atender às populações rurais e comunidades tradicionais, com vistas à universalização;
- ✓ Incentivar e regionalizar as ações de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade, através dos Centros Especializados de Referência – CREAS, com vistas a atender um maior número de famílias, dando suporte aos municípios com ausência ou insuficiência de rede socioassistencial;
- ✓ Estruturar ações estratégicas, a partir das ações do SUAS, envolvendo a Rede de Promoção e Proteção da Criança e Adolescente;
- ✓ Ampliar a atenção destinada à população em situação de rua, priorizando, os municípios de médio e grande portes, evitando o fluxo migratório para a metrópole.
- ✓ Incentivar a reestruturação e manutenção dos Conselhos de Assistência Social e Direitos da Criança e do Adolescente e suas respectivas Secretarias Executivas, e os Conselhos Tutelares;
- ✓ Promover ações em articulação com a sociedade civil, organizações e movimentos sociais, visando fomentar a participação dos usuários do SUAS.

CÂMARA SETORIAL DE PREVENÇÃO SOCIAL

- ✓ Como parte da política de segurança e defesa social, no âmbito do Programa Pacto Pela Vida, dentro do espírito de integrar o eixo das ações policiais ao eixo das ações sociais com articulação institucional e participação comunitária, existe hoje instituída uma Câmara Setorial de Prevenção Social que agrega as diversas secretarias de governo que atuam na área social (educação, saúde, assistência social, direitos humanos, trabalho e renda, esporte, cultura, juventude etc.);
- ✓ Consolidar e prover essa Câmara das condições para que possa dar pleno curso às ações sociais nos bairros e lugares de maior indicadores de violência;

- ✓ Criar condições para a juventude de áreas vulneráveis a fim de que elas sejam incorporadas às atividades desenvolvidas no âmbito da Câmara Setorial de Prevenção Social, em profunda conexão com o Plano Juventude Viva, em parceria com o Governo Federal e o Estado;
- ✓ Incorporar os municípios ao Programa Pacto pela Vida no tocante às ações de prevenção social, incluindo as atividades que devem obrigatoriamente ser desenvolvidas através de parcerias, a exemplo da assistência social, saúde e educação.

CENTROS SOCIAIS URBANOS - CSUs

O Governo da Bahia dispõe hoje de 31 CSUs – 22 localizados em cidades do interior e 9 na capital – como espaços de interação na comunidade com esporte, lazer, grupos de idosos, CDCs, alguns serviços municipais saúde, CRAS, além de iniciativas das comunidades, entre outros.

Construídos em um momento em que não existia um sistema integrado de assistência social, os CSUs cumpriram um papel que hoje precisa ser repensado. Para responder aos desafios do nosso tempo, apresentamos como propostas:

- ✓ Buscar recursos para readequação espacial dos CSUs, inclusive através de parcerias;
- ✓ Instalar nos CSUs o SAC Social, um serviço de excelência capaz de atender à população e aos vários segmentos organizados da sociedade civil;
- ✓ Dinamizar os CSUs como espaço de convivência tendo em vista a política de prevenção social de combate à violência, integrando ações de esporte, serviços, cultura e lazer para a população, especialmente para a juventude e a terceira idade.

V. ESPORTE E LAZER

- ✓ Ampliar infra-estrutura de Esporte e Lazer em toda a Bahia (no urbano e no rural);
- ✓ Realizar censo estadual sobre o Esporte e Lazer;
- ✓ Ampliar e aprimorar o apoio aos atletas baianos na preparação de atletas de alto-rendimento e apoiar a participação de atletas baianos de várias modalidades nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e outros;
- ✓ Fortalecer o Sistema Estadual de Esporte e Lazer, especialmente do conselho estadual e sua constitucionalidade e ações que propiciem a captação de recursos através de uma Lei Estadual de incentivo ao Esporte e Lazer;

- ✓ Fortalecer programas e projetos realizados em parceria com o Ministério dos Esportes e com as Federações e organizações das diversas modalidades esportivas;
- ✓ Criar Centro de Memória do Esporte e Lazer, já programado para a Arena Fonte Nova como legado do Pós-Copa;
- ✓ Construção do Complexo de Educação Olímpica do Estado da Bahia (Salvador);
- ✓ Instituir o programa de editais do fomento e apoio às ações como mecanismo transparente para a seleção e execução de projetos pelo Fundo Estadual de Esporte e Lazer que permita o investimento social privado nesta Política Pública;
- ✓ Promover a transversalidade do esporte e lazer com as políticas de Educação, Cultura, Turismo e de Saúde pública além das ações voltadas à inclusão de mulheres, de comunidades tradicionais, LGBT, juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência e da promoção da segurança para a população baiana;
- ✓ Ampliar ações sociais do Programa Pacto Pela Vida com o fortalecimento dos projetos de inclusão social através do Esporte e Lazer;
- ✓ Criação de um programa de premiação às boas práticas de esporte e lazer, incentivador da pesquisa científica e da extensão de conhecimentos gerados nas comunidades baianas em parceria com as Universidades, Faculdades e Centros de Pesquisa públicos e privados, além do Sistema "S";
- ✓ Criar calendário e estimular atividades desportivas escolares, com encerramento na Arena Fonte Nova.

VI. CULTURA

A partir de 2007, a Bahia entrou em sintonia com as políticas culturais nacionais e, em lugar da identidade baiana concebida como monocultura, as políticas passaram a enfatizar a identidade formada por uma diversidade constitutiva, que acolhe culturas negras, culturas dos sertões, culturas indígenas, culturas ciganas, culturas europeias, culturas urbanas e rurais, etc. Enfim, culturas que constituem a diversa cultura baiana.

As novas políticas fortalecem a institucionalidade, a organização democrática da cultura e a participação das comunidades culturais com novas instituições (Centro de Culturas Populares e Identitárias e Centro de Formação em Artes); legislações (Lei Orgânica da Cultura); conferências, colegiados, conselhos, sistema e planos estaduais.

As fronteiras da cultura foram ampliadas. Ações transversais foram realizadas com educação, turismo, promoção racial, política de mulheres, desenvolvimento social, trabalho, comunicação, direitos humanos, meio-ambiente, justiça, planejamento, economia, ciência e tecnologia e outras áreas.

Em razão da relevância da cultura baiana na formação da cultural nacional, seja pela riqueza do seu patrimônio imaterial, seja porque é sede do maior acervo de

patrimônio material protegido no país, é preciso ampliar ainda mais a vinculação da cultura com as ações de desenvolvimento e aprimoramento de serviços.

A submissão anterior da cultura ao turismo foi superada. As articulações buscam inscrever a cultura no desenvolvimento em curso na Bahia e para avançarmos ainda mais apresentamos as seguintes propostas:

- ✓ Ampliar a presença da cultura na educação, visando incluir no ambiente curricular e extracurricular das escolas públicas estaduais agentes, bens e manifestações culturais para aprimorar a formação dos estudantes;
- ✓ Fortalecer as ações de formação, em especial do Programa e da Rede de Formação e Qualificação em Cultura e do Centro de Formação em Artes, estendendo suas atividades a toda Bahia;
- ✓ Ampliar a oferta de cursos em cultura nas universidades públicas estaduais e buscar apoio junto às Universidades Federais;
- ✓ Potencializar a presença da cultura na comunicação, buscando ampliar a veiculação da cultura baiana. Atenção deve ser dada às mídias públicas, às novas mídias e às redes sociais;
- ✓ Implantar o sistema e o Plano Estadual de Cultura, visando consolidar a cooperação entre Estado, União e municípios, incentivando a criação dos sistemas e Planos Municipais de Cultura;
- ✓ Concluir e ampliar reformas, dinamizar os centros culturais existentes, instalar novos em territórios de identidade, estimular a gestão participativa e a articulação entre espaços culturais públicos e privados;
- ✓ Implementar o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador. Oferecer solução de moradia para todas as famílias de baixa renda que habitam a área. Criação de um Centro de Referência da Cultura Baiana, para apresentar e conectar todos os equipamentos culturais, atendendo as escolas e os visitantes de forma física e virtual. A visão de futuro é transformar o Centro Antigo em um local bom para morar, trabalhar, frequentar e visitar;
- ✓ Reforma, qualificação e valorização do patrimônio histórico e arquitetônico do Centro histórico de Salvador, Ilhéus, municípios da Chapada e do Recôncavo e outros municípios da Bahia;
- ✓ Realizar ampla reforma no Teatro Castro Alves, em Salvador;
- ✓ Ampliar as ações do Centro de Culturas Populares e Identitárias, com infraestrutura técnica e de gestão para a preservação e promoção da memória histórica e cultural da Bahia;

- ✓ Instalar ambientes de criação, formação, pesquisa e produção em culturas digitais, como condição para a ampliação da economia criativa na Bahia, um dos novos e mais promissores vetores de desenvolvimento.
- ✓ Apoio e investimento na cultura indígena e na Cultura Afrodescendente, instituindo ações de inclusão da cadeira do afoxé no Conselho de Cultura do Estado da Bahia, editais específicos para a cultura afrodescendente e repactuação dos recursos dos projetos e programas de governo.
- ✓ Executar macroplanos de ação, integrando ações de cultura e patrimônio às ações de serviços, desenvolvimento, turismo e aquelas voltadas para a juventude – como a ampliação do programa da Neojibá.

VII. DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA SOCIAL

Com o desenvolvimento acelerado da Bahia nos últimos anos, surgem mais demandas por infraestrutura, habitação, desenvolvimento e mobilidade urbana. O desafio do novo governo do Estado da Bahia é ampliar as ações de desenvolvimento urbano sustentável, com qualificação das intervenções existentes; perseguir continuamente a universalização no atendimento dos serviços de saneamento básico; melhorar a mobilidade nas grandes e médias cidades do Estado; aumentar a oferta de habitação de interesse social e ampliar a qualificação da infraestrutura urbana, especialmente em áreas de ocupação subnormal.

Há de ser ressaltada a necessidade de o Estado atuar na organização, ordenamento institucional e prestação de serviços nas áreas metropolitanas, especialmente quanto à mobilidade e saneamento. Entre 2007 e 2014, foram realizados investimentos e ações de grande impacto pelo Governo do Estado, destacando-se:

O Programa Água para Todos, com mais de 830.000 novas ligações de água, e mais de 405.000 ligações de esgoto; 3 grandes adutoras (São Francisco, Algodão e Pedras Altas); 5 novas barragens (Cristalândia, Mulungu do Morro, Serra Preta, Riacho de Santana e Lagoa do Torta); mais de 4.300 poços tubulares perfurados e 180 mil cisternas construídas. A tarifa social de água tratada beneficiou mais de 325 mil famílias.

O Programa Casa da Gente que juntamente com o PAC e o Minha Casa Minha Vida proporcionaram mais de 107 mil novas unidades habitacionais; mais de 25 mil títulos de regularização fundiária e atendimento a mais de 12 mil funcionários através do Programa de Habitação do Servidor Público.

Melhoria da infraestrutura urbana, com a revitalização do Parque São Bartolomeu na região do subúrbio de Salvador, Orla da Ribeira, Mercados do Rio Vermelho e Paripe, além de mais de 300 obras de pavimentação, arruamentos e praças em diversos municípios do Estado.

O Programa Mobilidade Bahia, com investimentos de mais de R\$ 8 bilhões, que prioriza o transporte de massa na Região Metropolitana de Salvador, destacando-se a

Via Expressa Bahia de Todos os Santos, o complexo viário 2 de Julho, na região do aeroporto, as marginais da Avenida Paralela, os viadutos do Imbuí e Nalandiba, as alças de ligação da Avenida Luis Eduardo com a BR 324 e com a estrada do Curralinho, a duplicação da Av. Pinto de Aguiar e a Avenida Nóide Cerqueira, em Feira de Santana.

Além das entregues, já estão em obras os dois grandes corredores transversais que ligarão a orla atlântica à orla do subúrbio de Salvador, com as avenidas Orlando Gomes, 29 de março, Gal Costa e a ligação Pirajá/Lobato, além da Ligação entre a Avenida Paralela e o Estádio Barradão.

Ainda na Mobilidade Urbana, destaque especial para o Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, que já começou a operar entre as Estações da Lapa e Retiro e segue em obras aceleradas.

Para consolidar e ampliar esta trajetória de desenvolvimento e crescimento, atendendo cada vez mais às demandas da população e da economia baiana, novos desafios e ações se fazem necessários ao próximo Governo do Estado, compreendendo o período 2015-2018, sendo os principais:

- ✓ Construção da política de desenvolvimento urbano, com ações às políticas de habitação, saneamento, mobilidade e planejamento urbano e territorial, com controle social;
- ✓ Fortalecimento do planejamento urbano integrado do Estado da Bahia obedecendo a divisão de Territórios de Identidade;
- ✓ Participação e apoio à Entidade Metropolitana criada pela Lei Complementar n.º 41/2014 para fortalecer a integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum aos municípios integrantes da Região Metropolitana de Salvador;
- ✓ Editar Lei Complementar para a Região Metropolitana de Feira de Santana em bases semelhantes à lei vigente para a RMS;
- ✓ Apoio à criação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Cidades;
- ✓ Estruturação de escritório de projetos para ampliação de assistência técnica aos municípios na área de desenvolvimento urbano, visando elaboração de programas e projetos com captação de recursos pelos municípios;
- ✓ Implantação do Programa Bairro da Gente, a partir do Projeto Piloto para Solução Estrutural de Arquitetura e Urbanismo para Favelas, proveniente do Concurso Público Nacional de Idéias promovido pelo Governo do Estado/SEDUR e Instituto de Arquitetos do Brasil, visando transformar as favelas em bairros infraestruturados, com acessibilidade, saneamento básico e equipamentos comunitários que possam trazer a presença do Estado;
- ✓ Programa estadual de monitoramento, melhorias e disponibilização de equipamentos e serviços públicos para uso comum, na pós-ocupação dos empreendimentos habitacionais de interesse social, apoiando as Prefeituras para

dotar os Conjuntos Habitacionais de infraestrutura urbana, de transporte e de equipamentos comunitários;

- ✓ Execução de um amplo programa de regularização fundiária nas áreas ocupadas pertencentes ao Estado e remanescentes da URBIS na RMS;
- ✓ Seleções públicas para processos de regularização fundiária e pequenas obras, destinado aos municípios e às entidades sem fins lucrativos representativas das comunidades envolvidas;
- ✓ Participação e apoio aos Municípios na elaboração ou alteração do PDDU visando à sustentabilidade e racionalidade da ocupação e ordenamento do solo que diminua os deslocamentos, beneficiando a mobilidade urbana e medidas para o cumprimento da norma constitucional de função social da propriedade imobiliária;
- ✓ Incentivar as prefeituras a destinar parte dos novos loteamentos para ocupação de conjuntos habitacionais populares, compensando o investidor imobiliário com destinação e aplicação de recursos dos Cepac em melhoria da infraestrutura local;
- ✓ Construção de novas Unidades Habitacionais de Interesse Social, em parceria com o Governo Federal e municípios, no período 2015-2018;
- ✓ Criação do Programa Estadual de prevenção de desastres naturais em áreas urbanas, ampliando as ações já iniciadas de contenção de encostas e de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- ✓ Implantação de soluções regionalizadas que viabilize uma Gestão Eficaz sobre a Limpeza Urbana, Manejo e Destinação Final de Resíduos Sólidos;
- ✓ Em parceria com órgãos e institutos federais, a exemplo da Funasa, universalizar os serviços de saneamento básico, inclusive coleta e destinação de resíduos sólidos, e planejar a otimização das ações através da Embasa, Cerb ou Entidades de Sistemas Autônomos;
- ✓ Elaborar e Implantar a Política, o Plano Estadual e o Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana, priorizando a racionalização e integração entre os diversos modais de transporte;
- ✓ Concluir a implantação do Metrô, com a Linha 1 até Águas Claras/Cajazeiras e a Linha 2 até Lauro de Freitas, perfazendo um total de 41,5km de linhas e 22 estações;
- ✓ Implantar a nova estação Rodoviária de Salvador, em Águas Claras, na entrada da cidade, integrada ao metrô e ao BRT;
- ✓ Concluir a implantação dos corredores estruturantes transversais, ligando a orla atlântica à orla do subúrbio de Salvador, possibilitando a criação dos primeiros anéis viários internos da cidade do Salvador que serão dotados de transporte de alta capacidade, o BRT e sua integração ao metrô:
 - Corredor 1: Av. Pinto de Aguiar – Av. Gal Costa – Ligação Pirajá/Lobato;

- Corredor 2: Av. Orlando Gomes – Av. 29 de março – via Águas Claras/Paripe;
- ✓ Concluir a via de ligação entre a Av. Paralela e o Estádio Barradão;
- ✓ Conclusão de projetos de requalificação do Parque Metropolitano de Pituaçu;
- ✓ Conclusão dos projetos de requalificação da Orla Atlântica e implantação também na orla suburbana;
- ✓ Requalificação do trem do subúrbio e implantação de VLT-Veículo Leve sobre Trilhos, entre o bairro do Comércio e Paripe /Estação São Luís, com posterior ligação através de túnel, interligando o Comércio à Lapa, possibilitando a integração VLT/Metrô;
- ✓ Implantação do VLT Metropolitano, interligando Candeias, Simões Filho, Camaçari, Dias D'Ávila e Alagoinhas (2ª etapa) ao metrô, em Salvador;
- ✓ Implantar a linha ferroviária de passageiros entre Salvador e Feira de Santana;
- ✓ Programa de Mobilidade Urbana para médias e grandes cidades, priorizando soluções onde já existe perda expressiva da mobilidade, a exemplo de Ilhéus/Itabuna, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Barreiras, Juazeiro, Lauro de Freitas;
- ✓ Implantação do programa 'Mobilidade Cajazeiras', conjunto de ações com vias de ligação interbairros e interligação da região das Cajazeiras e adjacências ao corredor transversal da Avenida 29 de março e estender o tipo de intervenção para os demais bairros populares;
- ✓ Melhorar o serviço hidroviário entre Salvador e Itaparica, através da concessão da operação dos novos ferries, além de implantar ou melhorar as linhas regulares entre Salvador e Maragogipe, Salinas e Ilha de Maré;
- ✓ Pleitear junto ao Governo Federal a criação do Fundo Nacional de Universalização do Saneamento Básico nos moldes existentes para telecomunicações;

VIII. DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E ACESSO À JUSTIÇA

Direitos Humanos, Cidadania e Acesso à Justiça para a Bahia seguir crescendo

Ao longo dos últimos oito anos, o Governo Jaques Wagner notabilizou-se por garantir maior centralidade à dimensão dos Direitos Humanos no planejamento e desenvolvimento de políticas e também na gestão pública. Com esta intenção foram priorizadas, entre outras medidas, a criação de instâncias de participação popular e controle social, em variados entes e níveis. Partindo desta compreensão estratégica, os interesses e necessidades de variados sujeitos e segmentos populacionais foram identificados e passaram a integrar diversas ações de Estado, possibilitando, inegavelmente, maior robustez, satisfação social e coerência na elaboração e na execução de políticas públicas.

Para assegurar efetividade às medidas de promoção, proteção e defesa de Direitos Humanos, na Bahia, também foi necessário que o esforço e a articulação interinstitucional se voltassem para demandas específicas de determinados segmentos estratégicas, permitindo a correção de diferenças, desigualdades e opressões que históricas ainda lhes atingem no presente. Neste sentido, foram revistas diretrizes políticas e a própria legislação federal, agora sob a perspectiva local, visando ao respeito das peculiaridades e demandas destas populações nas variadas regiões e contextos sociais baianos.

Para o próximo governo, o desafio reside na constituição de arranjos políticos e de gestão acessíveis que garantam a interseccionalidade, a interiorização/municipalização e a ampliação de recursos públicos voltados à execução dessas políticas.

Por fim, todo o esforço desempenhado para que, na Bahia, os Direitos Humanos e o acesso à Justiça ganhassem contornos substantivos na vida das pessoas, somente será válido se a próxima etapa for igualmente exitosa. O desafio à frente é o da instituição e aperfeiçoamento de medidas para o monitoramento e ao acompanhamento dessas políticas. E foi com este espírito que representantes da sociedade civil, ativistas, especialistas e gestores que militam na seara dos Direitos Humanos formularam as propostas a seguir, contribuindo com o Programa de Governo Participativo 2014.

ACESSO AO DIREITO E À JUSTIÇA:

- ✓ Desenvolver medidas voltadas à popularização do Direito e ao fortalecimento da cidadania, com ênfase para a justiça participativa ou comunitária, contribuindo com a celeridade, a efetividade e a desburocratização na resolução de conflitos;
- ✓ Ampliar a articulação política e o desenvolvimento de ações que garantam a universalidade e a efetividade no acesso ao Direito e à Justiça nos diferentes territórios de identidade, através das instituições competentes (Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil);
- ✓ Fortalecer a assistência jurídica gratuita em regiões do Estado que dispõe de unidades prisionais e de cumprimento de medidas socioeducativas, visando à preservação de direitos, a ressocialização dos apenados/internos e um melhor gerenciamento do sistema;
- ✓ Desenvolver e instituir ações estratégicas para a reabilitação e a reintegração social da pessoa condenada, através da humanização do cumprimento de pena e com foco na sua educação, capacitação profissional, fortalecimento de sua razão psicológica e social;
- ✓ Fortalecer, através do apoio e da implantação de ouvidorias externas acessíveis – com destaque para a das “Polícias”, a “Permanente em Defesa da Igualdade Racial” e a da “Defensoria Pública” - a participação popular e o controle social para a garantia do acesso ao Direito e à Justiça.

POPULAÇÕES ESTRATÉGICAS:

PESSOA IDOSA

- ✓ Revisar os critérios atuais e desenvolver medidas que assegurem, gratuitamente, o direito a tratamentos médicos, insumos e medicamentos a esta população, reduzindo a elevada incidência de medidas judiciais atualmente adotadas para tal fim (judicialização da saúde);
- ✓ Constituir, com o apoio das universidades estaduais e federais, “Observatório do Envelhecimento Digno”, como medida de acompanhamento dos efeitos de políticas públicas e ações da iniciativa privada no respeito à dignidade, na garantia de direito e de oportunidades à população idosa no Estado da Bahia;
- ✓ Apoiar a implantação de abrigos, centros de convivência e de longa permanência à pessoa idosa do Estado da Bahia, priorizando as regiões com maior índice de exclusão social e maior presença “per capita” desta população.

POVOS E COMUNIDADES INDÍGENAS E TRADICIONAIS

- ✓ Adotar medidas que garantam, no âmbito da educação escolar indígena, o respeito às peculiaridades territoriais, socioculturais e lingüísticas de cada comunidade, além do direito à consulta prévia, como requisito ao seu desenvolvimento e efetivação;
- ✓ Fortalecer as ações voltadas à construção, reestruturação e aquisição de equipamentos, a produção de materiais didáticos e a formação de professores para a educação indígena, quilombola, cigana e outros povos tradicionais;
- ✓ Aumentar, por meio de programas/atividades especiais, as ações afirmativas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas estaduais de educação superior, contribuindo com a ampliação do acesso e permanência de indígenas na educação superior de estudantes;
- ✓ Criar política estadual que regularize a ocupação de terras rurais e devolutas estaduais por povos e comunidades indígenas, além de fortalecer parceria e gestão política junto às instâncias federais competentes, visando a garantir celeridade aos processos de regularização fundiária de terras indígenas em solo baiano;
- ✓ Apoiar à constituição de redes (formais e informais) entre povos e comunidades indígenas, ciganas, entre outras, potencializando a troca de experiência e informações, além da participação e do controle social deste segmento na definição de políticas e medidas de seu interesse;
- ✓ Elaborar, a partir dos resultados do “Projeto Bahia Produtiva” (Governo da Bahia/CAR e Banco Mundial), o Programa Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Indígenas, visando, com ênfase na sustentabilidade, à inclusão econômica, produtiva, sociocultural, organizacional familiar e sustentável;
- ✓ Elaborar e instituir, com a participação dos povos e comunidades interessados, o Plano Operativo de Atenção à Saúde Indígena no Estado da Bahia, como forma de garantir a efetividade da Política Nacional voltada a esta população estratégica e

incluindo: a presença de equipamentos e serviços no nível local; a formação de recursos humanos para atuação em contexto intercultural; o monitoramento das ações de saúde; a articulação dos sistemas tradicionais indígenas de saúde; a promoção do uso adequado e racional de medicamentos; a promoção de ambientes saudáveis e acessíveis aos índios com deficiência e proteção da saúde indígena;

- ✓ Apoiar a assistência jurídica e a oferta de mecanismos de garantia de direitos à população indígena, cigana e outros povos tradicionais, com ênfase para a obtenção de documentos básicos de identificação civil;
- ✓ Apoiar iniciativas voltadas à divulgação e à valorização da cultura, história e memória de indivíduos, povos e comunidades indígenas e ciganas, dentre outros povos tradicionais.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)

- ✓ Instituir o Plano Estadual de Acessibilidade, como ferramenta para adequação de espaços, equipamentos e serviços públicos estaduais, tendo como prioridade o Centro Administrativo da Bahia;
- ✓ Ampliar as unidades de reabilitação para pessoas com deficiências: visual, auditiva, física e intelectual e os serviços especializados de saúde nos diversos territórios de identidade;
- ✓ Apoiar os municípios baianos em ações que fortaleçam a participação cidadã das pessoas com deficiência, através da constituição de conselhos de Direito e organismos executivos, além da elaboração de Planos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiências;
- ✓ Ampliação/manutenção de apoio governamental, através da Agência de Fomento do Estado da Bahia, para a redução à zero da taxa de juros em linhas de crédito ofertadas por bancos públicos (BB) para a aquisição de produtos e tecnologias assistivas que contribuam com a autonomia e independência desta população;
- ✓ Promover a busca-ativa (identificação) e medidas de estímulo à demanda de pessoas com deficiência aos cursos profissionais e tecnológicos ofertados pelo PRONATEC – Viver sem Limites e pelos demais programas estaduais de profissionalização, ampliando a ação de inclusão deste público no mercado de trabalho;
- ✓ Ampliar, nas áreas de gestão da educação, a oferta de cursos de formação continuada em ensino de LIBRAS, BRAILE, AUDIO-DESCRIÇÃO para professores e servidores da educação, com programação estratégica através do Plano de Ações Articuladas – PAR/MEC e programas estaduais de formação continuada;
- ✓ Apoiar a realização de lazer e turismo acessíveis e fomentar o esporte paraolímpico nos diversos territórios do estado, priorizando a capital e a região metropolitana;
- ✓ Apoiar atividades e ações de cultura acessíveis.

PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

- ✓ Elaborar o plano de ação para o cumprimento das diretrizes e demais dispositivos da Política Estadual para População em Situação de Rua (Lei nº 12.947/2014), com ênfase para a garantia de direitos, a reversão da imagem social negativa, o resgate à auto-estima e a reestruturação de projetos pessoais e atuação produtiva;
- ✓ Ampliar e descentralizar - através de parceria com o Poder público municipal - o Programa Bahia Acolhe, que congrega ações de assistência social e inclusão voltada a esse segmento;
- ✓ Desenvolver medidas que garantam a participação prioritária da população em situação de rua em obras e serviços realizados pelo poder público, seja diretamente ou em parceria com a iniciativa privada;
- ✓ Promover a elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a população em situação de rua;
- ✓ Apoiar a assistência jurídica e a oferta de mecanismos de garantia de direitos a essa população, com ênfase para a obtenção de documentos básicos de identificação civil;
- ✓ Desenvolver medidas voltadas à garantia de moradia digna a esse público, nos programas de habitação de interesse social executados no Estado da Bahia, diretamente pelo governo estadual ou com a sua colaboração; priorizando as áreas centrais urbanas em que ele já se situa, respeitando a integração entre a habitação e os meios de sobrevivência.

PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVA:

- ✓ Elaborar e instituir, em parceria com a sociedade civil, universidades e o poder público municipal, o "Plano Estadual de Prevenção, Redução de Danos e Combate ao Uso de Drogas" visando ao cumprimento das diretrizes, objetivos e demais dispositivos da Política Estadual Sobre Drogas (Resolução nº 001/2012 - CONEN-BA);
- ✓ Desenvolver parcerias com os municípios baianos (termo de adesão ao Plano Estadual e apoio financeiro) para a constituição de sistemas municipais para prevenção, redução de danos e combate ao uso de drogas, a ser composto por: órgão gestor e de participação popular (conselhos) municipais, além de fontes de financiamento (fundo);
- ✓ Promover o desenvolvimento de metodologias, a realização de pesquisas, a capacitação técnica, educacional, de saúde e assistência social aos profissionais que atuam em serviços públicos destinados ao atendimento de usuários de substância psicoativa, através de parcerias com universidades e instituições especializadas;
- ✓ Elaborar e instituir medidas voltadas à atenção especializada e ao cuidado em saúde para o usuário de substância psicoativa, priorizando a implementação de consultórios na rua; a constituição de unidades específicas para atendimento de

“adultos” e “crianças e adolescentes”, além de enfermarias especializadas na rede estadual de saúde;

- ✓ Fortalecer a atuação dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas CAPS AD, enquanto unidades especializadas para a assistência, a recuperação e a reinserção social de usuários de substâncias psicoativas;
- ✓ Ampliar os processos de discussão e mecanismos de acompanhamento e aperfeiçoamento das comunidades terapêuticas no Estado da Bahia, fortalecendo uma atuação parceira entre estas instituições, representantes dos CAPs, movimentos sociais e especialistas, a possibilitar uma assistência digna e plena aos usuários de substância psicoativas.

POPULAÇÃO LGBT:

- ✓ Constituir e implementar o Plano Estadual de Saúde Integral da População LGBT, a ser acompanhado por Comitê Técnico competente, como forma de coibir os efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença deste segmento populacional;
- ✓ Criar a “Rede de Proteção e Combate à Violência contra a População LGBT”, articulando estrategicamente atores governamentais, universidades e sociedade civil na consecução de medidas voltadas a reversão deste fenômeno e à garantia de direitos deste segmento populacional;
- ✓ Instituir o “Programa Escola para a Diversidade” como mecanismo auxiliar ao estabelecimento da cultura do respeito, de garantia da dignidade e inclusão da população LGBT;
- ✓ Fomentar e desenvolver iniciativas voltadas à inclusão produtiva e geração de emprego e renda de pessoas LGBT em situação de vulnerabilidade social
- ✓ Implementar o “Plano Bahia sem Homofobia”;
- ✓ Apoiar iniciativas voltadas à produção de conhecimento sobre a população LGBT, com ênfase para a sua cidadania, além do combate à violência e à discriminação por orientação sexual;
- ✓ Ampliar e interiorizar os serviços do Centro de Promoção e de Defesa dos Direitos LGBT.

SISTEMAS DE PROTEÇÃO À PESSOA:

- ✓ Desenvolver, de modo articulado com a sociedade civil, universidades e poder público municipal, medidas que garantam maior visibilidade/conhecimento, acesso e interiorização dos “Sistemas de Proteção à Pessoa” existentes na Bahia, a saber: (a) Sistema de proteção a vítimas e testemunhas; (b) Sistema de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte; (c) Sistema de proteção aos defensores de Direitos Humanos; (d) Sistema de proteção ao tráfico de pessoas; (e) Ações de combate à tortura; (f) Ações de combate ao trabalho escravo;

- ✓ Apoiar o desenvolvimento de programas e projetos para o acolhimento e o atendimento específico, integral e inclusivo de vítimas e testemunhas de crimes, além de vítimas de tráfico de pessoas, de tortura e de trabalho escravo, em articulação com os sistemas de saúde, segurança e justiça;
- ✓ Capacitar operadores de serviços públicos que lidam diretamente com essas populações para a promoção de atendimento adequado e especializado;
- ✓ Integrar as bases de dados relativas aos casos de violação de direitos e as relativas aos atendimentos às vítimas pelos Sistemas de Proteção em referência, aperfeiçoando o acompanhamento e monitoramento dessas ações, e contribuindo com a melhoria dos serviços prestados.

IX. MULHERES

A constatação das desigualdades de gênero na partilha do poder em todas as instâncias da vida social deixou de ser um desafio restrito aos movimentos feministas e aos movimentos de mulheres e tornou-se objeto da atenção e do compromisso da sociedade e de muitos governos. Assim, as políticas públicas para mulheres não são políticas setoriais e não interessam exclusivamente às mulheres, mas dizem respeito a todas as áreas, a todos os setores da sociedade, porque já não existem mais dúvidas de que as desigualdades de gênero, de raça e de classe perpassam os variados campos da nossa organização social.

A criação da Secretaria de Políticas da Igualdade (Sepromi), em 2008, responsável pelas políticas de promoção da igualdade racial e de políticas para as mulheres e, em 2011, a criação de uma Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), durante o segundo Governo Wagner, representam o reconhecimento de que a desigualdade entre homens e mulheres impõe um limite ao desenvolvimento democrático da sociedade.

Esta ação afirmativa, a criação da SPM, permite dar centralidade às transformações que queremos, com o objetivo de mudar a realidade das persistentes desigualdades em nosso país e como instrumento para consolidar e avançar na implantação de políticas de igualdade e de combate aos preconceitos, à discriminação, que promovam a cidadania, que assegurem que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades para se desenvolver, incluindo-as no exercício dos seus direitos e assegurando-lhes a participação em todos os espaços da sociedade.

No próximo governo, esta questão seguirá sendo entendida como prioridade, com as mulheres protagonizando as transformações, levando em consideração as suas diferenças e as diferentes condições de acesso aos recursos, aos serviços, no exercício e usufruto de seus direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos, como cidadãos com direito a terem direitos.

Este programa aponta propostas agrupadas em cinco estratégias centrais: economia e Inclusão Produtiva das Mulheres; empoderamento da participação das mulheres nos

espaços de poder; enfrentamento da violência contra a mulher: educação inclusiva e não sexista e saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, quais sejam:

- ✓ Promover a participação das mulheres nas grandes obras e empreendimentos do Estado, priorizando sua inclusão em postos e funções que não são tradicionalmente ocupados por mulheres;
- ✓ Promover a inclusão produtiva das mulheres por meio da assistência técnica e extensão rural, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e à comercialização, como fomento a práticas de economia solidária;
- ✓ Ampliar a oferta de equipamentos públicos como creches, lavanderias e restaurantes comunitários e de políticas que favoreçam o aumento do tempo disponível das mulheres, promovendo a sua autonomia, inserção e permanência no mercado de trabalho;
- ✓ Apoiar iniciativas de fortalecimento institucional de organização de mulheres rurais e urbanas;
- ✓ Enfrentar a questão da violência contra a mulher com a implementação de políticas públicas específicas e por meio da criação de programas e projetos de combate à violência contra a mulher, o racismo, o sexismo, a lesbofobia e transfobia, garantindo, sobretudo a qualificação profissional, o atendimento especializado e a sensibilização em gênero e cidadania feminina para os gestores e agentes públicos;
- ✓ Ampliar o programa de combate ao turismo sexual e tráfico de mulheres e à prostituição infantil;
- ✓ Incentivar e encaminhar ao legislativo, a proposta de criação de Juizados Especiais de combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em conformidade com a Lei Maria da Penha;
- ✓ Ampliar Rede de Atendimento às Mulheres com instalação de novos Centros de Referências, Delegacias Especializadas, Casas Abrigo e Serviços de Abortamento Legal;
- ✓ Elaborar programa de metas conjuntas com as demais instituições do sistema de justiça e saúde, para a redução dos homicídios de mulheres, como monitoramento, avaliação e indicadores de resultado;
- ✓ Universalizar o registro das notificações compulsórias e capacitação dos profissionais de saúde para atendimento às mulheres e correta alimentação do sistema;
- ✓ Criar seccionais do IML em outras regiões do Estado e de um serviço especializado de perícia para as mulheres em situação de violência, com ambiente humanizado e acolhedor;
- ✓ Construir um projeto pedagógico baseado nos princípios da diversidade, igualdade e justiça social para garantir uma educação de qualidade e não

discriminatória que propicie igualdade de condições para inserção no mercado de trabalho;

- ✓ Promover junto com os meios de comunicação, programas de construção de imagens e informações que reforcem a igualdade entre homens e mulheres;
- ✓ Criar sistema de creches e pré-escolas em áreas rurais e urbanas;
- ✓ Implantar de forma qualitativa o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, de direitos sexuais e direitos reprodutivos, com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde -SUS, tendo como filosofia o Programa de Assistência de Integral à Saúde da Mulher – PAISM;
- ✓ Implantar estruturas de atendimento para a realização do abortamento legal na rede estadual de saúde;
- ✓ Contemplar a integralidade da atenção, considerando as especificidades de raça/etnia, orientação sexual, idade, o fato de ser trabalhadora rural ou urbana e das pessoas portadoras de deficiência;
- ✓ Ampliar o programa de prevenção e tratamento de câncer de mama e útero;
- ✓ Ampliar a rede de maternidades, em especial, nos pequenos municípios;
- ✓ Implantar a obrigatoriedade médica da notificação da violência doméstica e das mortes maternas e neonatais;
- ✓ Implementar ações que garantam o direito de acompanhante para enfermos e mulheres em trabalho de parto;
- ✓ Instalar Casas de Acolhimento pré e pós - parto na sede dos municípios para as mulheres trabalhadoras rurais;
- ✓ Assegurar a instalação do Conselho de Ética no controle e acompanhamento das pesquisas na área de saúde reprodutiva;
- ✓ Apoiar a Criação de programa de incentivo e apoio técnico aos Comitês Municipais para redução da Morte Materna e Neonatal.

X. JUVENTUDE

A Bahia tem a maior população juvenil da sua história e isso é um importante passaporte para o desenvolvimento e a inclusão social. São milhões de pessoas entre 15 e 29 anos com múltiplas possibilidades de contribuição para o estado, e, ao mesmo tempo, com demandas por direitos, por criação de novos direitos, cidadania e emancipação.

Entre 2007 e 2014, o Governo da Bahia iniciou uma luta para que estas juventudes fossem ouvidas. Com envolvimento de todas as secretarias de governos, foram realizadas no período duas conferências estaduais sobre o tema, precedidas de 48

etapas territoriais e 273 conferências municipais, que reuniram mais de 110 mil jovens em toda Bahia.

A partir do diálogo com os jovens do nosso estado foi aprovado e sancionado em 2014 o Plano Estadual de Juventude, que eleva o caráter das políticas públicas de juventude à categoria de Política de Estado, reconhece a juventude como categoria social merecedora de atenção e legislação diferenciadas e orienta as intervenções governamentais pelo período mínimo de 12 anos.

Antes mesmo deste plano o governo já vinha investindo em políticas que mudam a realidade da juventude baiana. Exemplo disso é o programa Trilha, lançado em 2008, que promove a inserção de jovens no mundo do trabalho por meio de capacitação e formação para a cidadania. É um programa que tem a cara do jovem, trabalhando em diversas modalidades de forma a atender a pluralidade da juventude. Até o ano de 2013 foram atendidos 69.120 jovens em 202 municípios com um investimento de mais R\$ 45,9 milhões, além de fortes investimentos no Pronatec e no Projovem oriundos da cooperação com o governo federal e com os governos municipais.

Compreendendo a diversidade da juventude baiana e a necessidade de um olhar mais específico ao segmento mais fragilizado da juventude do Estado, jovens negros vítimas de violência e homicídios nas periferias dos centros urbanos, uma das iniciativas mais recentes do Governo do Estado na política de juventude foi a criação do Comitê Gestor do Plano Juventude Viva da Bahia e a adequação de diversos programas ao atendimento deste público. O Juventude Viva é um plano do Governo Federal que visa o combate à violência contra a juventude negra, principal vítima de homicídios no país. Através de políticas sociais voltadas especialmente para este setor. O Plano pretende a médio prazo reduzir o índice de homicídios nas principais áreas de violência com políticas públicas que garantam os direitos dos jovens.

Se os últimos anos ficaram para a história brasileira e baiana como aqueles em que desenvolvemos vigorosamente a capacidade de produzir riqueza, ao mesmo tempo em que foi proporcionada a inclusão de milhões de pessoas, chegou a hora de qualificar esse desenvolvimento, ajudando a construir uma sociedade mais justa, humana e solidária. Um projeto que além de reconhecer no jovem um sujeito de direitos e de propor políticas específicas para o atendimento desse segmento geracional, consegue perceber a juventude como grupo etário estratégico para a construção de uma nova sociedade.

Seguem aqui propostas para aprofundar o projeto de uma nova Bahia construída pela, para e com a juventude.

- ✓ Fortalecer a institucionalidade da Política Estadual de Juventude através da Coordenação e do Conselho Estadual de Juventude, bem como avançar na execução do Plano Estadual de Juventude;
- ✓ Ampliar possibilidades de acesso à educação superior para os 27 Territórios de Identidades fortalecendo a rede de Universidades Públicas (federais e estaduais) e IFs, apostando numa política estadual de apoio ao acesso e permanência estudantil, com destaque para a Juventude negra, indígena e quilombola;

- ✓ Reformar o Ensino Médio compreendendo um novo modelo de escola, com construção participativa e multidimensional dos conhecimentos que incluam novas vertentes epistemológicas (e as perspectivas de gênero, raça, geração), novas dinâmicas culturais da juventude e as tecnologias da comunicação, informação e inovação;
- ✓ Incentivar o empreendedorismo juvenil por meio de linhas de microcrédito para os jovens formados nos programas de qualificação e formação profissional do Estado, bem como pela criação de incubadoras empresariais que privilegiem as iniciativas jovens;
- ✓ Promover políticas públicas específicas e diferenciadas para a Juventude Indígena e as diversas comunidades tradicionais dentro dos programas já existentes do Estado;
- ✓ Construir a Política Estadual de Redução de Riscos e Danos para jovens que fazem uso de substâncias psicoativas, com foco naquelas/es que fazem uso abusivo, promovendo, a partir da articulação com as demais políticas, a promoção de cidadania e redução da exposição à violência;
- ✓ Realizar Olimpíadas Estudantis Juventude Viva;
- ✓ Implantar canais de TV da cidadania, difundidos nos territórios de identidade e com programação feita por e com jovens;
- ✓ Fortalecer e ampliar o "Semeando e o Semente de Ciência" no âmbito do Pacto pela Vida, bem como das demais ações que fomentem as culturas digitais nas periferias baianas;
- ✓ A partir da Lei 11.769/2008, que inclui o ensino de atividades musicais no currículo da educação básica, bem como para a promoção da cultura de paz nas escolas, fortalecer a ação do Governo do Estado para atuar mais especificamente nos assuntos pertinentes à difusão das Fanfarras no Estado da Bahia;
- ✓ Estimular os Programas de arte e cultura voltadas especificamente para as Áreas Integradas de Segurança do Programa Pacto pela Vida em todo o estado com o objetivo de estimular uma cultura de paz, o desenvolvimento social e criar novas oportunidades para os jovens em situação de vulnerabilidade social que já atuam ou não na área da cultura;
- ✓ Atuar com maior vigor através de mecanismos de fiscalização e acompanhamento dos casos de violência contra a juventude negra nas áreas de implantação das Bases Comunitárias do Programa Pacto Pela Vida;

NEOGIBÁ - A fruição da cultura não deve ser privilégio de poucos. É necessário disponibilizar à juventude o que temos de melhor em termos de linguagens artísticas e a música erudita é uma delas. A experiência baiana do Programa Neojibá, também chamado de Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia, criado pelo Governo Jaques Wagner em 2007, é uma dessas conquistas que devem ser expandidas e valorizadas.

Atualmente o Programa Neojibá beneficia mais de mil crianças e jovens, através de núcleos em algumas cidades. A principal orquestra juvenil já tocou com repercussão em importantes salas de concerto do Brasil e do mundo, tendo gravado cds e dvds. São instrumentos de música erudita entrando na casa de jovens do povo, levando um novo alento, uma nova forma de ver e ouvir o mundo. São jovens talentos das famílias mais pobres e dos bairros mais populares fazendo arte e superação.

O compromisso é ampliar o Programa Neojibá, abrindo mais núcleos prioritariamente nas áreas de atuação do Programa Pacto Pela Vida, como forma de integrar a juventude às ações sociais e culturais, superando uma cultura de drogas e violência. O Neojibá, portanto, faz parte do Pacto Juventude Viva que estamos assumindo como política de prevenção à violência.

XI. IGUALDADE RACIAL

As mudanças positivas ocorridas na Bahia e no Brasil são fruto do reconhecimento e da valorização da diversidade. Na medida em que admitiu-se ser um estado plurirracial, houve um avanço com medidas que, além de combater o racismo e superar as desigualdades históricas criadas em desfavor de negros e indígenas, também proporcionaram a inclusão destes segmentos como meio de aproveitar as várias competências e contribuições para o desenvolvimento da Bahia e do Brasil.

Neste momento em que a luta pela igualdade racial se consolida com a aprovação da Lei que institui cotas nos concursos públicos e, na Bahia, do Estatuto da Igualdade Racial e de enfrentamento a intolerância religiosa, é preciso seguir avançando nesta estratégia. Continuar acreditando na diversidade como força. Sem a superação do racismo não haverá democracia e nem efetivo desenvolvimento.

Tais medidas passam pelo fortalecimento da SEPROMI e pela continuidade na criação de instrumentos que consolidem este campo de política pública em nosso estado.

A seguir propostas que serão desenvolvidas pelo próximo governo:

- ✓ Implementar o Estatuto da Igualdade Racial e Combate a Intolerância Religiosa, garantindo o fortalecimento de ações para o estado Laico e com respeito à diversidade religiosa existente na Bahia;
- ✓ Completar o mapeamento das casas religiosas afro-brasileiras (terreiros) iniciadas pela SEPROMI e atualização do existente;
- ✓ Assegurar a implementação do Plano Juventude Viva, Plano de Prevenção a Violência contra Juventude negra, lançado na Bahia através do governo do estado em parceria com o governo federal (SEPPIR e SNJ) com o objetivo de promover mais inclusão, emancipação e garantia de direitos para Juventude ao lado de ações de conscientização para desconstrução da cultura de violência e de enfrentamento ao racismo institucional
- ✓ Preservar, restaurar e reconstruir os sítios e espaços sagrados das religiões afro-brasileiras promovendo o seu reconhecimento e legalização fundiária;

- ✓ Criar Grupo de Trabalho Institucional, com participação da sociedade civil, para aplicação das resoluções da Conferência Estadual da Promoção da Igualdade e do Estatuto da Igualdade Racial e Combate a Intolerância Religiosa.

XII. INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E MUNDO DO TRABALHO

No âmbito da Inclusão Produtiva, o Governo Jaques Wagner trouxe uma inegável contribuição ao consolidar, num único programa— o Programa Vida Melhor —, um conjunto de ações voltadas para o fortalecimento de iniciativas produtivas realizadas por diversos segmentos populares, resguardadas suas especificidades tanto rurais quanto urbanas, chegando a cerca de 400 mil famílias com atendimento de assistência técnica, fomento, equipamentos, fortalecimento das redes de economia solidária, entre outras.

Destacando os acertos e uma reflexão crítica acerca da execução de uma política de inclusão sócia produtiva, na Bahia, nos últimos oito anos, e tendo como base os princípios da economia solidária, avaliamos que passos outros carecem ser consolidados e inovados, tais como:

- ✓ Ampliar a ação do Programa Vida Melhor, inserindo-o na matriz estratégica de gestão das políticas públicas de forma transversal e integrada;
- ✓ Ampliar apoio nos processos de assistência técnica urbana, ampliando a cobertura das Unidades de Inclusão Sócio-produtiva (UNIS) e Centros Públicos de Economia Solidária (CPs);
- ✓ Criar, junto ao Desenhahia, linhas de microcrédito específicas para empreendedores individuais/familiares urbanos que, aptos para contraírem financiamento, eventualmente se encontrem com restrições cadastrais;
- ✓ Unificar as bases de dados de beneficiários das políticas sociais do Estado da Bahia (CadCidadão), e ampliar diálogo institucional entre o Programa e o SUAS;
- ✓ Foco no Trabalho Decente com vistas à inserção produtiva dos empreendimentos solidários baianos como estratégia para superação da pobreza, oferecendo oportunidades de emprego; incentivo à sua formalização; qualificação profissional; crédito produtivo; apoio ao associativismo econômico; apoio aos empreendimentos econômicos solidários; incentivo ao trabalho autônomo e ao empreendedorismo individual; apoio à comercialização da produção artesanal; fortalecimento dos Fórum municipais e territoriais de economia solidárias com aprimoramento da formação dos gestores do trabalho;
- ✓ Fomentar o diálogo social como estratégia para a melhoria das condições de trabalho; apoio à constituição de Agendas Municipais do Trabalho Decente;
- ✓ Priorizar ações de erradicação do Trabalho Escravo, do trabalho infantil; da inserção da Juventude no mercado de trabalho; promoção da Igualdade de Gênero e

Raça; valorização do trabalho doméstico; valorização do Servidor Público; ampliação de oportunidades para as Pessoas com Deficiência; promoção à Saúde e Segurança no Trabalho;

- ✓ Estímulo à criação de Empregos Verdes;
- ✓ Desenvolver ações de fortalecimento das políticas de trabalho, emprego e renda como: ampliar a atuação do Sinebahia visando alcançar todos os municípios com ações de desenvolvimento do trabalho, inclusive pelo serviço móvel por ônibus; ampliar o atendimento do Sinebahia na intermediação de mão de obra, bem como na emissão de documento de identidade e da carteira de trabalho, a habilitação para o recebimento do seguro-desemprego, orientação profissional, assim como a realização de cálculo trabalhista para subsidiar o empregado em seu processo de desligamento; ampliar as ações de qualificação profissional, assim como estruturar a demanda de cursos de formação inicial e continuada, potencializando o Pronatec; contemplar nas ações preventivas de saúde e segurança públicos específicos e mais vulneráveis, como vendedores ambulantes, baianas de acarajé, pescadores, marisqueiras, trabalhadores da construção civil e trabalhadores rurais;
- ✓ Atender aos jovens com programas específicos, que levem em conta as motivações profissionais, incluindo os jovens egressos de medidas sócio-educativas;
- ✓ Atender os diversos públicos prioritários, como quilombolas, indígenas e aqueles em situação de vulnerabilidade social, como população em situação de rua, população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, presidiários e ex-presidiários visando o acesso ao trabalho remunerado, à possibilidade de geração de renda e inclusão social;
- ✓ Dar suporte ao Conselho Estadual de Cooperativismo e coordenar as ações do Estado no âmbito das políticas públicas para o setor;
- ✓ Fortalecer a política de implantação de Centros Públicos de Economia Solidária, garantindo apoio técnico para associações produtivas e cooperativas populares nos territórios de identidade;
- ✓ Dar suporte à organização das cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, com ações que lhes assegure meios para o desenvolvimento de suas atividades, tendo em vista a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- ✓ Apoiar as ações de finanças solidárias;
- ✓ Difundir os estudos do Observatório do Trabalho da Bahia junto aos municípios e também às instituições de educação e formação. Fortalecer rede de estudos e apoio a editais da Fapesb para o mundo do trabalho bem como editais de apoio à economia popular e solidária;
- ✓ Fortalecer atuação das unidades do Credibahia em colaboração com os municípios, garantindo a formação dos agentes de crédito com orientação técnica e premiação por desempenho, política de juros baixos a cargo da Desenbahia/Fundese, qualificação dos empreendedores e orientação ao desenvolvimento local;

- ✓ Articular as ações de qualificação profissional e intermediação de mão de obra com as políticas estratégicas de desenvolvimento do estado;
- ✓ Fomentar o artesanato e estimular o comércio da produção artesanal; ampliar estratégia de aproximação do produtor aos revendedores; apoiar maior difusão da produção artesanal e dos artesãos nos diversos meios de comunicação, propiciando o resgate e valorização de tradições culturais na produção de bens utensílios ou peças decorativas;

EIXO 2

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

É certo que as ações e instrumentos de políticas públicas construídas pelo Governo Jaques Wagner encontraram um ambiente favorável nas políticas anticíclicas do Governo Federal. Contudo, é evidente que programas e ações implementadas na Bahia contribuíram decisivamente para os resultados positivos hoje aferidos na economia.

A escolha do nexo estratégico na perspectiva da competitividade sistêmica dá contornos precisos às tarefas postas para o Governo da Bahia no eixo Desenvolvimento Econômico. Pode-se sintetizá-las em três aspectos para os próximos quatro anos:

1. Consolidação e ampliação do atual ciclo de crescimento da atividade econômica na Bahia;
2. Desconcentração regional, setorial e social das atividades econômicas e, portanto, da propriedade e da renda;
3. Consolidação do segmento econômico do cooperativismo solidário e da agricultura familiar como estratégicos para esta nova base produtiva estadual.

A busca da competitividade sistêmica supõe maior disponibilização de condições extra-econômicas, demandando um conjunto de intervenções em diferentes setores, dos serviços públicos e da economia. Assim, atualiza-se a política industrial dedicando atenção especial às cadeias produtivas da química e petroquímica, do petróleo e gás, da produção de alimentos (agrícola e industrial), do papel e da celulose, da agricultura familiar, da alta tecnologia e informação, do turismo e da cultura.

Para isto, é preciso ampliar a oferta de energia trabalhando pela entrada em funcionamento dos parques eólicos implantados e em implantação, do planejamento e construção de novas pequenas barragens para uso múltiplo, tanto para o

abastecimento quanto para construção de hidroelétricas e produção de energia, e o desenvolvimento de estudos e aplicação na produção de energia de origem solar.

Também, a continuidade da recuperação e construção de novas vias logísticas de transporte de carga e de passageiros como estradas, portos e aeroportos. Finalmente, possui papel fundamental para o ambiente de competitividade sistêmica a oferta de mão de obra qualificada, assim, a ampliação da oferta de vagas de ensino técnico-profissionalizante e do ensino superior. Outro tema transversal, a educação, é fundamental neste e noutros aspectos também estratégicos para o sucesso do projeto de continuidade da construção do Novo Modelo de Desenvolvimento da Bahia.

I. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Define-se aqui, como objetivo central, priorizar a intervenção, partindo da identificação dos principais entraves e potencialidades logísticas da estrutura produtiva estadual, seguindo a trajetória do que se vem construindo na Bahia nos últimos oito anos. Assim, são indicados projetos estruturantes que continuem alavancando o desenvolvimento socioeconômico sustentável, propiciando a redução das desigualdades sociais. Buscando criar condições para uma crescente inclusão sócio-produtiva e o desenvolvimento com sustentabilidade.

Dessa forma, faz-se prioridade a melhoria de infraestrutura pública (vias de serviço, saneamento básico, energia, contenções e drenagem etc.) e habitacional, nas áreas urbanas subnormais; garantindo acessibilidade plena e o direito à mobilidade.

Além da infraestrutura e logística garantir qualidade de vida em padrões elevados, facilitando o acesso com maior rapidez e comodidade a serviços como transporte, boas vias para a saúde, educação, além de água e a energia, os mesmos recursos de logística apóiam a evolução do setor produtivo baiano. Lastreiam uma indústria competitiva, comércio e serviços em pleno desenvolvimento e setor primário com uma agricultura empresarial pujante e agricultura familiar e de pequeno porte.

Para tanto, estruturam-se a implantação de infraestrutura para a universalização do acesso à água (consumo humano e para a produção), o armazenamento (silos, armazéns, frigoríficos, etc.) e o transporte (escoamento). Também a melhoria habitacional (MCMV), com esgotamento sanitário, a universalização do acesso à energia (fornecimento trifásico para a produção) e universalização do acesso aos serviços públicos.

Entende-se que, como premissa, cabe ao Estado prover a implantação de infraestrutura logística, isolado ou em parceria com o setor privado. O crescimento econômico é fundamental, e não prescinde da participação do setor privado. A atração de investimentos de grande porte no agronegócio, na mineração, na indústria pesada e de transformação, é condição primária para a geração de poupança pública, para financiar os custos sociais do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

No triênio 2011 a 2013, o Brasil, e em especial a Bahia, sofreu com uma longa estiagem que deprimiu a atividade econômica no Semiárido, ainda que o avanço da

infraestrutura de distribuição e conservação da água tenha permitido que se vislumbre a possibilidade de se consolidar a passagem do “Combate à Seca”, implantando poços, cisternas, Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água (SSAA) para a “Convivência com o Semiárido”. As pessoas e a economia não sofreram mais por conta das políticas emergenciais e estruturantes desenvolvidas pelo Governo Federal e Estadual, a exemplo do programa de cisternas, adutoras, distribuição de milho, garantia safra, bolsa família, entre outros.

Este salto de qualidade será viabilizado com a continuidade e ampliação de obras estruturantes para a captação, armazenamento e distribuição de água, de forma a afastar definitivamente o fantasma da falta d’água para a dessedentação humana e para a produção. O fortalecimento da economia do Semiárido baiano necessitará, ainda, da garantia e da simplificação do acesso ao crédito e da criação de canais permanentes de comercialização de sua produção.

Serão implantadas novas adutoras e barragens e, sobretudo, será construído o Canal do Sertão Baiano (transposição do eixo sul do São Francisco), um canal com 312km de extensão, que irá de Juazeiro até a Barragem de São José do Jacuípe, caracterizando-o como a maior obra hídrica da história de nosso Estado.

A meta da universalização do acesso à água e energia, através da continuidade do Água para Todos e do Luz para Todos, será mantida e ampliada, agregando o objetivo de levar o esgotamento sanitário para a maioria da população de todas as maiores cidades do Estado.

O desenvolvimento socioeconômico do Semiárido é o principal desafio do próximo governo. Respeitando as características de cada região, deverá se implantar cadeias produtivas e atividades que garantam este desenvolvimento. A política de Convivência com o Semiárido será um ponto de relevância neste próximo período de 2015-18.

Considerando as menores demandas de água das atividades pecuárias em relação às agrícolas, será desenvolvido um amplo programa de reintrodução da pecuária no Semiárido, de melhoria genética do rebanho, de implantação de frigoríficos e unidades de beneficiamento. A ampliação do rebanho no Semiárido depende fortemente do melhoramento genético, do estímulo à produção e do armazenamento de alimentação animal. E tudo isso não se faz sem acesso a água. Garantir água em quantidade e frequência regular é fundamental. É essa ação que deve ser fortalecida, assim como o manejo da caatinga.

Os perímetros de irrigação existentes serão consolidados (a exemplo de Mirorós, Ceraíma ou Estreito) e novos serão concluídos ou implantados (a exemplo do Perímetro do Salitre, do Baixio de Irecê e Iuíú).

No norte do Semiárido, que apresenta um grande potencial para o desenvolvimento de geração energética (eólica e fotovoltaica ou solar), será feito um significativo esforço para a ampliação da capacidade de Transmissão de Energia na região, garantindo o desenvolvimento desta atividade e, em paralelo, haverá um direcionamento da formação profissional para que haja mão de obra disponível para trabalhar nestas novas gerações energéticas.

No Sudoeste, os investimentos em mineração (sempre de longo prazo) começarão a entrar em fase produtiva no próximo período. A Bamin, primeira mineradora de minério de ferro em operação no Estado, deve começar a exportar sua produção até 2015. Outras mineradoras estão prospectando novas áreas – em breve – e abrindo uma nova janela de oportunidade para o desenvolvimento desta região do Semiárido.

A Região Sul e o Extremo Sul, importante polo frutífero e de produção de celulose, devem ter a capacidade do sistema de rodovias ampliada, através da duplicação da BR-101, ao tempo em que deve ser incentivado o uso da cabotagem para o escoamento da produção da celulose, uma alternativa para desafogar as estradas e incentivar uma atividade econômica alternativa.

Além da implantação de novos e importantes aeroportos regionais para passageiros e carga, como o de Feira de Santana e o de Ilhéus, outros aeroportos terão terminais de passageiros e, se necessário, pistas de pouso ampliadas no quadro do Programa de Recuperação de Aeroportos.

O transporte aéreo interestadual que, graças ao maior poder aquisitivo da população brasileira, deu um grande salto nos últimos anos, vai conhecer agora um segundo salto, através da aviação regional, e a Bahia estará preparada para esta nova realidade.

O Governo do Estado vem investindo fortemente em mobilidade, em especial em Salvador e na RMS, onde o problema está mais concentrado. Duas iniciativas marcam uma mudança qualitativa neste sentido. A primeira, a revitalização do transporte coletivo sobre trilhos; a segunda, a implantação de novas vias estruturantes na capital.

Os investimentos em mobilidade devem ser imediatamente estendidos para outras grandes cidades, a exemplo de Feira de Santana, o eixo Ilhéus / Itabuna e Vitória da Conquista, Barreiras, Teixeira de Freitas, Juazeiro, pois a redução do tempo de viagem nos percursos casa / trabalho ou casa / escola é uma importante condição para a melhoria da qualidade de vida. Os Estudos e Planos Diretores em desenvolvimento pelo Estado terão continuidade e serão ampliados e aprofundados.

A rede de universidades federais, estaduais e os centros de educação profissionalizantes, no interior do Estado, são importantes diferenciais para a atração de novas atividades econômicas para a Bahia. Mantendo o princípio da autonomia, deverão apoiar e direcionar uma maior aderência aos projetos e investimentos que estiverem sendo realizados regionalmente, voltados para o desenvolvimento territorial e estadual.

SÃO ASPECTOS DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA:

✓ A produção industrial baiana continua essencialmente concentrada no eixo RMS / Feira de Santana, em especial no cordão industrial de Salvador. O crescimento da atividade industrial no interior do Estado se dá de forma dispersa, muitas vezes não caracterizada por uma verticalização da cadeia produtiva agrícola local, não gerando sinergias entre as diversas atividades econômicas regionais;

- ✓ A dinamização do Porto de Aratu – como principal portal exportador do Estado – deve ser incentivada, salvo para a exportação de minério de ferro (que deve ser direcionada sempre que possível para o Porto Sul), com ênfase no apoio às atividades relacionadas com o setor de Óleo e Gás (O&G) offshore (exploração de petróleo e gás no mar);
- ✓ A implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP) cria uma janela de oportunidade para o desenvolvimento do Recôncavo Sul, que poderá ser alavancado através da implantação de um polo industrial de O&G offshore nesta região;
- ✓ A política nacional de incentivos à produção industrial e, em particular, à ampliação dos índices de nacionalização na produção, criam condições objetivas macroeconômicas para a implantação do Polo Industrial de O&G do Recôncavo. O Projeto Sistema Viário Oeste (SVO / Ponte Salvador - Itaparica), a curto e médio prazo, só terá êxito se estiver baseado em um novo Plano Diretor de Ocupação da Ilha de Itaparica e ao desenvolvimento econômico do Recôncavo Sul;
- ✓ A implantação da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e a revitalização do ramal ferroviário Belo Horizonte / Feira de Santana / Aratu (antiga FCA), criam corredores de exportação para a produção de minérios do Sudoeste (SO) e para os grãos do Oeste (O) do Estado e da região Centro-Oeste, além da produção da região do Norte de Minas Gerais;
- ✓ A produção de grãos está concentrada no Oeste do Estado, com potencial de maior crescimento, desde que não haja gargalos de infraestrutura (estradas, água, energia, etc.) que frustrem esta potencialidade. Em paralelo à implantação da FIOL, a continuidade dos programas estaduais, com apoio do Governo Federal, de construção e pavimentação de rodovias e dos programas de adensamento das redes de estradas vicinais, junto com programas que incentivem a ampliação da capacidade de estocagem e a verticalização do beneficiamento, são as condições básicas para assegurar o êxito do citado crescimento;
- ✓ Não só no Oeste, mas em todo o Estado, o avanço na construção e pavimentação de estradas vem criando as condições para a integração entre as diversas regiões produtivas e para o escoamento da produção agropecuária. O Programa de Pavimentação e Recuperação Rodoviária será mantido e ampliado;
- ✓ Esta nova rede logística deverá ser complementada pela implantação, ao longo dos eixos ferroviários, de um conjunto de Polos Logísticos para incentivar e viabilizar a articulação intermodal nos principais entroncamentos rodo-ferroviários, a exemplo de Jequié, Brumado, Guanambi, São Felix do Coribe, Barreiras e Porto Seco. Esses polos serão eixos de irradiação de dinamização econômica para os territórios e para todo o Estado;
- ✓ O Polo de Informática de Ilhéus pode ser consolidado e alavancado com a nova dinâmica econômica da região, em especial pela implantação do novo aeroporto para passageiros e carga, desde que ele seja alfandegado, em função da produção para o mercado nacional, e conte com uma ZPE para produzir para a exportação. Para reforçar o apoio do desenvolvimento industrial da região da Costa do Cacau, deve-se prever a implantação de uma UTE, junto ao GASENE, na altura do Porto Sul;

PROJETOS PRIORITÁRIOS

INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO BÁSICO

O Programa Água para Todos foi o eixo do maior processo de transformação já vivido pelo Semiárido da Bahia. Através de milhares de cisternas, aguadas e, sobretudo, obras estruturantes como adutoras e barragens, levou água de forma permanente para milhões de baianos, rompendo a tradicional e – muitas vezes – perversa estrutura de distribuição de água através de carros-pipas. Importante continuar superando o velho método mantido pela “indústria da seca”.

Nós pensamos a Bahia como um todo quando se trata de ações estruturantes. E ao se tratar de um bem tão escasso e imprescindível, como a água e o saneamento, a gente cuida das diversas possibilidades, desde as cisternas, barragens, adutoras, poços, esgotamento sanitário, visando-se, através de ações integradas e não pontuais, a segurança hídrica, contribuir para a saúde das pessoas e preservar o meio ambiente.

Sendo assim, a fim de garantir a sustentabilidade hídrica de todos os territórios da Bahia, universalizando o acesso à água de consumo humano e ampliando o acesso à água de produção, será dada continuidade às ações do Programa Água para Todos.

Serão ampliadas as ações de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, com a construção do **Canal do Sertão Baiano**, de Barragens, Adutoras, Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de Esgotamento Sanitários, Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, Cisternas de Consumo, Cisternas de Produção e demais tecnologias apropriadas ao Semiárido, além de garantir a oferta hídrica e o saneamento a importantes vetores de desenvolvimento do estado, como o Oeste, ou o litoral da Bahia.

Visando ampliar a segurança hídrica em regiões do Semiárido, para o abastecimento humano ou o uso em atividade produtiva, serão construídas novas barragens, onde destacamos dez, que serão: a **Barragem de Baraúnas** em Seabra; **Barragem do Catolé e Barragem do Rio Pardo** na Região de Vitória da Conquista; a **Barragem de Casa Branca**, no Rio Capãozinho, entre Mucugê e Ibicoara; a **Barragem de Campinhos**, no Rio de Contas, entre Abaíra e Mucugê; a **Barragem de Cachoeirinha** para os municípios de Utinga e Wagner; a **Barragem de Morrinhos**, no Rio Gavião, entre Piripá e Presidente Jânio Quadros, além da **Barragem do Careta**, beneficiando os municípios de Chorrochó e Macururé; Será concluída a **Barragem do Rio Colônia** para a região de Itabuna. Será construída a **Barragem do Médio Rio de Contas** para atender os municípios de Contendas do Sincorá e Manoel Vitorino.

A distribuição de água, para descentralizar o atendimento a regiões críticas, é estratégia fundamental, que já vem sendo adotada pelo Governo do Estado e será intensificada com novas adutoras, entre as quais destacamos a **Adutora de Santa Helena** na RMS, a **Adutora de Santaluz/ Queimadas** e a **Adutora de Euclides da Cunha/Monte Santo**, ambas na região do Sisal; a **Adutora Itaberaba/Baixa Grande**, a **Adutora para a região de Anagé**, a **Adutora Catolé/Conquista**, a **3ª etapa da Adutora de Algodão**; a **Adutora Santa Bárbara**, a **Adutora do Estreito** e a **Adutora da**

Chapada; a **Adutora Zabumbão/Boquira, Adutora Pindobaçu/Ponto Novo/Pedras Altas** e a conclusão da **Adutora de Campo Alegre de Lourdes.**

As Ações de Infraestrutura Hídrica e Saneamento foram pensadas na lógica regional por Territórios de Identidade, sobretudo pela estruturação de soluções, quer pelos Sistemas Integrados de Água ou Esgoto ou pelas bacias hidrográficas.

ACESSO A ÁGUA

Para o Semiárido a meta é atingir a universalização do Acesso à Água para Consumo Humano, através das obras estruturantes e, em particular, da implantação de 200 mil cisternas de consumo e de dois mil e quinhentos SSAA, permitindo executar 75 mil ligações domiciliares de água, beneficiando, no mínimo, 255 mil pessoas.

Serão realizadas novas extensões dos sistemas de abastecimento, na área rural, levando água para mais de 150 mil pessoas. Nos demais municípios servidos pela Embasa, serão implantadas 670 mil ligações de água.

No Território de Identidade Chapada Diamantina, os municípios de Seabra e Palmeiras serão contemplados com a Implantação da **Barragem de Baraúnas**, adutora e nova estação de tratamento, para ampliar a oferta de água para os dois municípios. A Barragem atenderá População de 60 mil habitantes. Além do abastecimento humano possibilitará o atendimento a cultura irrigada em pequenas áreas ao longo de 30 Km a jusante da barragem onde já existe tradição desta atividade.

Os municípios de Abaíra e Mucugê serão beneficiados com a construção da **Barragem de Campinhos**, que terá por finalidade o abastecimento humano e irrigação, atendendo população de 10 mil habitantes. Os municípios de Mucugê e Ibicoara, serão contemplados com a **Barragem de Casa Branca**, como objetivo principal a irrigação.

Por fim, nos municípios de Utinga e Wagner será construída a **Barragem de Cachoeirinha**, com objetivo de atender ao abastecimento humano e irrigação nos dois municípios.

Atendendo aos Territórios Velho Chico e Chapada Diamantina, será realizada a obra da **Adutora da Chapada**, saindo de Ibotirama, chegando próximo a Seabra, ampliando significativamente a disponibilidade hídrica na região, atendendo aos municípios de Oliveira dos Brejinhos, Novo Horizonte e Ibitiara, com extensão aproximada de 210km.

Os Territórios de Identidade Bacia do Paramirim e Velho Chico, terão em Morpará a implantação da Obra do Sistema de Abastecimento de Água e em Riacho de Santana a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água. O município de Igarorã será integrado à **Adutora do Algodão, com a obra de ampliação da 3ª etapa**, a partir de Matina, beneficiando, também mais de 30 localidades da região.

Os municípios de Boquira, Paramirim, Caturama, Rio Do Pires, Ibipitanga, Macaúbas, Ibitiara e Oliveira dos Brejinhos e sete localidades, serão beneficiados com a obra da

Adutora Zabumbão/Boqueira. Em paralelo será desenvolvido projeto de modernização da irrigação do Vale do Paramirim, buscando o uso racional da água pelos produtores rurais.

O Território de Identidade Sertão Produtivo e parte do Território de Identidade Vitória da Conquista, o município de Rio do Antonio terá a Implantação da adutora Truvisco - Rio do Antonio. Para os municípios de Livramento de N. Senhora e D. Basílio será construída adutora, a partir da barragem de Luiz Vieira. Já para o município de Tanhaçu será implantada nova adutora visando ampliar a oferta para abastecimento humano na sede do município.

Buscando o atendimento aos municípios de Contendas do Sincorá e Manoel Vitorino, será construída a **Barragem do Médio Rio de Contas** na sub-bacia do rio Sincorá.

A barragem de Cristalândia será ampliada, beneficiando as sedes municipais de Brumado, Tanhaçu, Cristalândia e localidades situadas no entorno do reservatório e marginais à adutora de Cristalândia-Brumado, beneficiando uma população de mais de 67 mil habitantes.

Os Territórios Velho Chico e Sertão Produtivo serão beneficiados com a **Adutora do Estreito**, que levará água de Malhada até Urandi, Passando por Sebastião Laranjeiras, com extensão aproximada de 150 KM.

No Território de Identidade Vitória da Conquista, os municípios de Vitória da Conquista, Tremedal e Belo Campo serão beneficiados diretamente pela construção da **Barragem do Catolé** e nova adutora. A região do município de Barra do Choça será beneficiada indiretamente com as intervenções. **A Barragem do Catolé** visa atender ao crescimento populacional da região, bem como garantir conforto hídrico nos meses de estiagem. A população a ser beneficiada é de aproximadamente 340 mil habitantes. Será viabilizada, em parceria com a prefeitura local, a **Barragem do Rio Pardo** na região de Vitória da Conquista.

Nos municípios de Piripá e Jânio Quadros será construída a **Barragem de Morrinhos e adutora**, para abastecimento humano e a irrigação, beneficiando uma população de 56 mil habitantes. Será implantado o Sistema Integrado de Abastecimento de Água para atender aos municípios de Anagé, Presidente Jânio Quadros, Caetanos, Mirante, Caraíbas e Maetinga, a partir da barragem de Anagé.

No Território de Identidade Bacia do Rio Corrente, serão implementados os Sistemas de Abastecimento de Água no município de Coribe e localidade de Ranchinho.

No Território de Identidade Bacia do Rio Grande os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães terão ampliados o seus Sistemas de Abastecimento de Água, visando atender à intensa expansão da região. Serão implantados, também, o Sistema Integrado de Abastecimento de água de Cristópolis (Sede e localidades) e dos municípios de Cotegipe e Angical.

No Território de Identidade Sertão do São Francisco será implantado o Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Campo Alegre de Lourdes com a conclusão de nova **adutora**; em Uauá será reforçado o sistema através de um poço e adutora,

como alternativa de curto prazo, e será implantada uma adutora a partir do Canal do Sertão Baiano no médio prazo.

No Território de Identidade Itaparica será implantada uma nova adutora e um novo poço de alta capacidade, como solução do abastecimento de água da sede municipal de Macururé. Essa região também será contemplada com a construção da **Barragem do Careta** no Rio Macururé, beneficiando os municípios de Chorrochó e Macururé.

Em Paulo Afonso e Sta. Brígida será ampliado o Sistema Integrado de Abastecimento de Água dos dois municípios.

Dando continuidade às demais etapas do projeto Águas do Sertão, no Território de Identidade Semiárido Nordeste II será implementada a etapa Noroeste, com **nova adutora** para os municípios de Euclides da Cunha e Monte Santo no Território do Sisal. Neste mesmo território, serão atendidos o município de Araci e área rural de Tucano, com nova **adutora** na Etapa Araci Norte.

Na 2ª. Fase da Etapa Noroeste serão atendidos povoados dos municípios de Cansanção e Monte Santo.

Na Etapa Sudoeste, serão atendidos os municípios de Santaluz e Queimadas com **nova adutora**. Uma adutora complementar atenderá São Domingos, Valente, Nova Fátima, Pé de Serra, Ichu, Candeal e Riachão – a partir do Santa Luz

No município de Serrinha será feita ampliação do sistema de distribuição de água da sede e no município de Lamarão, a duplicação da adutora de água tratada.

No Território de Identidade do Sisal uma adutora atenderá os municípios de Ichu e Candeal, a a partir de Riachão do Jacuípe. E São Domingos e Valente terão adutora ampliada para reforçar o sistema de abastecimento, assim como os municípios de Capela do Alto Alegre e Pintadas no Território da Bacia do Jacuípe. Neste mesmo território, será implementado o Sistema Adutor e Estação de tratamento de água para os municípios de Mairi, Várzea da Roça, Várzea do Poço e Quixabeira.

Será implementada, como solução de curto prazo, **Adutora Pindobaçu/ Ponto Novo/Pedras Altas** (a partir da Barragem de Pindobaçu), visando garantir oferta hídrica no SIAA de Senhor do Bonfim, Andorinha, Itiúba e Jaguarari e flexibilizar a operação do Sistema em situação de estiagem e posterior integração dos mesmos ao **Canal do Sertão Baiano**.

As barragens de Ponto Novo e Pedras Altas terão suas capacidades ampliadas em 24% e 22% respectivamente, com tecnologia que permitirá a implementação no curto prazo e sem novas desapropriações (ampliação dentro do limite da APP). A ação aumentará a segurança hídrica na região.

No curto prazo, os municípios de Senhor do Bonfim, Itiuba, Jaguarari e Andorinha terão a capacidade de atendimento reforçada, através da ampliação do SIAA de Senhor do Bonfim. O município de Campo Formoso (e Poços) também terá ampliado seu SIAA e implantado o SAA da localidade de Laje dos Negros. Será construída uma nova ETA para o SIAA de Jacobina, Caém e Saúde.

O **Canal do Sertão Baiano** (CSB) representa o principal passo seguinte desse processo na Bahia. Iniciando no Canal do Salitre (captação de 20 m³/s do São Francisco, próximo a Juazeiro) se estenderá por cerca de 350 km até chegar à Barragem de São José do Jacuípe, na região sisaleira. O Canal trará benefícios aos Territórios de Identidade do Sisal, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte da Diamantina e Piemonte Norte do Itapicuru, garantindo o atendimento a longo prazo, ao SIAA Senhor do Bonfim (Itiúba, Jaguarari, Andorinha e Senhor do Bonfim), SIAA Sisal (Capim Grosso, São José do Jacuípe, Capela do Alto Alegre, Pintadas, Gavião, Nova Fátima, S.Domingos, Valente, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe, Ichu, Candeal), SIAA Mairi (Mairi, Quixabeira, Várzea, da Roça e Várzea do Poço), SIAA Jacobina (Jacobina, Saúde e Caém), SIAA de Miguel Calmon, Piritiba e Mundo Novo.

Essa água será destinada para abastecimento humano, dessedentação animal, pecuária, irrigação, indústria e todos os usos que sejam necessários para o desenvolvimento contínuo e sustentável da região beneficiada. Inclui para atrair outras atividades econômicas, como turismo, comércio, indústria etc. O **Canal do Sertão Baiano** (CSB) beneficiará, diretamente, as populações do Vale do Salitre, do Vale do Tatauí, do Vaza dos Barris, do Vale do Tourão, do Vale do Rio Poção, do Vale do Itapicuru e do Vale do Jacuípe. Vai levar segurança hídrica para abastecimento humano, produção de alimento animal (criação de pulmões verdes) e revitalização de projetos de irrigação existentes (ex.: Ponto Novo e São José).

Nos Territórios de Identidade Piemonte do Paraguaçu e Bacia do Jacuípe, será ampliado o SIAA e **adutora** nos municípios de Itaberaba, Baixa Grande, Macajuba e Ruy Barbosa.

Em Tapiramutá haverá a construção de novo sistema produtor para o município. Será realizada, também, a ampliação do SAA de Ipirá.

No Território de Identidade Portal do Sertão, em função da representatividade do desenvolvimento da região, diversas intervenções estão planejadas para Feira de Santana Conceição da Feira, S.Gonçalo dos Campos, Sta.Bárbara, Tanquinho e Santanópolis, como – Ampliação do sistema de distribuição (*Norte, Leste e Tomba*) – Ampliação do Sistema Produtor de Feira de Santana (Captação, ETA, Adutoras) – Ampliação do Sistema Adutor de Santa Bárbara, Tanquinho e Santanópolis.

Será ampliado o SIAA de Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Terra Nova e Teodoro Sampaio, bem como o de Sto.Estevão, Serra Preta, Anguera e Ipecaetá. Também será ampliado o SAA de Antônio Cardoso.

No Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano serão ampliados os SAA dos municípios de Pojuca, Conde, Entre Rios e Rio Real.

Serão ampliados os Sistemas de Abastecimento de Santo Amaro e Saubara (localidades) no Território de Identidade Recôncavo. Já os municípios de Itaparica, Vera Cruz, Maragogipe, São Roque do Paraguaçu e Enseada do Paraguaçu (sede e distritos) terão ampliada a capacidade de produção e distribuição. Para o município de Nazaré, será ampliado o SAA e a duplicação de adutora ampliará a oferta de água para Madre de Deus e São Francisco do Conde, assim como com a ampliação do SAA para

localidades do município. Será executada, também a ampliação do sistema distribuidor de Candeias, Madre de Deus e S.F.do Conde.

No Território de Identidade Vale do Jequiriçá, os municípios de Brejões e Amargosa, serão beneficiados com obras de ampliação da oferta hídrica. Os municípios de Planaltino, Maracás, Lajedo do Tabocal, Itiruçu, Lafayette Coutinho, Irajuba e Jaguaquara (Km43) serão atendidos com a implantação do SIAA, a partir da barragem de Bandeira de Mello.

No Território de Identidade Baixo Sul, será ampliada a capacidade de produção para Morro de S. Paulo. No Território de Identidade Médio Rio de Contas, será ampliado o sistema distribuidor para beneficiar o município de Jequié e ampliado o SAA de Boa Nova.

No Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia, os municípios de Maiquinique e Itarantin terão aumento da oferta de água através da ampliação do sistema adutor a partir do Rio Pardo.

No Território de Identidade Litoral Sul, será concluída a **Barragem do Rio Colônia**, com a finalidade de complementar o abastecimento de água de Itabuna, regularizando a oferta de água para o abastecimento da sede municipal, além de minimizar os efeitos das cheias no rio Cachoeira e diluição de efluentes.

Em Ilhéus - Ponta da Tulha e Litoral Norte, será ampliado o sistema produtor e adutor. Para o Litoral Sul, será ampliada a Estação de Tratamento de Água. Entre Ilhéus/Itabuna - BR 415 será feita a implantação do Sistema Adutor e Distribuidor.

No Território de Identidade Costa do Descobrimento, será ampliado o SAA de Porto Seguro e o de Eunápolis. No Território de Identidade Extremo Sul em Teixeira de Freitas, haverá a ampliação do sistema adutor e distribuidor.

Diversas intervenções importantes estão planejadas para os Territórios de Identidade da Região Metropolitana de Salvador e do Recôncavo, visando garantir a segurança hídrica a curto, médio e longo prazos, através da ampliação dos sistemas de abastecimento de água (produção, adução, reservação e distribuição), permitindo atender ao crescimento da demanda de diversos setores de Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho, Madre de Deus, São Francisco do Conde e Candeias, de forma sustentável. É importante garantir a segurança hídrica da RMS, com alternativas que não dependam apenas de trazer água do Semiárido (Pedra do Cavalo).

- ✓ Ampliação da **Adutora de Santa Helena** - Joanes II e da Estação Elevatória de Agua Bruta (Reversão);
- ✓ Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Litoral Norte: Camaçari (Machadinho) e Mata de São João (Praia do Forte, Imbassaí e outras localidades);
- ✓ Ampliação do SAS no Município de Simões Filho;
- ✓ Será ampliada a capacidade de oferta de água tratada, no litoral norte, com a conclusão da adutora R23, atendendo ao novo vetor de crescimento da RMS;

- ✓ Construção de reservatório em Candeias e duplicação da adutora para os municípios de Candeias, Madre de Deus e São Francisco do Conde;
- ✓ Ampliação do SAA de São Francisco do Conde;
- ✓ Implantação do SAA do Planalto de Santo Amaro da Purificação;
- ✓ Implantação do SIAA São Roque do Paraguaçu, Enseada e Estaleiros – Maragogipe;
- ✓ Ampliação do SIAA de Itaparica;
- ✓ Estudar a viabilidade de implantação da Barragem de Itapecirica, como alternativa à ampliação da captação de água na Barragem de Pedra do Cavalo.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A exemplo da despoluição da Baía de Todos os Santos e das Bacias do Rio Jacuípe e Subaé, onde diversas obras importantes de esgotamento sanitário foram concluídas e outras estão em andamento, serão priorizadas obras de esgotamento sanitário para despoluição das bacias hidrográficas do Estado, assim como as áreas litorâneas e zonas turísticas, ampliando-se a cobertura dos serviços e, assim, contribuindo-se para a melhoria da saúde pública e da salubridade ambiental das áreas beneficiadas. Serão realizada mais de 350 mil ligações de esgoto, com projetos já em estudo ou desenvolvimento, além de 100 mil Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD).

No Extremo Sul, visando à despoluição das praias e balneabilidade, implantar Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) em Prado, Alcobaça, Nova Viçosa e Caravelas.

Na Costa do Descobrimento, ampliar os SES de Sta. Cruz de Cabrália/ Coroa Vermelha, Trancoso/ Arraiá D’Ajuda e implantar SES de Eunápolis.

No Litoral Sul, despoluição da Bacia Hidrográfica de Rio de Contas, implantando SES nos municípios de Ubaitaba e Aurelino Leal, Gongogi, Dário Meira, Ubatã, Barra do Rocha, Jitaúna e Ampliação do SES de Jequié.

Na Bacia do Rio Pardo, implantação SES de Cândido Sales, Itambé e Mascote, ampliação do SES de Canavieiras, e de Ilhéus (Pontal). No Território do Sisal, será realizada a obra do Sistema de Esgotamento do município de Itiúba.

No Baixo Sul, em Cairu - Morro de São Paulo - Ampliação do SES de Morro de São Paulo e implantação do SES de Camamu. Na Baía do Rio Corrente, será concluída a implantação do SES de Sta. Maria da Vitória.

Na Chapada Diamantina e Recôncavo, na Bacia do Rio Paraguaçu, implantar o SES de Andaraí, além dos de Nova Redenção, Lençóis, Itaetê, Iaçú, Governador Mangabeira, Salinas da Margarida e Ampliação do SES de Santo Antonio de Jesus. Implantar o SES de São Roque do Paraguaçu, a fim de atender o Polo Naval.

Na região de Vitória da Conquista e Barra do Choça, será ampliado o SES de Vitória da Conquista, implantação do SES de Barra do Choça, com recuperação as nascentes, recuperação de matas ciliares e despoluição dos rios da região.

No Território Sertão Produtivo, despoluir o Rio do Antonio, implantando o SES no município de Brumado. No município de Caetité será implantado Sistema de Esgotamento Sanitário. No Território do Sisal, será implementado o SES de Itiuba.

Na Bacia do São Francisco, além dos diversos municípios com SES já implantados e em operação, será ampliado o SES de Paulo Afonso e implantados SES em Chorrochó e Barra do Tarrachio.

Demais cidades importantes serão priorizadas na realização de obras de Esgotamento Sanitário, a exemplo de: Senhor do Bonfim, Irecê, Eunápolis, Jacobina, Barreiras, entre outras.

Outras obras que estão em andamento e serão concluídos os SES: Canarana, Central, Umburanas, Ourolândia, Campo Formoso, Jeremoabo, Caturama, Paramirim, Tanque Novo, Botuporã e Rio do Pires.

Território de Identidade Região Metropolitana de Salvador e Recôncavo:

Além das intervenções que vêm ampliando a cobertura de esgotamento sanitário na RMS, serão executadas obras de esgotamento sanitário de Salvador e RMS e Recôncavo, fundamentais para despoluição da Baía de Todos os Santos.

- ✓ Implantar sistema de esgotamento sanitário na Bacia de Coruripe – Salvador;
- ✓ Implantação e/ou ampliação de SES em localidades do Litoral Norte: Lauro de Freitas, Mata de São João e Camaçari (Arembepe);
- ✓ Atualização e ampliação do SES de Santo Amaro (rede, elevatória e ETE);
- ✓ Implantar SES de Dias D'Ávila, de Vera Cruz, de Jauá - Camaçari, de Abrantes – Camaçari, de São Sebastião do Passé;
- ✓ Ampliação do SES de Sauípe - Mata de São João e do SES de Itaparica.

IRRIGAÇÃO

Será acelerada, com o reforço da segurança hídrica, a conclusão das obras de projetos de irrigação de grande porte como o do Salitre (Juazeiro) e do Baixio de Irecê (Xique-Xique), e providenciada a ocupação pelos agricultores familiares e não camponeses. Esses projetos têm a perspectiva de irrigar, até dezembro de 2016, 20 mil ha de terras cultiváveis, gerando 20 mil empregos diretos.

Novos projetos de irrigação, como Iuiú (Malhada), Mocambo Cuscuzeiro (Santa Maria da Vitória), serão implantados, possibilitando a ocupação, até final de dezembro de 2018, de 10 mil ha e a geração de 10 mil empregos diretos;

A reabilitação de projetos de irrigação já existentes como Mirorós (Ibipeba), Ceraíma (Guanambi) e Estreito (Sebastião Laranjeiras), todos com reforço hídrico a partir do Rio São Francisco, deverão garantir a geração permanente de outros 3 mil empregos diretos.

Apoiar estruturação de assentamentos existentes com o sistema de irrigação.

OBRAS DE INFRAESTRUTURA SOCIAL

No que se refere à irrigação para a agricultura familiar, serão instalados em 2 mil poços de baixa vazão em áreas já identificadas e com água não recomendada para abastecimento humano, cataventos para a implantação de quintais produtivos.

Será dada ênfase à irrigação localizada, utilizando kits de irrigação que serão distribuídos pelo Estado, em parceria com o Governo Federal, em áreas de 0,5 ha/família, como objetivo de uso para a produção de alimento animal (irrigação de repalme e forragem).

Será dada atenção especial à implantação de infraestrutura social para ampliar a oferta de água para a produção, onde intervenções anteriores já reduziram o risco da falta de água para consumo humano.

Nestas ações, serão priorizadas as tecnologias sociais de cisternas de produção, de cisternas calçadão, de barreiros e barragens subterrâneas, entre outras, em função do que for mais recomendável tecnicamente em cada caso.

Novos pequenos projetos de irrigação, nos Municípios Ribeirinhos do São Francisco, em áreas com até 1000 ha, serão viabilizados, para atender à agricultura familiar, gerando 10 mil empregos diretos, além de projetos de revitalização dos Rios Verde e Jacaré (região de Irecê), objetivando seu uso econômico.

ÁGUA PARA TODOS / LUZ PARA TODOS

Dando mais um passo na integração do Programa Água para todos com o Programa Luz para Todos, ampliar-se-á a oferta de eletrificação rural trifásica para unidades produtivas, priorizando os empreendimentos associativos da agricultura familiar.

Devem continuar os estudos para diversificar e desconcentrar a matriz energética na área rural, permitindo que os agricultores familiares, através de cooperativas / agroindústrias, tenham acesso a tecnologias de geração de energias renováveis, em especial para consumo próprio e para venda do excedente para o sistema elétrico, quando for o caso. Serão viabilizados projetos que utilizem placas de energia solar, integrados à ampliação da captação de água da chuva, para armazenamento em cisternas.

FERROVIAS

A Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) é o investimento em logística de transporte mais importante que já foi realizado pelo Estado na Bahia. Ligando a Costa do Cacau (Ilhéus) ao Centro-Oeste (Figueirópolis – TO), criando o primeiro eixo de penetração transversal para o escoamento da produção de grãos e minérios para a exportação e, ainda, começa a romper com a lógica das ligações Norte - Sul, que não permitem captar valor agregado para o Estado pelas cargas que atravessam o seu território.

A importância estratégica da FIOL é, em primeiro lugar, a de viabilizar a exploração da província mineral da Bahia, pois a exploração do minério de ferro só é viável economicamente se o escoamento da produção das minas puder ser realizado por trem. Desta forma, a região sudoeste vai poder se beneficiar da criação de empregos e da circulação de bens e riquezas que acompanham esta atividade econômica pioneira no Estado.

Em segundo lugar, ao criar um corredor de exportação para a produção de grãos do Oeste, reduz os seus custos operacionais, facilita o escoamento e diminui perdas no transporte, criando as condições para a expansão da própria atividade econômica.

Por fim, ao permitir a integração com a futura ligação ferroviária Belo Horizonte / Feira de Santana / Porto de Aratu (Salvador) e, através de polos logísticos, com o sistema rodoviário, abre imensas oportunidades para o desenvolvimento de novas atividades que se viam tolhidas pelos gargalos logísticos, interiorizando o desenvolvendo e revelando potenciais de economias locais antes esquecidas.

Com todas as etapas no território baiano já em obra, sem qualquer pendência regulatória, a FIOL deve se tornar operacional até o início de 2018, marcando uma inversão na história do transporte de carga por trilho no estado, que conheceu seu momento mais baixo com a devolução ao Governo Federal da concessão da Ferrovia Centro Atlântico, recentemente. A partir da conclusão das etapas da FIOL na Bahia, será fundamental assegurar-se a sua continuidade até Figueirópolis no Tocantins, para permitir a integração com a Ferrovia Norte Sul.

Da mesma forma, é de absoluta prioridade para o Estado a licitação, a recuperação e o início de operação da nova concessão ferroviária Belo Horizonte / Feira de Santana e sua integração com a FIOL, pelo caráter complementar de suas malhas ferroviárias.

Quando a ANTT implantar a BH/FS, caberá ao Estado exigir a implantação de um ramal de carga de alta capacidade, paralelo à BR-324, para a ligação a Feira de Santana / Porto de Aratu (Salvador), condição obrigatória para o desenvolvimento da Zona Industrial do Subaé e para que o Porto de Aratu realize sua potencialidade como porto exportador em geral e não apenas do Polo de Camaçari e da RMS.

O ramal Feira de Santana / Porto de Aratu, na altura de Candeias, deverá ter uma bifurcação para que um segundo ramal permita o acesso até Salvador, na região de Águas Claras. Com esta extensão, estará viabilizada a condição para uma ligação

ferroviária rápida para passageiros entre Feira de Santana e Salvador, que alavancará o desenvolvimento de toda a região de sua área de influência.

PORTOS

A Bahia terá, em curto prazo, dois complexos portuários de uso múltiplo e diversificado: o Complexo Portuário da Bahia de Todos os Santos (Porto de Salvador / Porto de Aratu) e o Complexo Portuário da Costa do Cacau (Porto Sul / Porto do Malhado) na região de Ilhéus.

O Complexo Portuário de Salvador tem se expandido nos últimos anos, em especial com a ampliação do Terminal de Containeres e com a nova Estação de Passageiros, que cria as condições para a tração de um maior número de navios cruzeiros para a capital.

O Porto de Aratu, por seu lado, também tem conhecido sucessivas expansões, ampliando sua vocação inicial de porto para o escoamento de produtos petroquímicos (do Polo de Camaçari), para novas atividades, em especial para a importação de trigo e exportação de grãos e o apoio à indústria automobilística.

Com a expansão da indústria de O&G offshore e as recentes descobertas de importantes reservas no pós-sal na costa de Sergipe, a próxima expansão do Porto de Aratu deverá ter como eixo a prestação de serviços para esta nova demanda especializada, com atividades que poderão ir da construção de barcos de apoio (em estaleiros de porte médio) à manutenção de plataformas e outros navios de grande porte da indústria de O&G no mar.

O Complexo Portuário da Costa do Cacau tem, também, um caráter complementar.

O Porto do Malhado, que já foi temporariamente utilizado para a exportação de grãos, não tem nem a profundidade, nem as condições de estocagem para desenvolver esta atividade de forma permanente. Sua vocação principal, hoje, é a cabotagem.

O Porto Sul, que será um Terminal de Uso Privado (TUP) já obteve o licenciamento ambiental e está em fase final de licitação para definir a composição acionárias de seus controladores, terá no mínimo dois berços, um para minério e outro de uso misto para grãos e containeres, ampla retroárea com imensa capacidade de estocagem, o que define como suas principais vocações a exportação de minério de ferro – complementando o corredor de exportação criado pela FIOLE -, a exportação de grãos e a movimentação de containeres.

Cabe assinalar que por sua profundidade e as características de seus berços, o Porto Sul está capacitado a operar os maiores navios que são utilizados ou projetados atualmente. Os dois complexos portuários da Bahia são importantes polos de geração de emprego e divisas para o Estado.

RODOVIAS

O investimento em construção, recuperação e ampliação de capacidade da malha rodoviária baiana, executada pelo Estado e pelo Governo Federal nos últimos anos, melhorou muito a trafegabilidade na Bahia. Os principais objetivos a serem perseguidos por este Programa são a ampliação de capacidade nos principais eixos de integração, o aumento de capacidade no entorno dos principais centros urbanos e o adensamento da malha vicinal nas principais regiões agrícolas.

O principal projeto estruturante na área rodoviária é o Sistema Viário Oeste - SVO, que objetiva aproximar virtualmente a Ilha de Itaparica à Cidade do Salvador, através da Ponte, redefinir o sistema rodoviário da Ilha, duplicar a Ponte do funil, para criar uma nova articulação de Salvador com o Sul e o Oeste do estado, através do aumento de capacidade (duplicar da Ponte do Funil até Santo Antônio de Jesus) e ampliação da BR 242 (implantação de Santo Antônio de Jesus até a BR 116).

São projetos estratégicos, alguns realizados em parceria com o Governo Federal - DNIT:

- ✓ Conclusão de obras já iniciadas ou em contratação, a exemplo da construção da ponte sobre o rio Cachoeira vão 525m (Ilhéus – Pontal);
- ✓ Conclusão da ponte sobre o rio Baetantã, com vão de 497m;
- ✓ Construção de uma ponte sobre o rio Paraguaçu próximo a sua foz em torno de 700m de vão, requalificando o Sistema Viário do Recôncavo, tendo como eixo central a interligação das rodovias federais BR 324, BR 101 e BR 116 com a Baía de Todos os Santos;
- ✓ Restauração e pavimentação dos trechos BA 026 Brejões/Amargosa/Santo Antonio de Jesus, BA 120 Itapé/Itajú do Colônia, BA 120 Santa Terezinha/Elisio Medrado e Ubaíra/Brejões, BA 120 Ibirataia/Ubatã, BA 233 Riachão do Jacuípe/Ichú e Pé de Serra/Ipirá, BA 250 Cravolandia/Itaquara, BA 250 Piraí do Norte/Ituberá, BR 251 Buerarema/Coutos/Ilhéus, BA 263 Condeúba/Jacaraci/Urandi/Sebastião Laranjeiras, BA 283 Guaratinga/Divisa BA/MG (Santo Antonio do Jacinto), BA 290 Itanhém/Divisa BA/MG (Bertópolis)/Batinga, BA 311 Macururé/Barra do Tarrachil, BR 349 Divisa SE/BA/Itapicuru/Olindina e Barrocas/Teofilândia;
- ✓ Restauração e pavimentação dos trechos BA 400 Cardeal da Silva/BA 099, BA 414 São José do Jacuípe/Capela do Alto Alegre/Pintadas, BA 422 Varzea do Poço/Varzea da Roça/São José do Jacuípe, BA 424 Mairi/Pintadas, BA 549 Apuarema/Itaibó/Baixa Alegre (BR 330); BA 555 Lafayette Coutinho/BR 116, BA 564 Mucugê/João Correia/Abaíra, BA 573 Matina/Riacho de Santana; BA 647 Manoel Vitorino/Itagi; BA 652 BR 330/Ibirapitanga/BR 101; BA 653 Uruçuca/Serra Grande, Itajuípe/BR 101 (acesso Norte), BA 654 Aurelino Leal/Taboquinhas BA 660 Dário Meira/Ibitupã/Almadina/Floresta Azul, BA 672 Santa Luzia/Mascote, BA 676 Una/Colônia/Arataca, BA 680 Potiraguá/BR 101, BA 699 Itanhém/Jucuruçu, BA 884 Nilo Peçanha/Cairú;

- ✓ O aumento de capacidade nos eixos de integração nacional norte/sul (duplicação BR 101 dos trechos Feira de Santana/Divisa BA/SE e Eunapólis/Divisa BA/ES ,BR 116 - Norte do trecho Feira de Santana/Serrinha) ;
- ✓ Pavimentação BR 135 trecho Correntina/Jaborandi/Coribe/Cocos/Divisa BA/MG, pavimentação BR 324 trecho Umburanas/Sento Sé e Remanso/Divisa BA/PI; pavimentação BA 001 trecho Divisa ES/BA/Mucuri, Nova Viçosa/Caravelas, Prado/Cumuxatiba e Belmonte/Canavieiras; pavimentação BA 160 trecho Iuiu/Pindorama e Malhada/Bom Jesus da Lapa/Paratinga/Ibotirama/Morporá, pavimentação BA 161 trecho Sitio do Mato/Gameleira da Lapa/BR 242, pavimentação BA 210 trecho Xique-Xique/Sento Sé, Curaçá/Riacho Seco/Pedra Branca/BR 116 e Abaré/Barra do Tarrachil e nos eixos de integração leste/oeste 3ª faixa BR 242 e duplicação do trecho Luis Eduardo Magalhães/Barreiras;
- ✓ Pavimentação da BR 020 no trecho Campo Alegre de Lourdes/Buritirama/Mansidão/Santa Rita de Cassia; pavimentação BR 030, trechos Cocos / Feira da Mata/Carinhanha, Brumado/Susuarana/Caetanos/Mirante/Bom Jesus da Serra e Boa Nova/Dario Meira/Aurelino Leal/Ubaitaba/Marau;
- ✓ Pavimentação da BR-235 trecho DivisaPI/BA/Campo Alegre de Lourdes/Remanso/Juazeiro/Uauá e Canché/Jeremoabo/Divisa BA/SE;
- ✓ Pavimentação BA 220 trecho Andorinha/Pedra Vermelha, Aribicé/Cicero Dantas e as alimentadoras BA 388 (Banzaê/BR 110) e BA 084 (Adustina/Sitio do Quinto); ampliação de capacidade 3ª faixa BR 407 e BR 110;
- ✓ Ampliação de capacidade no entorno de Feira de Santana (conclusão da duplicação do contorno de Feira de Santana, Perimetral Norte (BR 116-Norte / BR 324) e ampliação de capacidade da BA 502 (Feira de Santana/São Gonçalo dos Campos/Conceição de Feira/BR 101/Cachoeira/São Félix/Muritiba/BR 101
- ✓ Duplicação da Ilhéus/Itabuna, com construção dos semianéis de Ilhéus e Itabuna e a duplicação de Itabuna/Ferradas; Rodoanel de Vitória da Conquista com a construção de viadutos nas interseções das BA 263 (Itambé). BA 262 (Brumado) e BR 415 (Barra do Choça);
- ✓ Contorno de Lauro de Freitas; duplicação da BA 530 Camaçari/BA 099 (via Atlântica) com a duplicação do viaduto do Trabalhador e da Via Cascalheira, com iluminação e ciclovia em sua margem;
- ✓ Construção de Anel Viário nas cidades do eixo da BA 001 ;
- ✓ Implantação de vias de contorno nas sedes municipais ao longo das BR 101 e BR 116;
- ✓ Adensamento da malha rodoviária vicinal na região oeste com a pavimentação do trecho da Rodoagro (Anel da Soja/Coaceral), BA 225 trecho Coaceral/Formosa do Rio Preto, BA 458 Anel da Soja/Garganta/Panambi, BA 461/462 trecho Bela Vista/Alto Horizonte/Novo Paraná, Rodovia da Soja, BR 020/Rio Grande e BR 020/Jaborandi;

- ✓ Construção da ponte sobre o Rio São Francisco, em Barra (BR 330) ligando o sul do Piauí ao litoral baiano.

Em função da importância social, a continuidade do programa de acesso a sedes municipais sem pavimento é condição básica para qualquer desenvolvimento, como o trecho da BA 284 trecho Jucuruçu/Nova Alegria com serviços de pavimentação em andamento e precisa continuar até Itamarajú (BR 101).

O próximo governo fortalecerá a relação com os consórcios municipais, no sentido de viabilizar apoio para a estruturação e manutenção das estradas vicinais, através de patrulhas mecânicas, em parceria com o PAC II, usinas de asfalto, via apoio técnico do Derba;

AEROPORTOS

Nos últimos anos houve uma significativa modernização da malha aeroportuária do estado, tendo sido recuperados dez (10) aeroportos: Porto Seguro, Barreiras, Lençóis, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Jacobina e Prado - e requalificado para transporte de passageiros o Aeroporto de Feira de Santana.

Projetos estruturantes continuarão sendo implementados no próximo governo, na área aeroportuária, a exemplo da implantação do novo Aeroporto de Vitória da Conquista e o Aeroporto Internacional de Ilhéus, para passageiros e carga, que poderá receber voos intercontinentais e deverá ser alfandegado e contar com uma ZPE.

Outros projetos prioritários são a implantação da 2ª pista do Aeroporto de Salvador, além da reforma e ampliação - em curso - do Terminal de Passageiros, e o início de operação do novo Aeroporto de Feira de Santana e sua requalificação para carga, além de passageiros.

Caso, por razões de ordem ambiental, não seja possível implantar a 2ª pista do Aeroporto de Salvador e o Projeto SVO se concretize, a implantação de um aeroporto na região do Recôncavo Sul poderia se tornar uma opção para o aumento do volume de passageiros com destino a Salvador.

Para dotar o Estado das condições necessárias ao aumento previsto do tráfego aéreo regional, é necessário que seja dada continuidade ao Programa de Valorização da Rede de Aeroportos e Aeródromos no interior do Estado, a exemplo de Senhor do Bonfim, Euclides da Cunha, Ipiaú, Caetité, entre outros.

O Programa de Infraestrutura e Logística: Aeroportos - PIL que contempla a ampliação e/ou melhorias, como por exemplo em Barreiras, Cipó, Feira de Santana, Guanambi, Ibotirama, Irecê, Itaberaba, Jacobina, Lençóis, Maraú, Santa Maria da Vitória, Sento Sé, Teixeira de Freitas e novos aeroportos em Jequié, Vitória da Conquista, Bom Jesus da Lapa, Ilhéus e Porto Seguro.

HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO

A revitalização da Hidrovia do São Francisco, em parceria com Governo Federal, é uma antiga reivindicação das regiões ribeirinhas ao grande rio. Visando revitalizar o canal de navegação do Rio São Francisco, está prevista uma campanha de dragagem emergencial no trecho Bom Jesus da Lapa a Ibotirama.

Em um segundo momento, serão implantadas estruturas de diques em pedra, para atuarem como auto-dragagem permanente e obras de derrocamento (retirada de pedras) para revitalizar definitivamente a hidrovia. A hidrovia do São Francisco complementa a rede de transporte de carga definida pelos modais: ferroviário e rodoviário.

MOBILIDADE

O Governo do Estado assumiu a responsabilidade por atuar de forma decisiva para melhorar a mobilidade na capital e na RMS, que estava se caracterizando como uma das piores em todo o país.

Neste sentido, assumiu a responsabilidade pela implantação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, do VLT na Suburbana (Comércio / Paripe / São Luiz e, posteriormente, Lapa / São Luiz), pelo VLT Metropolitano (que ligará Candeia a Simões Filho, Camaçari e Dias D'Ávila e, também, Simões filho ao Metrô), pela implantação das vias transversais de Salvador, criando os primeiros anéis viários internos da cidade e que serão dotadas de transporte de alta capacidade, o BRT, e – finalmente – pela construção da Nova Rodoviária de Salvador, em Águas Claras, na entrada da cidade, integrada ao Metro, ao BRT e ao sistema de ônibus da capital e metropolitano.

Atuou para melhorar a mobilidade, ainda, em cidades do interior, através da construção da Avenida Nóide Cerqueira, em Feira de Santana, e da Ponte do Pontal, em Ilhéus.

Entre os principais projetos a serem desenvolvidos pelo Estado no próximo período destacam-se:

- ✓ No plano ferroviário, implantar o ramal de passageiros entre Salvador e Feira de Santana e recuperar a ligação entre Dias D'Ávila e Alagoinhas.
- ✓ No plano rodoviário, implantar vias exclusivas nos principais corredores de transporte de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna.
- ✓ No plano hidroviário, melhorar a ligação Salvador / Itaparica através da concessão da operação dos novos ferries, além de implantar ou melhorar as linhas regulares entre Salvador e Maragogipe, Salinas e Ilha de Maré.

TELECOMUNICAÇÃO

- ✓ Estimular a interiorização da telefonia móvel;
- ✓ Implantação do Programa Banda Larga na Bahia;

ENERGIA

A geração, o transporte e a distribuição de energia são – por regramento constitucional – responsabilidades federais. Cabe ao Estado financiar programas específicos e agir politicamente para assegurar a concretização de suas prioridades nesta área. Do ponto de vista social, a principal meta continua sendo atingir a universalização do acesso à energia através do Programa Luz para Todos. Através deste mesmo programa, objetiva-se ampliar a oferta do sistema trifásico para uso produtivo na área rural.

As principais demandas no setor de energia no plano federal são a implantação das Linhas de Transmissão (LTs) e Subestações (SEs) de 500 Kv entre Juazeiro / Gentio do Ouro / Barreiras; entre Gentio do Ouro / Morro do Chapeu / Sapeaçu; entre Sapeaçu / Bom Jesus da Lapa / Barreiras e entre Barreiras / Rio das Éguas, completando a rede mínima já definida no planejamento energético nacional.

Ademais, será necessária a implantação das LTs / SEs de 230 kV, entre Juazeiro / Bonfim; Irecê / Morro do Chapéu, Funil / Itapebi, Teixeira de Freitas / Eunápolis.

Atenção especial deve ser dada às ligações entre os Parques Eólicos e Fotovoltaicos de Geração de Energia, que estão sendo implantados, por exemplo na região de Irecê e do NO do Semiárido, com o Sistema Nacional Integrado, para que a energia gerada seja efetivamente aproveitada, sobretudo considerando-se o crescente peso que tem tido a geração fóssil dentro do sistema de energia brasileiro, com sua carga de agressão ao meio ambiente e de aumento de custo da energia.

Por fim é necessário reivindicar a implantação de uma Usina Termoelétrica (UTE) alimentada com Gás Natural (GN), com capacidade de geração, por exemplo, de 500 MW, na Região Porto Sul (Itabuna) e abastecida pelo Gasene.

Esta UTE terá por função dar suporte a toda região Sul e, em particular, ao Polo Industrial e ao Polo Logístico do Porto Sul.

PROGRAMA PRÓ-DIGNIDADE

O Programa Pró-Dignidade é um programa objetivando a requalificação de Bairros Subnormais e Comunidade Carentes, a ser iniciado pela intervenção em bairros de Salvador e da RMS.

As principais intervenções serão a ampliação do sistema viário, a ampliação do saneamento básico (universalização do acesso à água e ao esgotamento sanitário), melhoria da iluminação pública, a implantação e/ou melhora dos serviços públicos de

saúde (implantação de UPAs), educação (implantação do turno integral nas escolas do bairro), segurança (implantação de Bases Comunitárias), contenção de encostas e drenagens, quando for o caso.

Entre as comunidades prioritárias para o Programa Pró-Dignidade, estão indicadas Nordeste de Amaralina, Bairro da Paz, Coutos, na região da Suburbana, e uma comunidade de Simões Filho, outra de Candeias e, por fim, uma da periferia de Feira de Santana.

O Programa Pró-Dignidade deverá, igualmente, agir na Prevenção de Acidentes Naturais, com intervenções de Contenção de Encostas em áreas de risco, macrodrenagens e diques ou barragens em áreas sujeitas a inundações. Objetiva, em última instância, o resgate da cidadania através do resgate do direito à habitação de qualidade na área urbana.

POLOS LOGÍSTICOS

Prevê-se implantar inicialmente, nas grandes interseções da FIOLE com o sistema rodoviário, e num segundo momento, nas interseções da Ferrovia Belo Horizonte / Feira de Santana, também com o sistema rodoviário. Está previsto que tenham uma estrutura de porto seco intermodal, com áreas de armazenagem e transferência de carga intermodais etc.

Deverão ser dotadas de facilidades para motoristas como hotel, restaurantes, banheiros com ducha, áreas de repouso, postos de gasolina etc. Os Polo Logísticos deverão, sempre que possível, ser implantados e administrados pelo setor privado em regime de concessão, sendo licitados em regime de concessão ou PPP.

POLOS INDUSTRIAIS

Cabe ao Estado incentivar a implantação de Polos industriais via PPP, sempre que houver interesse em aproveitar diferenciais macroeconômicos para incentivar o desenvolvimento de uma região determinada.

Aproveitando a nova política de incentivos industriais (favorecimento da indústria nacional até o diferencial de +25% em licitações de preço) e a exigência crescente de índices de nacionalização, inclusive na indústria de O&G, abre-se uma janela de oportunidade para a implantação do Polo Industrial do Recôncavo (Polo 2 de Julho) via PPP, especializado na construção de equipamento peado para a indústria de O&G offshore, que é hoje que totalmente dependente de fornecimento externo.

Nesse desenho, caberá ao Estado a recapitação da estrada entre o Polo 2 de Julho e o Terminal Portuário (para transporte de cargas especiais pelo tamanho ou peso), a disponibilização do Terminal Portuário e a extensão para as empresas que se instalarem no polo dos benefícios fiscais e tributários já concedidos para a indústria de O&G.

Neste desenho, o Polo industrial de Nazaré deve ser apoiado para funcionar como apoio e de forma complementar ao Polo 2 de Julho, podendo ser uma localização alternativa para sistemistas do Polo de O&G.

Outro Polo Industrial a ser apoiado pelo Estado é uma ZPE a ser implantada em Ilhéus, especializada na área de informática, que atuará articulada com o novo aeroporto, recebendo seus insumos de alto valor agregado e baixo peso e despachando sua produção para a exportação por via aérea.

Cidades como Conquista, Juazeiro, Feira, Ilhéus-Itabuna, Teixeira, Barreiras, entre outras, já estão em perspectiva de ações estruturantes para interiorizarmos a política de polos industriais.

II. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A ciência, tecnologia e inovação são ferramentas fundamentais para a transformação da matriz produtiva. Base para a sustentabilidade ambiental e para a inclusão sócio-produtiva na Bahia.

Para as transformações que o mundo está passando, em especial nas áreas de Tecnologia da Informação, Biotecnologia, Nanotecnologia e Tecnologias Sociais, a Bahia tem se posicionado estrategicamente como protagonista para participar nesta grande mudança. O Estado vem aprofundando as ações de universalização da tecnologia e da popularização da ciência e também a competitividade nas empresas, incentivando a inovação e buscando o diferencial competitivo empresarial capaz de impulsionar a economia.

A Bahia avançou com a implantação do Parque Tecnológico, que tem como áreas prioritárias a Biotecnologia, Saúde, Tecnologia da Informação e da Comunicação, Energia e Engenharias e atualmente conta com mais de 25 empresas instaladas e com 18 empresas incubadas dentro do parque tecnológico, com mais de 1.000 Centros Digitais de cidadania instalados, com um Centro de Educação Científica, em Serrinha.

Ocupou espaço no apoio às instituições de pesquisas, à iniciação científica, inovação tecnológica nas empresas privadas, entidades públicas e organizações populares, através do fortalecimento da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESB) e a consolidação de uma ação na rede de banda larga (infovia digital). Para continuar o processo de consolidação do desenvolvimento, são propostas:

- ✓ Apoiar a geração de tecnologias, buscando a sustentabilidade econômica, com base no aproveitamento dos recursos naturais, humanos e culturais;
- ✓ Fortalecer a Bahia como centro de desenvolvimento de “software livre”, utilizando o poder de compra do Estado para fortalecer a produção local;
- ✓ Fomentar relação entre Institutos de Ciência e Tecnologia e agentes produtivos;

- ✓ Implantar um Centro de Pesquisas especializado em Tecnologias Sociais, a exemplo do centro de tecnologias para o Semiárido;
- ✓ Fomentar as Tecnologias da Informação e Comunicação, devido aos seus resultados e capacidade de transversalidades;
- ✓ Desenvolver procedimentos para possibilitar que empreendimentos solidários, micro e pequenos empreendimentos, sejam capazes de atender às encomendas governamentais de bens e serviços;
- ✓ Sistema público de CT&I interiorizado de modo articulado ao sistema de educação e às demandas das políticas públicas;
- ✓ Apoio a implantação e expansão de novos Centros de Educação Científica no interior do estado;
- ✓ Desenvolver infraestrutura tecnológica do Estado;
- ✓ Infovia Digital da Bahia (Cinturão Digital);
- ✓ Disponibilizar o acesso à internet nos laboratórios de informática em escolas públicas estaduais;
- ✓ Aperfeiçoar o modelo de governança do Sistema Estadual de CT&I;
- ✓ Fortalecimento do Parque Tecnológico;
- ✓ Estimular as ações da CT&I que promovam melhoria nas ações de segurança e saúde públicas;
- ✓ Tratar e explorar a convergência digital em todo o estado, tratando Voz e Dados como um meio único e comum;

III. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

O Semiárido baiano ocupa 68,7% do território do Estado da Bahia e é constituído por 266 municípios, onde vivem 7.183.668 pessoas, correspondendo a 48 % da população do Estado (IBGE, 2010). Daí sua importância para o desenvolvimento do Estado.

A proposta é priorizar uma política pública estruturante para uma região estratégica e que ficou anulada em toda sua história no planejamento estatal em tempos passados. A meta é trabalhar uma mudança radical de concepção e de abordagem política, abandonando de vez o modelo de “combate à seca” e assumindo o paradigma da Convivência com o Semiárido. Isto significa deixar de considerar os homens e mulheres do Semiárido como incapazes e sem conhecimento. É preciso mudar esse modo de pensar. Pensar na gente do Semiárido como sujeito de sua própria história, capazes de construir conhecimentos, resistir e protagonizar a própria vida.

O Governo Federal e as duas gestões do Governo Jaques Wagner estão oferecendo sinais de que o Semiárido é estratégico. É preciso reafirmar a concepção que considera as populações do Semiárido como sujeitos ativos, com vontades e esperanças, com estratégias e visões de mundo. Não se faz a Convivência com o Semiárido sem desconstruir e construir novas referências, espaços e lugares. Estas ações devem passar, necessariamente, pela por acesso à água, conhecimento e tecnologias.

O Governo Jaques Wagner investiu muito durante os oito anos de gestão. O Programa Água para Todos significou um investimento recorde na Bahia e tem possibilitado a ampliação do acesso à água através da construção de barragens, adutoras, sistemas de abastecimento, cisternas, barreiros e outras tecnologias de captação de água da chuva para a produção. Receber água tratada na torneira transforma a vida dessas pessoas e mais de 4,5 milhões de baianos já tiveram acesso a esse benefício proporcionado pelo Programa Água para Todos.

Mas o tema do Semiárido não se limita apenas a uma atuação hídrica. Envolve a terra, bioma, educação, saúde, tecnologia, inovação, energia, etc. Por isso, o Programa Vida Melhor tem fortalecido a agricultura familiar e a economia solidária através de investimentos na ampliação da infraestrutura produtiva, no fomento à produção, na assistência técnica e extensão rural e no acesso ao crédito, investimento em infra e logística social, como: Luz para Todos, habitação, energia eólica, saneamento básico, saúde, educação, cultura, turismo, implantação de indústrias e segurança pública elevaram o desenvolvimento social e econômico da região e ajudou a superar a falta de chuva na pior seca dos últimos 50 anos.

São propostas de aprofundamento do desenvolvimento do Semiárido baiano:

- ✓ Implantar a Política e o Plano Estadual de Convivência com o Semiárido Baiano, com o objetivo de articular, integrar e potencializar de forma estratégica as ações do Governo da Bahia, do Governo Federal, dos municípios e da sociedade civil na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social, ambiental, cultural, científico e tecnológico do Semiárido da Bahia. Considerar como estratégico para o desenvolvimento do Semiárido a terra, a água, sua gente e seu bioma;
- ✓ Viabilizar o funcionamento do Conselho Estadual do Semiárido, com a participação da sociedade civil e poder público com vistas à elaboração de propostas, acompanhamento da execução e controle social das ações do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido;
- ✓ Ampliar investimentos do Governo da Bahia no Semiárido, em parceria com o Governo Federal, para dinamizar o desenvolvimento econômico e social dos municípios, gerar emprego e renda, qualificar a infraestrutura e o desenvolvimento das cidades e do campo;
- ✓ Apoiar os municípios, em parceria com a UPB, os consórcios municipais e os colegiados territoriais, para modernizar a gestão pública municipal e a captação de recursos públicos e privados, geração de empregos, apoio às micro e pequenas empresas, aos empreendedores individuais, cooperativas, associações, empreendimentos econômicos da economia solidária e aos pequenos negócios e a

agricultura familiar, cujas ações estão citadas no setorial do desenvolvimento rural, assim como o programa de infraestrutura e logística contempla um plano estruturante de água, energia e infra, a exemplo de garantia do acesso e abastecimento de água potável para toda a população urbana e rural; ampliar o acesso à água e a infraestrutura produtiva para a produção; apoiar e dinamizar os atuais perímetros irrigados e a implantação de projetos de irrigação para os agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais;

- ✓ Revitalizar as bacias hidrográficas e as barragens do Semiárido;
- ✓ Instituir a Política Estadual de Educação para a Convivência com o Semiárido, com elaboração do currículo contextualizado para o Semiárido. Formação continuada de professores em educação do campo e contextualizada. Ampliar a produção, publicação e distribuição de material didático para o campo e contextualizada para o Semiárido;
- ✓ Construir e reformar e equipar infra de educação, creches e quadras escolares cobertas, qualificar a infra-estrutura física da rede pública, garantir o abastecimento de água potável e o saneamento nas escolas públicas. Garantir, em parceria com prefeituras, movimentos sociais e Unicef: Nenhuma escola do Semiárido baiano sem água;
- ✓ Fortalecer rede de escolas famílias do Semiárido e dos centros de escola profissionalizante.

IV. DESENVOLVIMENTO RURAL

A BAHIA RURAL COM GENTE, E GENTE FELIZ

As propostas para uma Bahia Rural com Gente e Gente Feliz têm o objetivo de avançar ainda mais na ampliação e qualificação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. Muitas ações já foram desenvolvidas em parceria com o Governo Federal, municipais, movimentos sociais do campo e organizações não-governamentais (ONG).

Ampliou-se a assistência técnica, o acesso ao crédito rural, a implantação de agroindústrias, as compras públicas. A saúde está mais perto, a escola com mais qualidade e água em casa. O desafio ainda é grande. Há muito que fazer ainda. Para melhorar ainda mais a vida de quem vive no meio rural, vamos ampliar e qualificar as políticas públicas, com as seguintes proposições:

CIDADANIA NO CAMPO

- ✓ Implantar/Criar o Serviço de Atendimento ao Produtor Rural (SAP);

INFRAESTRUTURA SOCIAL

- ✓ Construir Habitações Rurais;
- ✓ Implantar Melhoria Sanitária Domiciliar.

EDUCAÇÃO NO CAMPO E CONTEXTUALIZADA

- ✓ Instituir a Lei Estadual e a Política Estadual de Educação do Campo e Contextualizada;
- ✓ Acelerar e fortalecer o Programa Estadual de Escolas Famílias Agrícolas;
- ✓ Ampliar a produção, publicação e distribuição de material didático da Educação do Campo para o Semiárido, e elaborar o currículo contextualizado para o Semiárido, em parcerias com instituições da sociedade civil e universidades;
- ✓ Apoiar metodologias adequadas de incentivo à leitura contextualizada a partir de experiências com sociedade civil, com apoio às ações que incentivem a valorização na cultura local e regional e ações de diversas modalidades de práticas esportivas;

ACESSO À TERRA, REFORMA AGRÁRIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DE ÁREAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

- ✓ Ampliar a parceria com o Incra para a obtenção de imóveis para reforma agrária e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos;
- ✓ Promover ações de acesso à terra para, através da desapropriação, em parceria com o Incra, realizar aquisições pelo Programa de Crédito Fundiário;
- ✓ Ampliar a emissão de títulos de terra;
- ✓ Certificar e regularizar áreas coletivas de Comunidades Tradicionais de Fundo e Fechos de Pasto e Comunidades Quilombolas;
- ✓ Integrar as ações de regularização fundiária com todos os serviços contratados pelo Estado voltados a Agricultura Familiar (Ater, + Água, CEFIR, Unidades Demonstrativas).

ATER E PESQUISA

- ✓ Estruturar uma institucionalidade de ATER pública, bem como o Sistema Estadual de ATER, com profissionais qualificados, métodos inovadores de extensão rural, monitoramento de resultados e interação com diversas políticas públicas;
- ✓ Reestruturar o Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária, estimulando a parceria com universidades federais, estaduais e centros de educação profissional;

- ✓ Prestar Assistência Técnica, permanente e sistemática, para agricultores/as familiares, assentados da reforma agrária, pescadores, comunidades tradicionais;
- ✓ Adotar a agroecologia como princípio orientador da ATER, com o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, com enfoque de segurança alimentar e nutricional, gênero, geração, etnias e com estímulo à organização produtiva das cooperativas, associações e grupos produtivos;

CRÉDITO

- ✓ Manter compromissos dos juros de responsabilidade dos Agricultores Familiares nas linhas de crédito do Pronaf, Mais Alimentos, Jovem, Mulher e Semiárido;
- ✓ Implantar Linha de Crédito para capital de giro para Cooperativas da Agricultura Familiar;
- ✓ Estimular a articulação institucional (MDA, Bancos, Cooperativas de Crédito e Instituições de ATER) para ampliar a oferta de Crédito do PRONAF;
- ✓ Estabelecer cotas obrigatórias no serviço de ATER para elaboração e apresentação de projetos de crédito para jovens e mulheres.

FOMENTO À PRODUÇÃO

- ✓ Implantar o Programa Estadual de Produção de Sementes, dando ênfase às sementes crioulas e apoio a criação de Bancos Comunitários de Sementes;
- ✓ Fomentar os Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar e Economia Solidária, de forma integrada às demais Políticas Públicas;
- ✓ Criar o Programa Estadual de Segurança Alimentar do Rebanho, priorizando o cultivo da Palma Forrageira para 100% das propriedades rurais do Semiárido;
- ✓ Dirigir especial atenção a um Plano Estadual de Irrigação, potencializando a produção agropecuária, com prioridade para agricultura familiar;
- ✓ Implantar a Biofábrica do Sertão para se somar a Biofábrica do Cacau destinadas a produzir e distribuir mudas de fruteiras e essências florestais por ano;
- ✓ Promover a melhoria genética dos plantéis dos pequenos criadores, com a distribuição de matrizes e reprodutores caprinos e ovinos;
- ✓ Apoiar os Municípios e Consórcios Públicos na estruturação e no funcionamento de Patrulhas Mecanizadas, para manutenção de estradas vicinais, limpeza de aguadas e preparo de terras;
- ✓ Fortalecer a cadeia produtiva de mel, com doação novas colméias, kits apícolas, construção de novas casas do mel e entrepostos, vinculados ao Plano Estadual de Apicultura;

- ✓ Fortalecer a cadeia produtiva do leite, com a implantação de novos polos produtivos, a doação novos tanques de resfriamento leite, construção de laticínios, melhoramento genético de matrizes bovinas, aquisição governamental do leite para o PAA e PNAE e ATER diferenciada e apoiar o laboratório de análise vinculado à UESB;
- ✓ Apoiar a consolidação de cadeias produtivas prioritárias: cacau, guaraná, laranja, café, mandioca, caju.

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

- ✓ Ampliação das ações de implantação e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários;
- ✓ Implantar o Programa + Gestão: apoio à Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários);
- ✓ Apoiar a organizar as demandas municipais e territoriais para PNAE e PAA;
- ✓ Desenvolver parceria com universidades públicas e Institutos para desenvolver programas de ATER para apoiar empreendimentos da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E ACESSO A MERCADOS

- ✓ Construir e apoiar novas agroindústrias de pequeno e médio portes, cessionando a gestão para cooperativas e associações rurais de agricultores familiares;
- ✓ Estimular o funcionamento regular das pequenas e médias agroindústrias, prestando assistência técnica específica voltada para a gestão dos processos de beneficiamento da produção e comercialização;
- ✓ Implantar o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), em parceria com os Consórcios Públicos Territoriais, para funcionamento do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), garantindo a agroindustrialização e a comercialização dos produtos das Agroindústrias Familiares em todo o território nacional;
- ✓ Dinamizar a aplicação dos recursos do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), em parceria com a CONAB ou através da SEDES com o PAA Municipal, implantando também o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos - PAA Bahia;
- ✓ Ampliar aquisição de produtos da Agricultura Familiar com recursos do PNAE executados pelo Governo do Estado;
- ✓ Apoiar os municípios com infraestrutura logística e assessoramento técnico para o cumprimento da Lei Federal 11.947/2009, que determina a aquisição obrigatória dos produtos da Agricultura Familiar com recursos do PNAE;

- ✓ Implantar mais Armazéns da Agricultura Familiar e Economia Solidária em pontos estratégicos do Estado;
- ✓ Ampliar a venda de produtos da agricultura familiar da Bahia para o mercado internacional, na linha do comércio justo e solidário (*fair trade*);
- ✓ Ampliar o número de produtos da agricultura familiar com o Selo de Identificação de Origem (SIPAF) e o número de cooperativas e associações que possuem os benefícios do selo (promoção, isenção de ICMS, etc.);
- ✓ Apoiar a certificação geográfica de produtos estratégicos, para ampliação de acesso mercado;

AQUICULTURA E PESCA

- ✓ Ampliar o Programa Renovar (renovação da frota pesqueira artesanal, beneficiando pescadores artesanais);
- ✓ Implantar novos projetos produtivos de piscicultura, com aproveitamento do rejeito de dessalinizadores em áreas do Semiárido;
- ✓ Implantar sistemas familiares de piscicultura em tanques de recirculação de água em áreas do Semiárido;
- ✓ Elaborar EIA/RIMA para as polos de grande adensamento de produção;
- ✓ Criação de Parques Aquícolas (a exemplo de Itaparica, Sobradinho, Pedra do Cavalo e Pedras), ampliando a produção atual da piscicultura na Bahia;

O apoio a infra-estrutura produtiva, como água, energia, rodovias, encontra-se na setorial infra-estrutura e logística.

V. DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

O agronegócio é uma atividade fundamental para o desenvolvimento da Bahia. Responsável por geração de empregos e importante participação na formação PIB baiano e brasileiro. O agronegócio terá o apoio necessário para o desenvolvimento de suas atividades e ampliação de novos mercados.

Para o desenvolvimento do agronegócio, serão desenvolvidos projetos estruturantes que continuem alavancando o desenvolvimento com sustentabilidade. Cabe ao Estado prover a implantação de infra-estrutura, em parceria com o setor privado. Serão definidas as prioridades, identificados os principais entraves e potencialidades, para que sejam desenvolvidas ações que facilitem a logística e a estrutura produtiva. Assim, são estratégias para o referido setor:

- ✓ Apoiar a reforma, modernização e implantação de unidades de armazenamento, com vistas a diminuir o déficit da capacidade de armazenagem no Estado, principalmente no oeste, sudoeste e norte e nordeste da Bahia;
- ✓ Construção de estradas que possibilitem melhor escoamento da safra, a exemplo da rodovia que liga o Oeste Baiano ao Tocantins;
- ✓ Apoiar a melhoria das condições das estradas vicinais das principais regiões produtoras, com objetivo de viabilizar o escoamento da produção;
- ✓ Apoiar o projeto de revitalização da navegabilidade da hidrovia do São Francisco considerando sua importância socioeconômica para integração e escoamento da produção agropecuária;
- ✓ Articular a ampliação do Terminal Portuário na Baía de Aratu, do Terminal de Contêineres no Porto de Salvador e Ilhéus, para que a infraestrutura portuária atenda às demandas;
- ✓ Executar amplo programa de formação técnica de mão-de-obra para operação de máquinas e tecnologias voltadas a empreendimentos agroindustriais;
- ✓ Implantar Programa de Internacionalização das pequenas e médias agroindústrias, buscando o aumento da sua competitividade e acesso a outros mercados;
- ✓ Ampliar a política de atração de agroinvestimentos nacionais e estrangeiros com objetivo de descentralização e/ou reespecialização do desenvolvimento agroindustrial e da geração de emprego;
- ✓ Ampliar para todo estado implantação de infra-estrutura logística de acesso a rede mundial de computadores;
- ✓ Conclusão da FIOLE para viabilizar escoamento de produção e acesso a compras de insumos;
- ✓ Eletrificação rural inclusive com novas linhas trifásicas com foco na expansão da irrigação;
- ✓ Perenizar de rios importantes para a produção baiana, como os rios Jacuípe e Rio de Contas (grandes barragens);
- ✓ Fortalecer cadeias produtivas a exemplo do coco, caju, leite, umbu, caprino-ovino;
- ✓ Estimular o desenvolvimento no estado de uma agricultura de baixa emissão de carbono (Plano ABC);
- ✓ Criar barreiras sustentáveis e de erradicação doença animal (febre aftosa e brucelose);
- ✓ Maior rigor para com o abate clandestino, assunto correlacionado com saúde pública, ampliando o número de matadouros e estimulando a diminuição de sua ociosidade;
- ✓ Maior incentivo à agroindustrialização com linhas de crédito subsidiadas para o início e incremento de novas agroindústrias; (atração de Investimentos e Desembahia);

VI. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

A indústria da Bahia tem forte participação econômica no PIB do Estado e está voltada para os setores de: Petróleo e Gás, Química e Petroquímica, Energias Renováveis, Mineração, Agroindústria, Informática, Automobilístico e Naval. Grande parte desse desempenho econômico do Estado nos últimos anos é resultado das ações de governo na atração de 455 novas empresas e apoiou a ampliação de 130 em 88 municípios, com investimento de R\$ 17,1 bilhões, com geração de 62,4 mil novos empregos em diversos setores.

Em implantação/ampliação estão 506 empresas com investimento de R\$ 50,5 bilhões, com expectativa de geração de 84 mil novos empregos, nas seguintes áreas: Alimentos e Bebidas, Química, Mineração, Energia e Petróleo, Bicomcombustível, Máquinas e Equipamentos, Borrachas e Plásticos. Assinados 1.125 protocolos de intenções de empresas em 133 municípios, com expectativa de gerar mais de 145 mil empregos e 84% confirmaram investimento no Estado.

Na trilha para continuar fomentando estes segmentos, são proposições estratégicas:

ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DE SETORES PRIORITÁRIOS

No setor químico, ênfase nas cadeias de acrílico, cosméticos, construção civil, fármacos, higiene pessoal, limpeza, com as seguintes propostas: aumentar a capacidade de interlocução e articulação para a atração de investimentos para Estado e um efetivo engajamento da Bahia nas negociações em curso de uma política nacional para a petroquímica brasileira; melhorar a competitividade da integração logística com o mercado do Sudeste e o mercado internacional; criar programa para atração de investimentos na polimerização e nos demais elos da cadeia têxtil, considerando a articulação com as cadeias de fibras naturais e de celulose solúvel para viscosa e, desenvolver programa visando implantação da cadeia acrílica equacionando a oferta de matérias-primas e os elos à jusante.

No setor automotivo, ênfase nos setores de autopeças, pneus, ciclomotores e veículos especiais, através de apoio ao parque automotivo implantado e estímulo a sua consolidação e expansão com destaque para o adensamento da cadeia de fornecedores; com implantação do programa de CKD no estado com ênfase para motocicletas e veículos especiais;

Para a agroindústria, a ênfase vai para os setores de alimentos, bebidas, grãos, cereais, têxtil, frutas, carnes, aves, movelaria e flores, através de criação de programa de fomento e atração seletiva de investimentos; para o setor de indústrias de ração, misturadoras de fertilizantes, frigoríficos, e operadores logísticos, buscar-se-á estimular empresas atacadistas multiprodutos e especializadas incentivando sua capacidade de alavancar a agroindústria e a agricultura familiar local e, empresas-âncora de industrialização e de *trade* focadas em marcas de origem e em cadeias de alto valor, com a criação do Grupo de Inteligência Tributária Competitiva Agroindustrial, com foco no fortalecimento do elo atacadista, no estímulo de

condutas empresariais sustentáveis e no incentivo a industrialização.

Destaque para a criação de programas de Desenvolvimento Microrregional Integrado com foco em sistemas de rastreamento da produção, comércio justo e certificações ambiental e metrológica e um programa de Marcas e Denominação de Origem: Café Gourmet da Bahia, Vinhos do São Francisco, Cachaça Tradição da Bahia, Chocolate Orgânico da Mata Atlântica, Carnes Exóticas do Sertão Baiano.

Ainda assim, serão criados programa de PD&I da Agroindústria para atração de técnicos multiplicadores de prestígio, assessoria em marcas e denominações de origem e parcerias com os institutos tecnológicos e instalação de programa de formação de recursos humanos e melhoria da gestão com foco na agroindustrialização, na logística e na competitividade de mercado.

NAÚTICA, NAVAL E OFFSHORE

Plataformas, Sondas, Equipamentos e Módulos, Embarcações de pequeno porte

- ✓ Atrair empresas de produção de navios de grande porte, de construção de plataformas, sondas e outras unidades offshore e de embarcações de apoio offshore, e de outras de pequeno e médio porte;
- ✓ Adensar a cadeia de fornecedores locais da indústria naval da Bahia;
- ✓ Fomentar o desenvolvimento de uma indústria de construção de embarcações de esporte e lazer de pequeno porte integrado ao complexo do turismo e esportes náuticos.

ENERGIA - EÓLICA E SOLAR

- ✓ Fortalecer o adensamento produtivo do polo industrial eólico baiano;
- ✓ Estimular os projetos de energia solar através do fomento ao mercado, por meio de contratações de empreendimentos de geração e incentivos a geração distribuída;
- ✓ Estimular a competitividade industrial através de programas de eficiência energética e a verticalização da produção de eletricidade e o seu consumo no Estado;

FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL, COM PLANO ESTADUAL DE MINERAÇÃO:

- ✓ Promover a oferta de infra-estrutura compatível em bases competitivas e sustentáveis para os novos projetos de relevância regional;
- ✓ Estimular o encadeamento, a agregação de valor e a estruturação dos elos de comércio, serviços e logística para as cadeias produtivas minerais e o aproveitamento

dos seus resíduos;

- ✓ Promover a formalização, o zoneamento de atividades e a mitigação de impactos ambientais em projetos minerais;
- ✓ Ampliar o conhecimento geológico do Estado, disponibilizando para a iniciativa privada estudos e áreas com potencial mineral e que são de interesse do Estado;

PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PARQUES LOGÍSTICOS INDUSTRIAIS

- ✓ Criar um Zoneamento e um Marco Regulatório para exploração, com vistas ao interesse público, das condições privilegiáveis geradas pelos nós logísticos visando inibir a concorrência desleal entre estes e outras iniciativas no seu entorno;
- ✓ Implantar uma política de incentivos para a instalação de distritos logístico-industriais privados;

REQUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO

- ✓ Articular o fortalecimento da infraestrutura energética como fator de competitividade na perspectiva da garantia de disponibilidade de oferta, da competitividade de custos, da confiabilidade e da interiorização;
- ✓ Remodelagem regulatória da interligação ferroviária com o Sudeste, Nordeste e Noroeste do Estado;
- ✓ Articulação para ampliação e consolidação do sistema portuário baiano;
- ✓ Articulação para ampliação do programa de concessão de Rodovias e de Aeroportos Regionais;

FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO E PROMOÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS

- ✓ Fortalecer o empreendedorismo e a qualificação de executivos empresariais locais;
- ✓ Melhorar o ambiente institucional das MPEs.

POLÍTICA FISCAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- ✓ Ampliar a capacidade do estado de interlocução e persuasão das instâncias capazes de definir a localização dos investimentos, especialmente nos projetos com maior envolvimento do setor público;

- ✓ Adensar cadeias produtivas, promovendo a defesa contra a concorrência desleal e o incentivo ao conteúdo local;

VII. TURISMO

A história do desenvolvimento da Bahia se relaciona de forma muito proporcional à consolidação da atividade turística da Bahia, daí a importância desse segmento econômico ser fundamental neste Programa de Governo. Outro destaque para a sua relevância é a transversalidade do tema com diversas áreas de políticas setoriais a exemplo de segurança pública, cultura, educação, infra e logística, serviços, etc.

São algumas proposições estratégicas para o segmento:

- ✓ Envolver de forma mais vigorosa os gestores municipais, principalmente aqueles considerados âncoras, no processo de gestão do turismo, para assumirem, maior responsabilidade na administração do destino, sobretudo com a questão da qualidade do produto, limpeza, ordenamento urbano, preparação da mão de obra, cuidados ambientais, etc. A idéia é compartilhar com municípios, consórcios e colegiados territoriais para desenvolver e melhorar da atividade turística através de participação técnica e financeira do Estado, quebrando o círculo vicioso de contribuir, pontualmente e apenas, para festas municipais;
- ✓ Executar planos de integração do turismo com os entes protagonistas das ações voltadas ao patrimônio cultural material e imaterial e ao acervo natural, visando a execução de processos de desenvolvimento do turismo sustentável e do turismo patrimonial, principalmente a Sema, o Ipac e o Inema;
- ✓ Participar mais efetivamente da implantação e melhoria da infraestrutura viária do Estado, principalmente rodovias em áreas turísticas, atracadouros, e aeroportos. Na área de aeroportos, principalmente os de Ilhéus, Caravelas, Valença, Bom Jesus da Lapa, Barreiras e Vitória da Conquista;
- ✓ Apoiar e contribuir para a elaboração dos planos municipais para o desenvolvimento do turismo;
- ✓ Incentivar a melhoria da qualidade dos serviços prestados, investindo na formação da mão de obra turística envolvendo também os empresários e suas representações;
- ✓ Fomentar o associativismo e o cooperativismo, inserir a comunidade local no processo de desenvolvimento turístico e estimular o desenvolvimento turístico integrado entre os municípios;
- ✓ Promover novos programas de marketing para os destinos diferenciados da Bahia;
- ✓ Estimular a busca pela excelência dos serviços e produtos turísticos;

- ✓ Valorizar as cidades ícones na promoção: Salvador, Porto Seguro, Ilhéus, Lençóis, Itacaré, portões de entrada das Zonas Turísticas;
- ✓ Participar e apoiar feiras e eventos nacionais e internacionais de grande público relacionados ao tipo de produto oferecido pela Bahia;
- ✓ Apoiar a estruturação da infraestrutura das rotas turísticas baianas;

VIII. MEIO AMBIENTE

O valor da abordagem ambiental é destacado como tema centralizador da tomada de decisão para a elaboração e execução de projetos de desenvolvimento voltados para uma nação e um estado do porte do Brasil e da Bahia, respectivamente. Assim, recordamos que os avanços no processo de transversalização da temática ambiental nas demais setoriais – temáticas já foram iniciados.

O isolamento da gestão ambiental é passado, mas está posto o desafio de consolidar esse novo paradigma de forma mais sistemática, precoce e proativa. Essa integração de políticas públicas irradiada na estratégia de desenvolvimento deve se firmar não como uma concessão, mas como uma agregação de qualidade e de modernização nos processos produtivos, gerando modelos socialmente mais justos e equitativos.

A Bahia vive um momento marcante de descentralização do desenvolvimento, redução de desigualdades e da pobreza. Somado a isso, oportunidades para diversificação e mudança do padrão energético e produtivo também concorrem para ampliar os caminhos para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Historicamente, o desenvolvimento brasileiro e baiano não foi pensado com foco na qualidade ambiental e de vida para todos. Por esta razão, a política ambiental sempre correu atrás dos prejuízos causados pelo crescimento econômico e das cidades. Os riscos socioambientais e degradação ambiental afetam a população carente das grandes cidades. A gestão ambiental não se instalou adequadamente na maioria dos municípios, o planejamento ambiental e a gestão de águas estão apenas começando e o controle ambiental segue com déficit de fiscalização e monitoramento, embora o concurso público com novas admissões recentes o reduziu.

O desafio é superar a lógica de comando e controle e passar a orientar o desenvolvimento sustentável através de instrumentos modernos de planejamento que priorizem a melhoria da qualidade das águas, a qualidade de vida nas cidades e no campo e a conservação da biodiversidade e dos solos. A Bahia vem avançando nesta direção. O licenciamento vem sendo otimizado, a gestão ambiental nos municípios tem sido apoiada com repasse de recursos e processos de formação. Instrumentos chave para o planejamento como o ZEE, os Planos de Bacias Hidrográficas, os Planos de Manejo de Unidades de Conservação, dentre outros estão sendo desenvolvidos. O Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA) está em

processo de consolidação e está disponibilizando uma gama de procedimentos online e acesso público.

Assim, seguem como imperativos ambientais, (1) garantir qualidade ambiental para todos, por meio do aprimoramento do planejamento, controle, conservação e recuperação ambiental e (2) promover o desenvolvimento econômico sustentável e equitativo, por meio da mudança de padrões produtivos, do fortalecimento da atividade florestal e agroflorestal, da economia da biodiversidade e da ampla disponibilidade de água para os diversos usos.

O sistema de meio ambiente se fortaleceu com a implementação da Gestão Ambiental Compartilhada com mais de 200 municípios, convênios com Consórcios de Desenvolvimento Sustentável, estruturação das Unidades Regionais e aprovação de novos servidores para SEMA e INEMA.

O Formar capacitou servidores, técnicos, gestores e conselheiros de meio ambiente e recursos hídricos Estaduais e Municipais. Foram criadas a Lei da Política e o Programa Estadual de Educação Ambiental, e desenvolvidos projetos de Educação Ambiental no âmbito das Unidades de conservação, do PAC, Pacto Pela Vida, Programa Bahia sem Fogo e da Agricultura Familiar. Ampliou-se a transparência e controle social do sistema de meio ambiente, com procedimentos online e acesso público aos processos de controle ambiental, dentre outras ações.

Seguem como grandes desafios para a qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável:

- ✓ Integrar as diretrizes ambientais ao desenvolvimento e aos planejamentos setoriais; revitalizar bacias e recuperar os principais rios do Estado;
- ✓ Estabelecer a Gestão Ambiental Compartilhada com os 417 municípios; implementar e integrar informações e instrumentos de planejamento como Planos de Bacia e ZEE; aprimorar o controle ambiental, otimizar o licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental;
- ✓ Estabelecer mercados e economias associadas à sustentabilidade e fomentar padrões de produção sustentáveis; garantir a regularização ambiental da agricultura familiar pelo CEFIR;
- ✓ Fortalecer a agricultura familiar agroecológica, as territorialidades tradicionais e sua sustentabilidade; suprir lacunas de informação e insuficiências tecnológicas de escala para a gestão ambiental;
- ✓ Ampliar o acesso à informação, a educação ambiental, a mobilização e o controle social sobre a qualidade ambiental.

Buscando superar os referidos desafios e consolidar políticas públicas que contribuam com o desenvolvimento do Estado, são apresentadas as seguintes propostas:

- ✓ Criar novas Unidades de Conservação, aprimorar a gestão e sua consolidação territorial com recursos da compensação ambiental, ampliar o programa

socioambiental nas UCs e seu entorno além do uso público e o seu papel como polo da política ambiental, inclusive como indutoras do desenvolvimento sustentável ;

- ✓ Consolidar o Cefir como instrumento de regularização e diagnóstico ambiental das propriedades rurais com destaque para a regularização propriedades familiares;
- ✓ Desenvolver programa estadual de restauração florestal com foco na recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP), com destaque para a agricultura familiar e restaurações ecológico-econômicas como SAFs;
- ✓ Conservar os remanescentes florestais prioritários por meio de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), cotas de reserva ambiental, RPPNs e alocação de Reservas Legais;
- ✓ Alavancar economia da biodiversidade e da restauração, sistemas produtivos geradores de serviços ambientais por meio de mecanismos e estratégias econômicas para a gestão ambiental, como PSA e Bolsa Verde, preferencialmente destinados à Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais;
- ✓ Fomentar mercados agroflorestais madeireiros e não-madeireiros, com destaque para o sistema cabruca e o potencial da cadeia do cacau para revitalização da economia da região;
- ✓ Fortalecer a gestão dos recursos hídricos e a revitalização dos rios por meio do saneamento, da implementação dos Planos de Bacias Hidrográficas, do Balanço hídrico, do Enquadramento dos corpos Hídricos, do Cadastro de Usuários de Água, da Cobrança do Uso da Água, do PSA e Restauração de matas ciliares, a exemplo das bacias do rio de Contas, Jiquiriçá, Jacuípe, Itapicuru, Subaé, entre outras. Destacamos a necessidade da interação entre esta ação e os desdobramentos das áreas de saneamento e da educação ambiental;
- ✓ Avançar no desenvolvimento do SEIA, de seu uso e acesso, para o controle social e para a gestão ambiental do Estado e dos municípios, utilizando-o para oferecer informações integradas e especializadas para o planejamento, monitoramento, licenciamento e fiscalização da qualidade ambiental;
- ✓ Otimizar o licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental, por meio do ordenamento territorial, da análise integrada dos vetores da produção, disponibilização e uso de informações georreferenciadas e produção de indicadores e mapas de áreas-chave para controle da qualidade ambiental;
- ✓ Ampliar a descentralização da gestão ambiental e o desenvolvimento do GAC por meio do apoio a consórcios municipais e processos formativos para os 27 territórios de identidade e o FORMAR, com diversificação e aumento da oferta de cursos para municípios, técnicos e conselhos;
- ✓ Implementar o ZEE e os Planos de Bacia de modo eficiente e integrado aos demais instrumentos de planejamento e gestão ambiental e territorial, produzir análises integradas e georreferenciadas para orientar a alocação adequada de

infraestrutura e atividades econômicas, antecipando e reduzindo custos, riscos e conflitos socioambientais;

- ✓ Integrar as diretrizes ambientais advindas dos planejamentos e monitoramento ambiental e de recursos hídricos ao desenvolvimento econômico e planejamentos setoriais por meio da pactuação e articulação com os diferentes setores da economia e da gestão pública;
- ✓ Informar, educar e mobilizar a sociedade pela educação ambiental, potencializar e articular as iniciativas de educação ambiental dos municípios e organizações sociais, por meio de editais, cursos do FORMAR, publicações e integração da EA ao licenciamento, à gestão de UCs e de Bacias;
- ✓ Fomentar a pesquisa e a inovação para responder aos desafios da produção limpa e sustentável;

EIXO 3

GESTÃO DEMOCRÁTICA, TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA DO ESTADO

O Governo Jaques Wagner radicalizou quando adotou como posicionamento estratégico de Estado a priorização de programas de proteção social, o desenvolvimento da infraestrutura e logística e a atração de investimentos. Esse conjunto de ações serviu de sustentáculo para a melhoria nas condições de vida da população, e proporcionou o lastro indispensável ao crescimento sustentável.

A atuação focada na transparência, combate à corrupção, amplo diálogo com todos os setores sociais, econômicos, culturais e políticos, sob a primazia da democracia, firmou definição e atitude importantes, rumo ao maior desafio: assegurar a redução da desigualdade, incorporar amplos segmentos da sociedade e repartir melhor a riqueza e a renda na Bahia.

Com essa base assentada, é necessário manter o Estado como planejador da atividade econômica, que visualiza o futuro, dialoga e estabelece parcerias com o setor privado e com a sociedade organizada. Por outro lado, o Estado deve aprimorar a eficácia na ação, ao tempo que aprofunda as formas de participação popular. O desafio é avançar na consolidação de um Estado profissionalizado, cujas bases se articulem na transparência e no aprimoramento de um modelo de gestão voltado ao atendimento à sociedade de forma ágil e transparente, democratizando ações e transformando-as em políticas públicas.

Desta forma, faz-se necessário aprimorar a eficiência estatal mediante a qualificação do gasto público concomitante requalificação e valorização do funcionalismo. Dar ênfase à continuidade do diálogo com as diversas categorias, contemplando também a profissionalização através da capacitação continuada. Estabelecer um modelo de organização da administração pública com ênfase na qualidade dos serviços públicos, no combate ao desperdício e na participação social.

O Governo Jaques Wagner mudou a trajetória do uso e tratamento da máquina estatal, tornado-a uma máquina pública ao invés de uma estrutura privada. Conduziu as políticas públicas como base de políticas de Estado, para além de políticas de governo. Republicanizou uma cultura de prática de gestão lastrada num modelo de relacionamento suprapartidário. Interiorizou a gestão. Fez revelar municípios pequenos. Quebrou paradigmas de distanciamento entre gestores e população. Desvelou uma nova Bahia. Um Estado com novas características de conteúdo e forma.

Buscando aprofundar a construção de um Estado com gestão democrática, transparente e eficiente, apresentamos as seguintes proposições:

- **Estado democrático e transparente:** aperfeiçoar os mecanismos de participação popular, de controle social e transparência. Com a intenção de aproximar o Estado cada vez mais da população e com a possibilidade de ouvi-la para entender as principais necessidades, será estabelecida uma agenda itinerante, para atendimento do Governo, com um calendário territorial/regional, pré-estabelecido;

- **Estado eficiente:** serviços de qualidade, voltados para o aprofundamento da inclusão social e ampliação da cidadania, com maior racionalização dos gastos, modernização dos processos e avaliação e monitoramento;

- **Estado inteligente:** constituição de um núcleo de inteligência e de informações estratégicas, banco de projetos, capacidade de ampliação de arrecadação e otimização das receitas para fazer frente à necessidade de investimento do Estado;

- **Estado planejador:** que planeja o futuro ouvindo a sociedade (PPA, PPA-P), mas não se furta de estabelecer as diretrizes e metas estratégicas que devem ser monitoradas permanentemente, com metodologia própria e periodicidade adequada. Utilizará o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) como instrumento para programar as atividades econômicas com adequação ambiental;

Estado com visão espacial: consolidar o reconhecimento dos Territórios de Identidade como unidade de gestão, monitoramento e planejamento das políticas públicas e estabelecer os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia. Também o apoio técnico aos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter) e o fortalecimento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter), assim como o fortalecimento da relação de parceira com os Consórcios Municipais;

- **Estado indutor:** orientador do desenvolvimento, que proporciona ambiente adequado aos negócios, possibilitando parcerias entre o público e o privado, alavancando o grau de competitividade da economia baiana, dentro dos princípios da

sustentabilidade ambiental, estimulando o empreendedorismo, a micro e pequena empresa e a economia popular e solidária;

- **Estado moderno:** para viabilizar as conquistas nesse campo, assegurando transparência na gestão pública, será imprescindível continuar o investimento em tecnologia da informação e comunicação - TIC. Nesse aspecto, faz-se necessária a ampliação e aperfeiçoamento de uma política estadual de TIC, com investimento em modernização tecnológica, envolvendo diversas esferas governamentais, pautando as atividades na Segurança da Informação, na disseminação de tecnologias e no planejamento de aquisições do Estado;

- **Estado cidadão:** Rede Governo (e-gov) – utilização intensiva da tecnologia de informação para maior aproximação do governo com o cidadão, redução da burocracia, conferir agilidade, eficiência e eficácia no atendimento, proporcionar maior transparência, modernização dos processos e mensuração e monitoramento;

A partir da linha conceitual de qualidade do gasto, os recursos economizados devem ser integralmente reinvestidos, seja na estruturação dos órgãos públicos para a melhoria da prestação de serviços, seja na requalificação e na política de valorização do servidor e servidora.

COMPRAS PÚBLICAS

O Governo Federal vem ampliando e o Governo do Estado aprimora a política de compras públicas do Estado. Aplica o Novo Estatuto das Micro e Pequenas Empresas e a legislação recentemente aprovada pelo Congresso, que possibilita a priorização deste porte empresarial nas compras do governo. É importante aprofundar o diálogo com as entidades representativas desse segmento, assim como com o Sebrae.

Além disso, é preciso incrementar as ações que vêm possibilitando estabelecer contornos de celeridade, eficiência, isonomia e segurança, além de transparência às compras públicas, incentivando a sustentabilidade com tratamento diferenciado, favorecendo as empresas que promovem ações de proteção ao meio ambiente, com materiais e serviços sustentáveis.

